

Relatório
Anual 2015

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

COORDENAÇÃO-GERAL

Lisandra Demari, Promotora-Assessora, Coordenadora do Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada

Projeto Gráfico e Diagramação: Assessoria de Imagem Institucional

Rio Grande do Sul. Ministério Público.

Relatório anual 2015 / organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2016.

124 p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradoria-Geral de Justiça

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190

Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mprs.mp.br

Marcelo Lemos Dornelles,
Procurador-Geral de Justiça.

Paulo Emilio Jenisch Barbosa,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Ana Cristina Cusin Petrucci,
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Fabiano Dallazen,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Benhur Biancon Junior,
Secretário-Geral.

Ruben Giugno Abruzzi,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Noara Bernardy Lisboa,
Subcorregedora-Geral do Ministério Público.

Sumário



Apresentação

Páginas 5 - 8

Gestão Institucional

Páginas 9 - 35

Áreas de Atuação

Páginas 36 - 98

Aproximação com a Sociedade

Páginas 99 - 106

Gestão Administrativa

Páginas 107 - 123

Apresentação

A Constituição Federal de 1988 outorgou ao Ministério Público autonomia, unidade e independência funcional, conferindo-lhe a condição de agente político não tradicional, situado ao lado dos três Poderes do Estado, sem qualquer hierarquia ou subordinação, mas sempre atento aos anseios da sociedade.

O Ministério Público quer ter o tamanho da democracia. Nos períodos históricos em que a democracia foi fragilizada, nossa Instituição sofreu perdas e limitações. Por outro lado, quando a democracia é forte e madura, com as instituições funcionando e realizando seus papéis, o Ministério Público está fortalecido e legitimado para realizar suas nobres funções, atentando para os princípios constitucionais da publicidade, acesso a informações e boa governança.

Neste sentido, a apresentação do relatório anual constitui-se na materialização do dever constitucional de prestar contas à sociedade gaúcha, mas também em uma oportunidade para darmos transparência aos avanços que temos alcançado.

A complexidade da sociedade atual exige uma visão multidisciplinar dos agentes políticos, impondo-lhes uma permanente interação com os mais diversos setores sociais, assumindo especial relevância a função do Ministério Público como agente de transformação social, com especial atenção para a efetivação de políticas públicas e ênfase no combate à corrupção.

E para poder fazer frente a tão complexas demandas sociais, a Instituição decidiu realizar a revisão do Mapa Estratégico, buscando uma atuação mais transversal, multidisciplinar, focada nas questões de alto impacto social, objetivando a otimização dos recursos materiais e humanos. Temos agido na consolidação de uma cultura de gestão estratégica, com o estabelecimento de focos prioritários de atuação e o trabalho por meio de projetos estratégicos. Mas precisamos avançar, aproximando-nos ainda mais da sociedade e atuando nas questões de grande relevância social.

Em tempos de crise econômica e financeira, o Ministério Público vem fazendo a sua parte, reduzindo os cargos em comissão, os valores gastos com locação de veículos, o pagamento de diárias, investimentos em obras e a aquisição de passagens aéreas, além de adotar novos métodos de gestão, com a adoção do Programa AGIR – Atitudes que Geram Integração e Resultado, implantado a partir de 2013, apoiado pelo Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade.

Por outro lado, as instituições públicas, especialmente as que atuam na fiscalização e controle, não podem parar, destacando-se a necessidade de combate à macrocriminalidade e à corrupção. Para o melhor enfrentamento destas, reestruturamos os Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime

Organizado – GAECOs, designando Promotores com atribuição exclusiva e interação com outros órgãos e instituições, além de aperfeiçoar a troca de informações e ações conjuntas com o Tribunal de Contas do Estado. Também continuamos investindo no combate à sonegação fiscal em parceria com a Receita Estadual e aos produtos alimentares impróprios ao consumo.

Aproveitamos este momento para reafirmar nossos compromissos em torno da união da Instituição, da parceria com todos os órgãos e Poderes do Estado e também da absoluta independência para o exercício pleno das indeclináveis funções afetas à nossa Instituição.

Unidade, parceria, harmonia, cooperação, solidariedade, gestão, austeridade, responsabilidade e independência são expressões simbólicas para que possamos, juntos, defender os interesses comuns do Estado e da sociedade gaúcha.

Marcelo Lemos Dornelles,
Procurador-Geral de Justiça

O Ministério Público

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 incumbiu defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (Procurador-Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça).

Missão

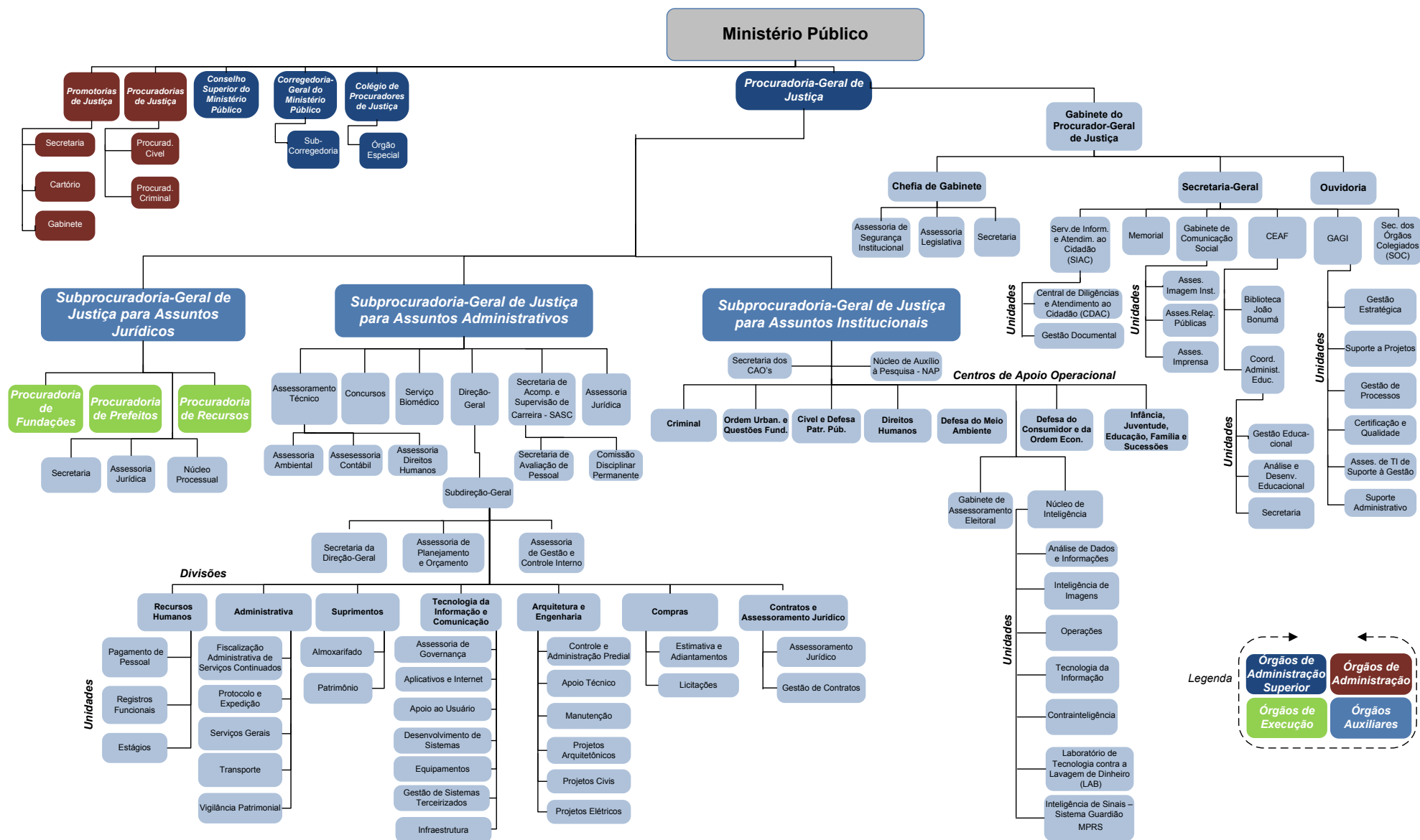
“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incubindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

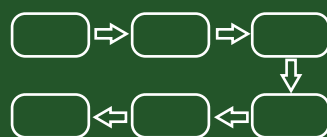
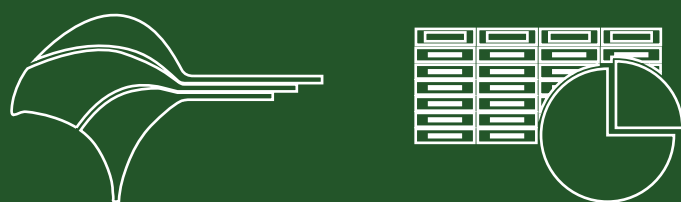
Visão

“Ser reconhecida como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais”.

Valores

- Compromisso Social
- Independência
- Democracia
- Combatividade
- Efetividade
- Transparência
- Ética/Integridade





Gestão Institucional

Gestão Estratégica



A experiência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul com planejamento e gestão estratégica vem avançando e amadurecendo desde a adoção, em 2008, de um modelo de gestão baseado no Balanced Scorecard (BSC) – o GEMP 2022. O modelo, já consolidado no MPRS, tem possibilitado a construção de uma agenda institucional comum estruturada a partir das prioridades estabelecidas no Mapa Estratégico e, acima de tudo, um maior controle das iniciativas realizadas e dos resultados alcançados.

Todavia, muitos dos desafios destacados no Mapa Estratégico atual encontram-se superados e, ao longo do período de implementação do modelo de gestão estratégica, novos desafios surgiram, tornando necessário rever as prioridades estratégicas do MPRS. Assim, em 2015, decidiu-se realizar a revisão da estratégia institucional e aperfeiçoamento do modelo de gestão do MPRS, projeto este denominado de “GEMP – Redefinindo Caminhos”, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2016.

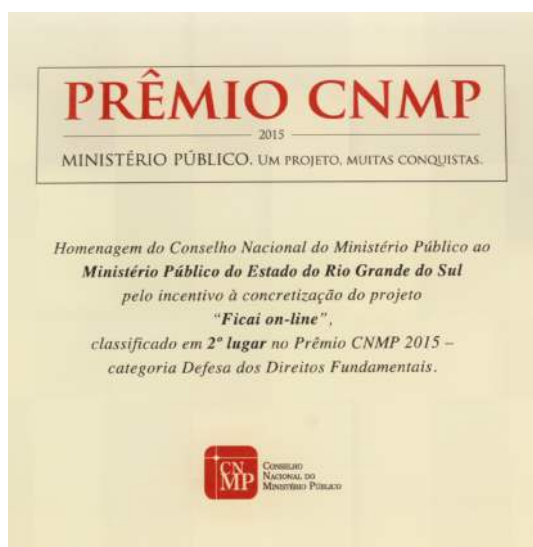
O projeto de revisão da estratégia iniciou em setembro de 2015 com o diagnóstico do ambiente interno e externo, onde foram identificados os principais aspectos que podem influenciar a Instituição no longo prazo. Para tanto, foram realizadas entrevistas com a Administração Superior e gestores das áreas meio e fim da Instituição, pesquisa online

Ressalte-se, ainda, que houve um salto qualitativo em termos de execução da estratégia neste período e, principalmente, de acultramento da Instituição com os conceitos de gestão, notadamente em gerenciamento de projetos e mensuração de resultados. Além disso, avançamos na utilização e domínio de ferramental tecnológico para dar suporte à execução da estratégia, destacan-

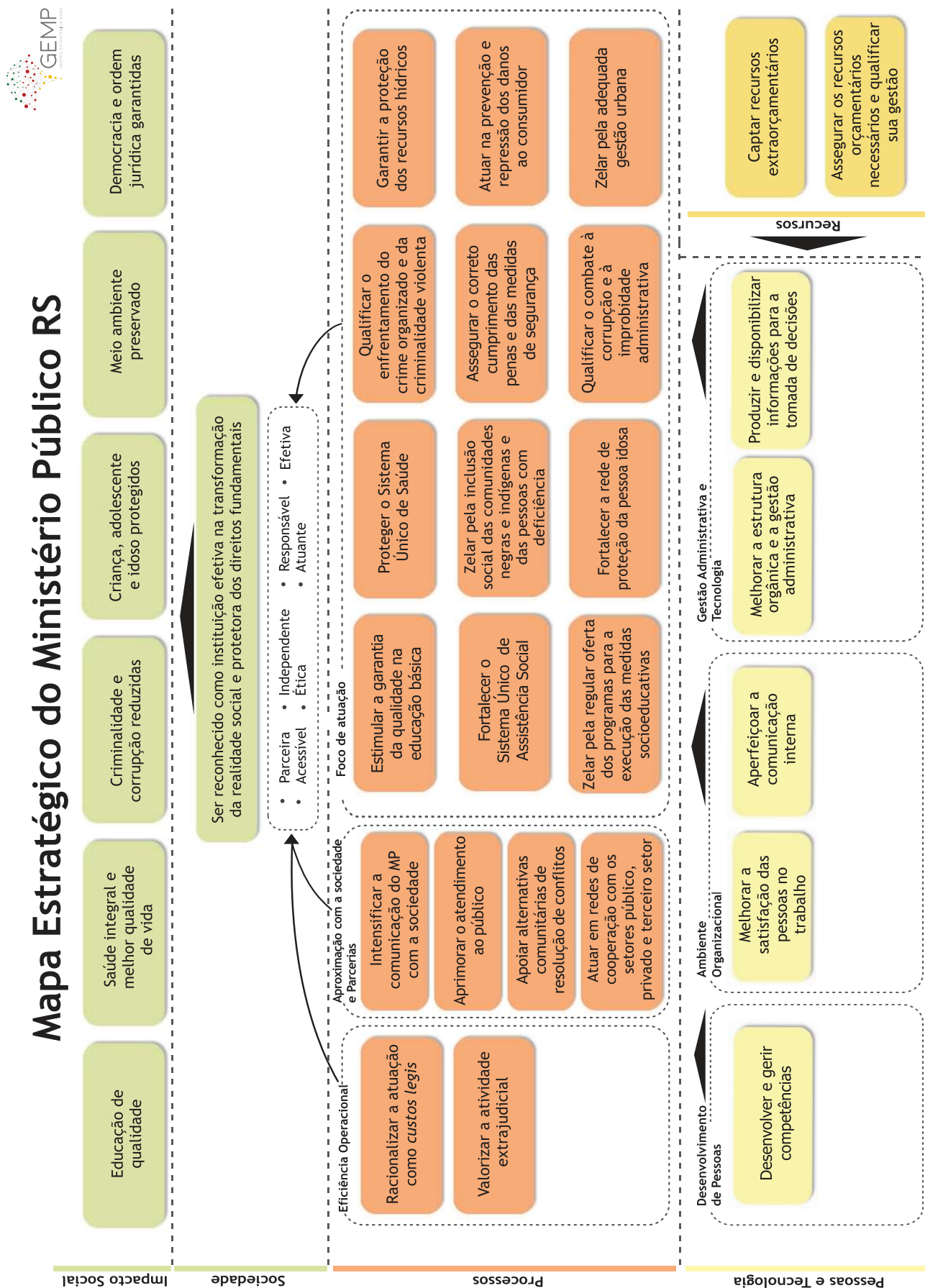
A ferramenta de BI propiciou em 2015, por exemplo, o lançamento do Mapa Social na versão de aplicativo. Assim, além de congrega os já conhecidos relatórios com indicadores sociais dos municípios gaúchos, o Mapa Social também passou a ser disponibilizado em formato de aplicativo web (acesado pela Internet), permitindo ao cidadão e demais públicos de interesse pesquisar, explorar e comparar os dados de forma mais dinâmica e personalizada. O acesso é possível no site do MPRS, pelo link http://www.mprs.mp.br/mapa_social/busca.



Outro resultado institucional relevante no ano foi a conquista do 2º lugar do Prêmio CNMP 2015 na Categoria Defesa dos Direitos Fundamentais com o projeto “FICAI Online”. Trata-se de um projeto estratégico do MPRS para informatizar a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente, permitindo maior agilidade para o resgate do estudante evadido, bem como traçar políticas públicas na área da educação. O Prêmio instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público premia os programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e no alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional. Neste ano concorreram ao Prêmio CNMP 396 projetos em nove categorias.



Mapa Estratégico



Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos

OBJETIVO	PROGRAMA/ PROJETO	DESCRIÇÃO
Valorizar a atividade extrajudicial	Correição com foco na resolutividade	O projeto busca o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação, correição e apoio aos membros do Ministério Público, com foco na valorização dos resultados alcançados, contemplando a atuação no desenvolvimento de projetos e políticas públicas, na articulação de redes para a redução de problemas sociais e na atuação regionalizada das Promotorias de Justiça.
Aprimorar o atendimento ao público	Organização do atendimento a demandas externas não presenciais	O MPRS implantou o Sistema Nacional do Disque Denúncia (ou Disque 100, como também é conhecido), do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O presente projeto tem por objetivo estudar a possibilidade de centralizar o atendimento a todas as comunicações recebidas pelo MP/RS por meio do Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão, evitando-se assim retrabalho e procurando otimizar os recursos disponíveis no MPRS, inclusive atendendo à Lei de Acesso à Informação, no que tange à prestação de contas à sociedade.
Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor	Acumuladores de animais	Um dos temas mais desafiadores, tanto para os Promotores de Justiça com atuação na defesa do meio ambiente como na proteção dos direitos de pessoas idosas ou portadoras de distúrbios mentais, é a acumulação compulsiva de animais domésticos. Este projeto piloto, a ser desenvolvido no município de Porto Alegre, busca promover uma reflexão no Ministério Público sobre as melhores formas de atuação no tema e, reunir os diversos órgãos envolvidos, de forma a fornecer um apoio interdisciplinar que possa reduzir os impactos desse problema social e ainda, estabelecer fluxos e protocolos para o atendimento tanto das pessoas quanto dos animais.
	Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	O Ministério Público do RS, por intermédio da 10ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (PJIJ), constatou a necessidade de uma articulação intersetorial entre os órgãos envolvidos, por meio de uma definição clara de papéis de cada órgão e de um fluxo de procedimentos, de forma a garantir o atendimento integral das necessidades das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. Assim, surgiu um projeto-piloto no município de Porto Alegre, com o qual se pretende reduzir o índice de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Porto Alegre, por meio do estabelecimento de um roteiro de condutas dos serviços municipais, da atuação integrada dos órgãos e do acompanhamento do atendimento realizado com cada uma das vítimas e, por conseguinte, fortalecer a rede de proteção.
Estimular a garantia da qualidade na educação básica	Padronização do Trabalho nas Regionais da Educação	O projeto busca permitir maior efetividade do Ministério Público na garantia do direito à educação de crianças e adolescentes, em especial, assegurando de forma prioritária, o direito e o acesso à educação infantil, a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, até 2016 (Emenda Constitucional nº 59, art. 6º), a redução dos níveis de abandono, evasão e reprovação escolar, especialmente no ensino fundamental e médio, através da implementação da FICAI Online em todos os municípios do Estado, e a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino. Para tanto foram estabelecidos processos de trabalho padronizados em todas as Promotorias Regionais da Educação indicadores para a avaliação dos resultados.
Proteger o Sistema Único de Saúde	Atenção Básica em Saúde	O projeto busca fortalecer a Atenção Básica à Saúde, contribuir para a implantação da Estratégia da Saúde da Família em todos os municípios gaúchos e fomentar a ampliação da cobertura das ESF em municípios com menos de 50% de cobertura. O projeto pode solucionar até 85% dos problemas de saúde da população. Indicadores como IDH, IDESE e Taxa de Mortalidade Infantil são prova disso, uma vez que se mostram melhores nos municípios onde as Equipes de Saúde da Família estão implantadas. Deve-se considerar, ainda, a otimização que se pode obter nos custos relacionados à saúde, através da redução da ocupação de leitos em hospitais, por exemplo.

OBJETIVO	PROGRAMA/ PROJETO	DESCRIÇÃO
Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência	Projeto Cuidar	O projeto consiste num trabalho sistematizado para enfrentar o problema das casas de acolhimento de idosos e deficientes mentais de Cachoeira do Sul. O município da região central do Estado tornou-se o destino de idosos e deficientes mentais de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Dados preliminares indicaram que existem pessoas de pelo menos 64 municípios acolhidos em Cachoeira do Sul. Assim, os estabelecimentos foram ficando superlotados e, em conflito com o que dispõe a lei, foram acolhidos idosos e deficientes nos mesmos espaços físicos. O enfrentamento do problema pressupõe a identificação daquelas pessoas que possuem realmente ligação com o município de Cachoeira do Sul, a articulação para que os eventuais imigrantes retornem aos seus municípios de origem, a separação dos espaços destinados a idosos e a deficientes mentais, a celebração de acordos com os estabelecimentos que não estão de acordo com a legislação em vigor e, inclusive, o ajuizamento de ações para correções de distorções insuperáveis no âmbito negocial.
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta	GAECO	Considerando os desafios decorrentes da necessidade de enfrentamento da macrocriminalidade, que impõe a necessidade de atuação especializada, regionalizada e em rede, mostra-se necessária a reformulação da forma de atuação do Ministério Público. Assim, o projeto prevê a redefinição do GAECO, Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado, assim como de processos de trabalho que permitam uma atuação mais integrada no enfrentamento do crime organizado.
Assegurar o correto cumprimento das penas e das medidas de segurança	APAC	Através do projeto pretende-se viabilizar a instalação de uma unidade piloto do "Método APAC de Execução Criminal" (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) no RS. O projeto conta com a parceria da Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Canoas e sociedade civil.
	Fiscalização regional das casas prisionais	Trata-se de projeto que pretende estabelecer um modelo para a criação de promotorias regionais de controle e execução criminal. O objetivo é aprimorar a atuação do Ministério Público na fiscalização das casas prisionais, a partir de um trabalho sistemático de acompanhamento da rotina dos estabelecimentos e de tudo que envolve a vida carcerária.
	Ampliação da prevenção e do tratamento da dependência química destinado a presos e egressos	A dependência química é fator que contribui de modo importante para a criminalidade. Primeiro porque, em função da dependência, o indivíduo frequentemente termina por se envolver na prática de delitos como forma de sustentação do próprio vício. No interior dos estabelecimentos penais, a dependência química é identificada como fator que proporciona a vinculação de presos às organizações criminosas – facções, na medida em que origina dívidas que terminam por ser quitadas com a prática de novos delitos por ocasião da concessão de liberdade. O projeto consiste na ampliação da rede de atendimento já existente na cidade de Porto Alegre para tratamento da dependência química na população carcerária – presos e egressos. Também contempla a possibilidade de reprodução da sistemática já adotada nas comarcas do interior, dependendo do interesse local.
Zelar pela adequada gestão urbana	PPCI	A partir da constatação de necessidade de orientação para atuação ministerial na fiscalização dos APPCIs, em face de intensificação expressiva da demanda ministerial na área e da alteração da legislação pertinente, o Ministério Público elaborou projeto para estabelecer diretrizes para intensificar e aprimorar a atuação do MP na fiscalização dos APPCIs.

OBJETIVO	PROGRAMA/ PROJETO	DESCRIÇÃO
Garantir a proteção dos recursos hídricos	RESSanear	O programa tem por finalidade o desenvolvimento de projetos e ações visando à implementação, em cada município, de um "Plano Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico", conforme previsto pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Compreende quatro temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Atualmente o programa trabalha em seis frentes: acompanhamento da implantação dos Planos criados; fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico; logística reversa – lâmpadas; logística reversa – eletroeletrônicos; logística reversa – sacolas plásticas; e ressensibilização junto aos municípios que ainda não elaboraram os Planos.
	Licenciamento Ambiental	A Lei Complementar 140/2011 definiu as competências para o licenciamento ambiental e para a fiscalização da atividade firmando a responsabilidade dos municípios no processo. Por conta disso, foi aplicado um questionário aos 496 municípios do Rio Grande do Sul, elaborado pelo MPRS e pelo TCE/RS, buscando informações sobre o tema. O questionário foi respondido por 480 municípios entre setembro de 2012 e janeiro de 2013. Os resultados mostram a necessidade da qualificação e capacitação das estruturas. Por meio do projeto pretende-se qualificar o licenciamento ambiental realizado pelos municípios no Estado do Rio Grande do Sul, colaborando na definição das equipes técnicas necessárias ou na formulação de convênios/consórcios para a eficiente prestação de serviço público.
	Promotorias Regionais Ambientais	O projeto estratégico de atuação das Redes Ambientais ou Promotorias Regionais pautada em unidades hidrográficas de gestão é uma forma moderna de proteger o meio ambiente, em que a resolução dos problemas ambientais são discutidos não apenas por determinada comunidade, mas por toda a bacia hidrográfica. O projeto baseia-se na divisão em Unidades Hidrográficas de Gestão de Recursos Hídricos utilizada pelo Executivo Estadual, com seus respectivos Comitês por Bacia Hidrográfica, para que não haja desnecessário conflito de análise dos problemas ambientais.
Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor	Agrotóxicos – Rastreabilidade	Pretende-se com o projeto orientar a atuação das Promotorias de Justiça por meio de Compromissos de Ajustamento de forma a assegurar: a) a disponibilização, pelas centrais de abastecimento, redes de mercados e supermercados, do cadastro dos fornecedores de hortifrutigranjeiros (com informações sobre a origem e o produtor); b) garantir ao consumidor a informação quanto à origem do produto, ostentando placa junto ao alimento comercializado (Nota Técnica nº 01/2005 da Secretaria da Saúde; RDC nº 259-2002 da ANVISA; IN nº 9-2002 da ANVISA) e orientando os estabelecimentos quanto à possibilidade de colocação de selo de garantia da origem (a exemplo das iniciativas adotadas por grandes redes supermercadistas como o Carrefour, Big e Pão de Açúcar); e, c) a realização de curso de boas práticas agrícolas pelos fornecedores dos estabelecimentos. Além disso, pretende apoiar a implementação do receituário agrônomo informatizado.
	PROCON Municipal	Trata-se de projeto que busca fomentar a criação do Programa Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON) nos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul. O intuito é oferecer ao cidadão um instrumento mais próximo para auxiliar na prevenção e repressão aos abusos dos direitos do consumidor.
	Segurança Alimentar	O programa "Segurança Alimentar" engloba três projetos: criação de um banco de dados de fornecedores infratores; realização de uma campanha publicitária de esclarecimento do tema e organização de um seminário para discussões sobre o assunto.

OBJETIVO	PROGRAMA/ PROJETO	DESCRIÇÃO
Desenvolver e gerir competências	Mapear e desenhar fluxo de andamento dos concursos	Visa padronizar o fluxo de andamento dos concursos para atender às necessidades da Instituição com a seleção de pessoas capacitadas tecnicamente para as vagas a serem providas.
	Aperfeiçoar o processo de ingresso de servidores	Qualificar o processo de ingresso e recepção de novos servidores, alterando os procedimentos de nomeação para que se consiga realizar "nomeações em blocos", de forma que os servidores iniciem as atividades nas suas Unidades de Lotação somente após a realização do Curso de Integração dos Novos Servidores.
	Matrizes de Capacitação Gestão Educacional	Desenvolvimento de Matrizes de Capacitação para os cargos e funções do quadro de pessoas do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul priorizadas pela Administração Superior. Trata-se de ferramenta de suporte ao processo de gestão educacional que permite visualizar as necessidades educacionais de um grupo de pessoas que realiza determinadas atividades, servindo de fonte para formulação de projetos educacionais.
	Políticas de Capacitação Gestão Educacional	Definição de Política de Gestão Educacional prevendo diretrizes/regras/condições de participação de membros e servidores – como facilitadores ou treinandos – em atividades promovidas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público.
	Potencialização do EAD Gestão Educacional	Potencialização do EAD (ensino a distância) sob o ponto de vista do desenvolvimento dos processos internos, da equipe da produção e da relação com os autores (conteudistas) e tutores, bem como pela customização da plataforma e implementação da biblioteca de vídeos.
	Sistema Informatizado Gestão Educacional	Aquisição e customização de um sistema de gestão educacional que integre os processos de trabalho desenvolvidos em cada uma das unidades do CEA e possibilite uma maior interação com os participantes dos projetos educacionais.
	Implantar Banco de Perfis	Dispor de uma nova ferramenta que vise à centralização de informações - competências técnicas, habilidades, experiências e perfil - dos colaboradores da Instituição, permitindo uma maior visibilidade profissional, crescimento profissional e individual, além do reconhecimento Institucional.
Melhorar a Satisfação das Pessoas no Trabalho	Projeto de Integração Regionalizada - PIR	O projeto busca promover um ambiente de integração e descontração, dentro do contexto do trabalho. Além de aproximar a Administração Superior das Promotorias de Justiça do Interior do Estado. A confraternização é marcada por apresentações artísticas e competições esportivas que reúnem membros, servidores, estagiários e terceirizados do MPRS. A partir deste ambiente informal e descontraído criado por meio do evento, abre-se espaço para a aproximação e integração das pessoas que trabalham na Instituição, com reflexos positivos na melhoria do ambiente de trabalho.
	Aperfeiçoar o processo atual de remoção de Servidores	Propor uma nova sistemática para qualificar o processo de remoções de servidores, com o objetivo de gerar otimização do desempenho funcional, aumentar a satisfação dos servidores, melhorar o clima organizacional, reduzir o quantitativo de licenças-saúde e demais afastamentos em decorrência destas, agilizar a reposição das vagas de difícil preenchimento, bem como possibilitar aos servidores vivenciar e compartilhar experiências profissionais.
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa	Reestruturação Organizacional de Processos - ROP	O objetivo do projeto é o aprimoramento da gestão das áreas de apoio do MPRS, por meio da revisão da estrutura organizacional da Direção-Geral e da reestruturação de 10 processos de trabalho. Busca-se aumentar a satisfação das áreas internas do MPRS através da redução do tempo de entrega e do aumento da qualidade dos serviços prestados, e também a redução do retrabalho, dos pontos de risco e do tempo de execução das atividades, com a automação de algumas tarefas e supressão de outras que não agregam valor. Os resultados esperados são: maior transparência e previsibilidade dos tempos de atendimento; mais eficiência dos processos de trabalho e segurança na sua execução, além da gestão e disseminação do conhecimento.

OBJETIVO	PROGRAMA/ PROJETO	DESCRIÇÃO
Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões	Sistema de Informações Gerenciais - BI	O projeto consiste na estruturação e disponibilização das informações constantes tanto nos bancos de dados do MP, como em fontes externas, por meio de ferramenta de BI (Business Intelligence) adquirida pela Instituição, permitindo maior agilidade no fornecimento de informações úteis à tomada de decisão.
	SIM - Módulo Extrajudicial Administrativo	O projeto prevê o desenvolvimento do módulo extrajudicial e administrativo do novo sistema informatizado da Instituição e implementação do procedimento investigatório eletrônico, incluindo alterações de fluxo de trabalho, alterações normativas, implementação das tabelas unificadas do Ministério Público, análise da infraestrutura necessária e capacitação de membros, servidores e estagiários.
Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão	GMD - Geração Matricial de Despesas – Ações AGIR 2015	Visa auxiliar o MPRS a modernizar sua gestão administrativa e serviços prestados, possibilitando a geração de recursos financeiros para viabilizar investimentos, através da implementação de métodos gerenciais focados na otimização das despesas correntes. Através da análise detalhada das rubricas de despesas são estabelecidas metas as quais são desdobradas por toda a estrutura da Instituição. A partir daí são elaborados planos de ação para o alcance das metas e acompanhada sua implementação.

Dados Estatísticos da Atuação

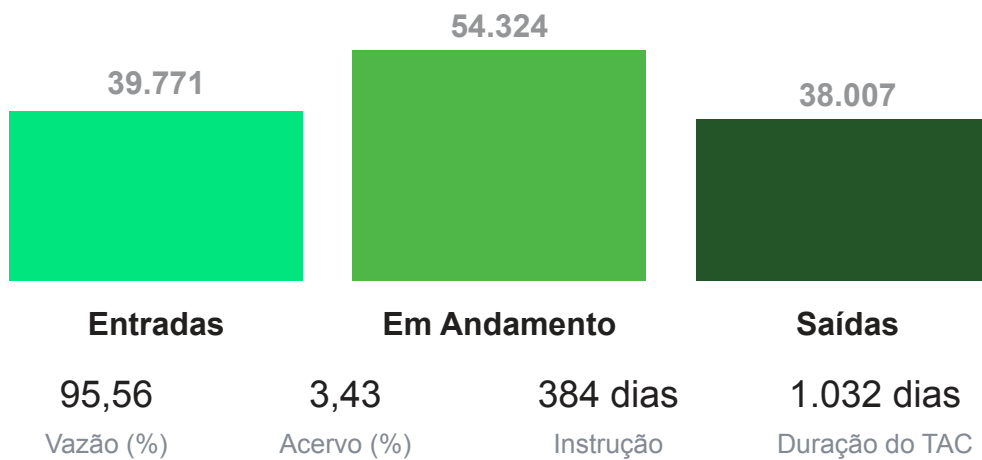
Promotorias de Justiça

Atuação Extrajudicial

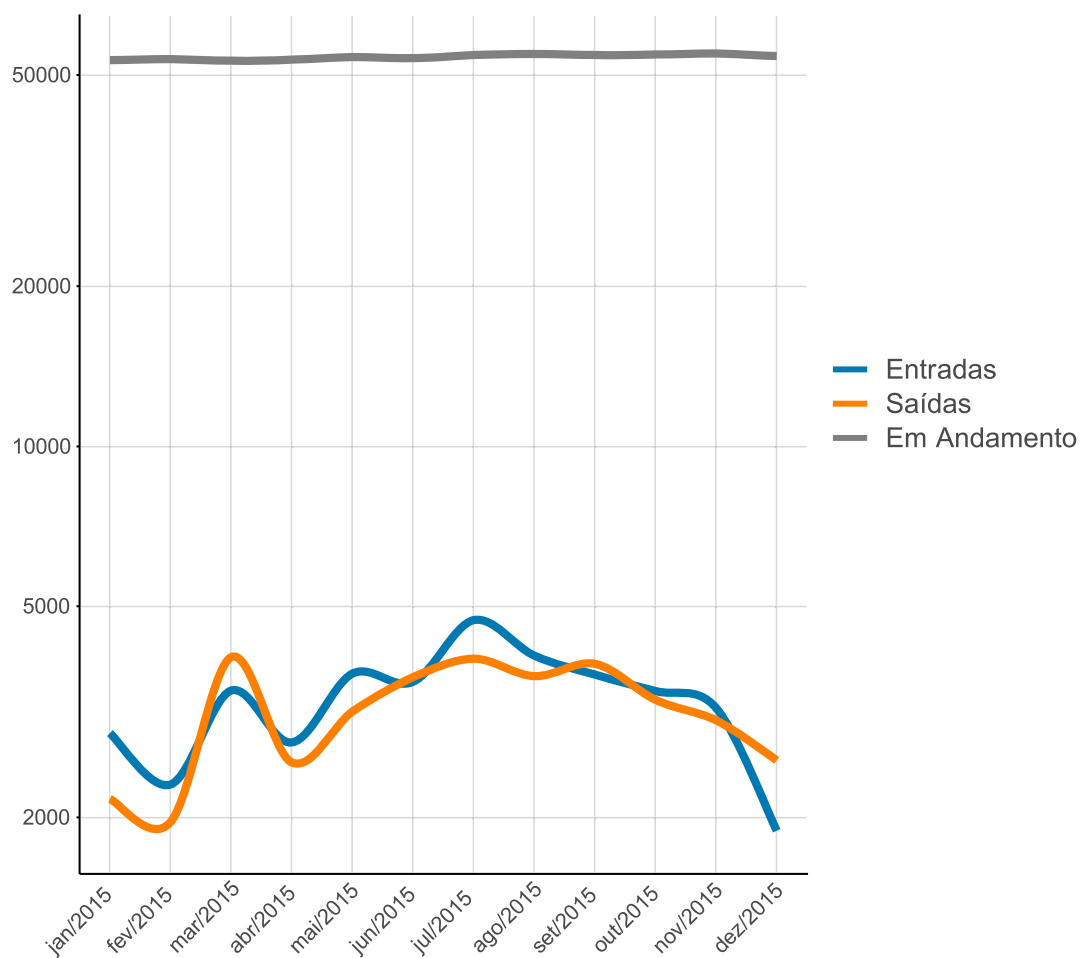
Expedientes Investigatórios

Inquérito Civil (IC), Procedimento Investigatório Criminal (PC), Procedimento Preparatório (PI), Sindicância (SD) e Outros Procedimentos Investigatórios (PA).

• Movimentação 2015

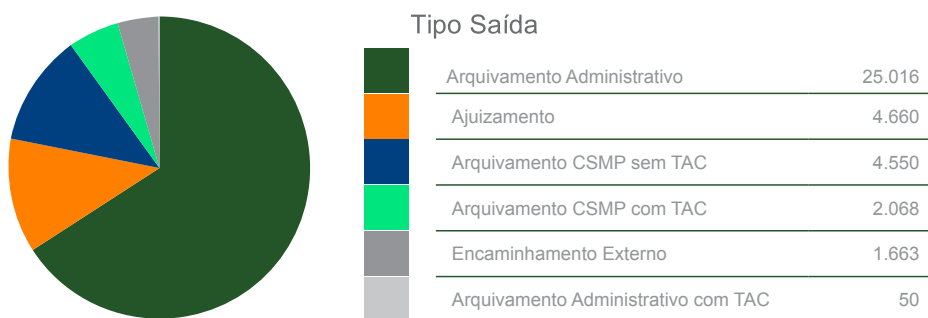


• Evolução



Mês/ Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
jan/2015	2.883	2.168	53.314
fev/2015	2.307	1.960	53.598
mar/2015	3.467	4.006	53.200
abr/2015	2.769	2.539	53.491
mai/2015	3.727	3.163	54.024
jun/2015	3.603	3.670	53.796
jul/2015	4.707	3.978	54.537
ago/2015	4.033	3.689	54.807
set/2015	3.717	3.895	54.583
out/2015	3.459	3.333	54.748
nov/2015	3.211	3.048	54.912
dez/2015	1.888	2.558	54.324

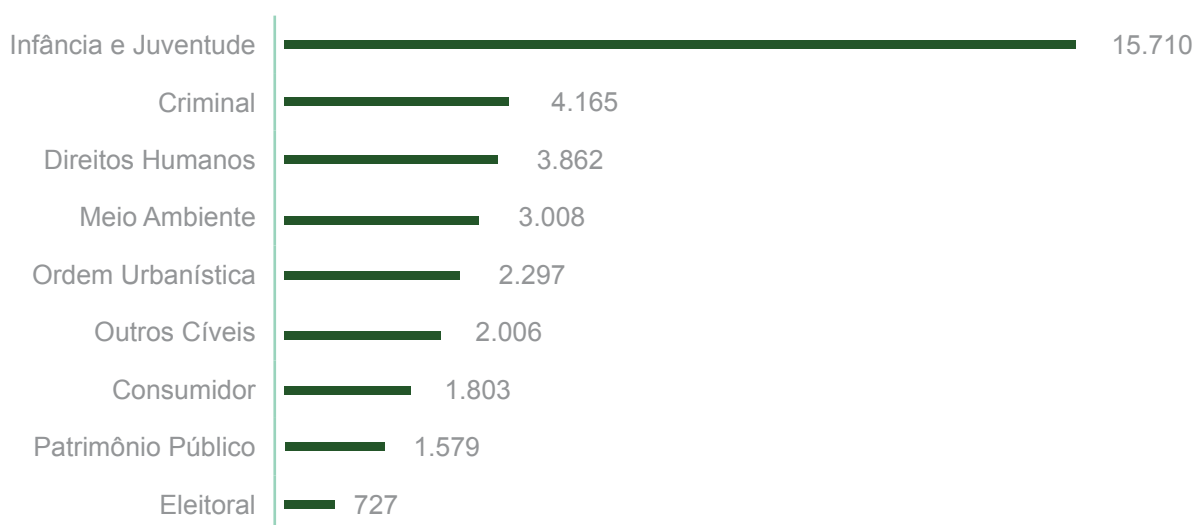
- Detalhamento das Saídas



- Instauração de Expedientes

Item	2015
Inquéritos Cíveis (IC)	7.269
Outros Procedimentos Investigatórios (PA)	26.456
Procedimentos Preparatórios (PI)	652
Procedimentos Investigatórios Criminais (PC)	349
Sindicâncias (SD)	72

- Expedientes Investigatórios por Área de Atuação*



*O somatório de expedientes investigatórios por área não é igual aos instaurados, pois um expediente pode ser classificado em mais de uma área e/ou matéria.

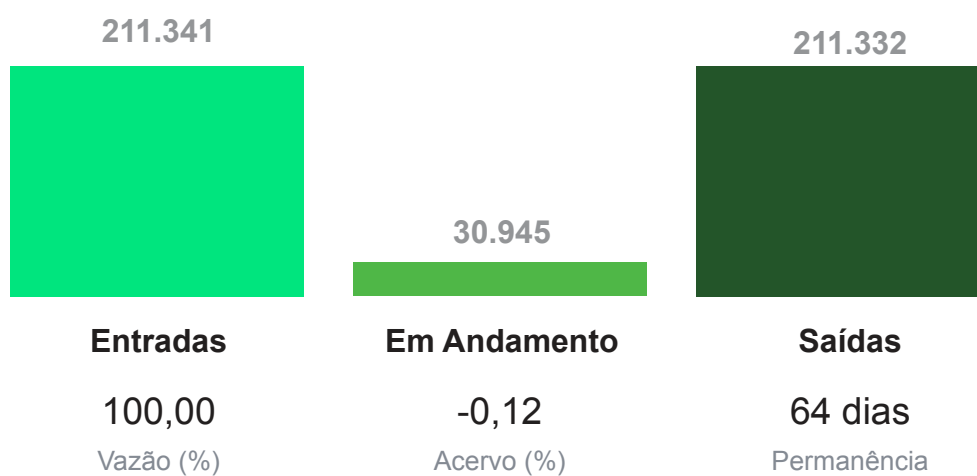
- Acordos, Recomendações e Ajuizamentos

Item	2015
Ações Ajuizadas	4.883
Compromissos de Ajustamento Firmados	2.643
Recomendações Expedidas	879

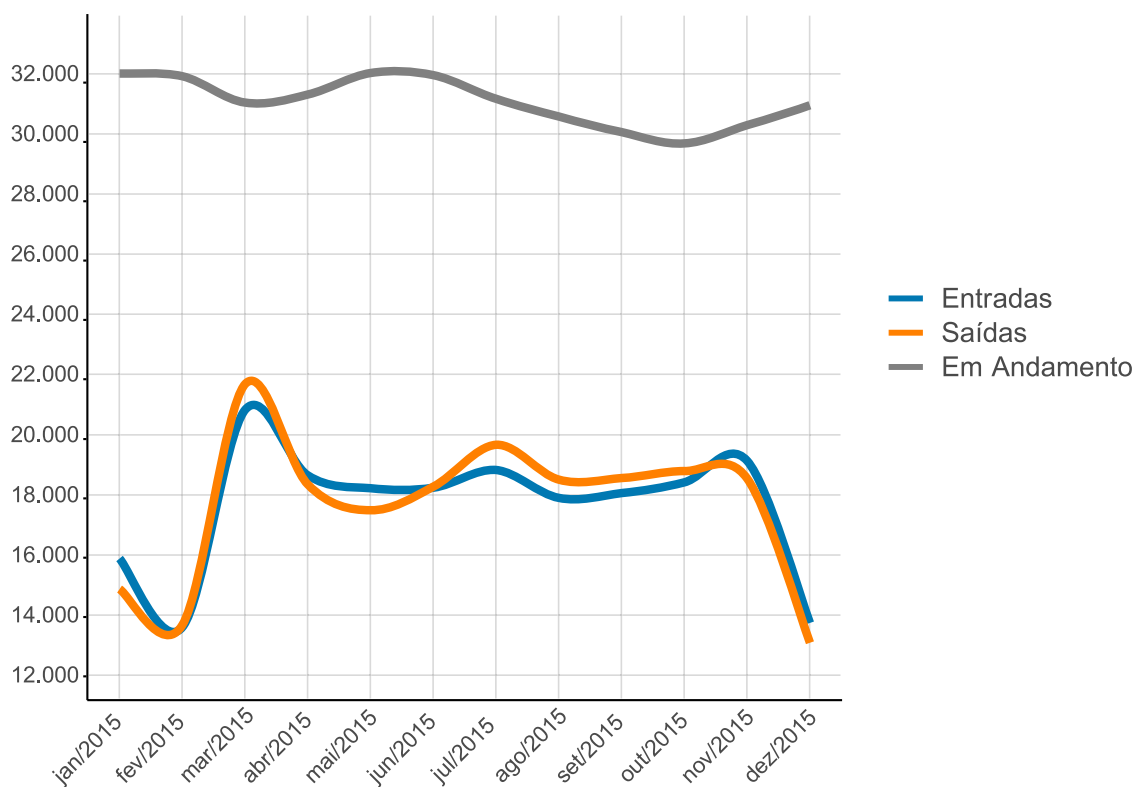
Notícias de Fato

Atendimento (AT), Notícia (NT), Recebimento Diverso (RD).

- Movimentação 2015

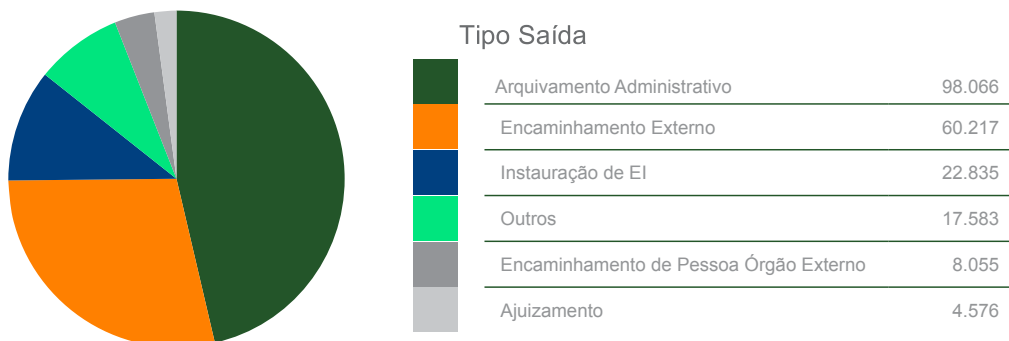


• Evolução



Mês/ Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
jan/2015	15.881	14.862	31.987
fev/2015	13.588	13.655	31.911
mar/2015	20.804	21.663	31.037
abr/2015	18.628	18.330	31.305
mai/2015	18.210	17.483	32.010
jun/2015	18.232	18.270	31.943
jul/2015	18.811	19.651	31.162
ago/2015	17.887	18.490	30.572
set/2015	18.045	18.551	30.042
out/2015	18.402	18.781	29.673
nov/2015	19.119	18.531	30.274
dez/2015	13.734	13.065	30.945

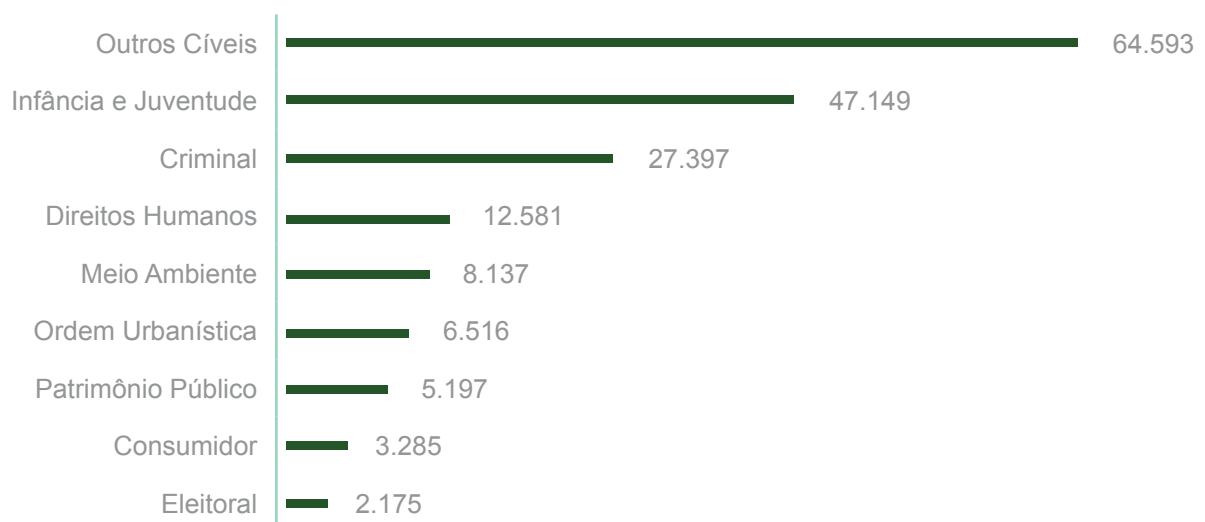
- Detalhamento das Saídas



- Cadastramento de Notícias de Fato

Item	2015
Atendimentos (AT)	79.401
Notícias (NT)	907
Recebimentos Diversos (RD)	128.697

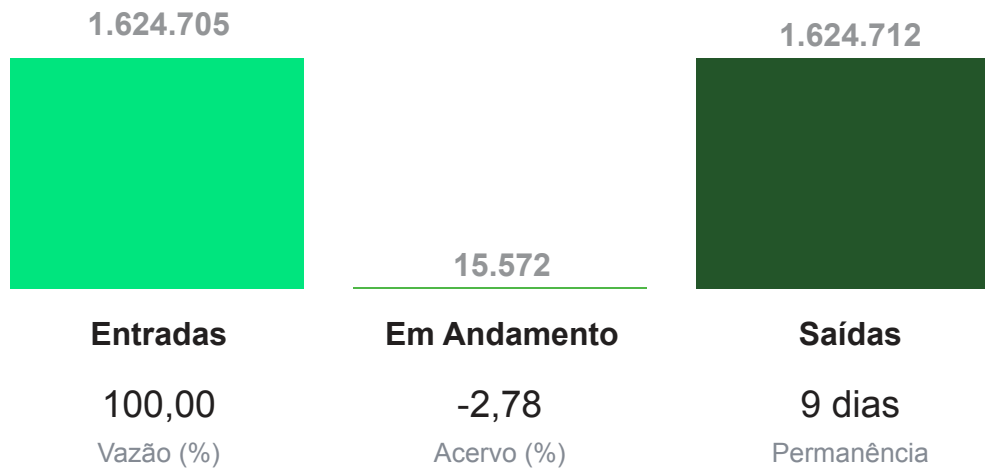
- Notícias de Fato por Área de Atuação



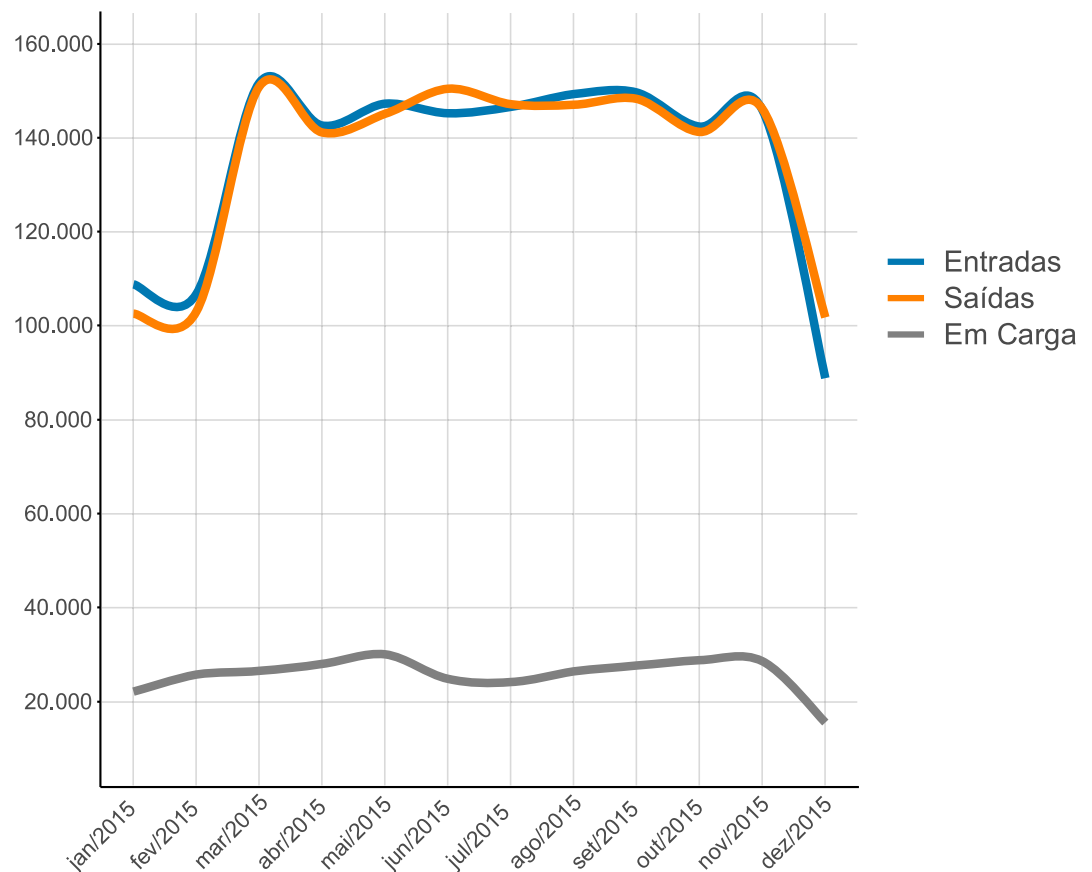
Atuação Judicial

Processos Judiciais

- Movimentação 2015

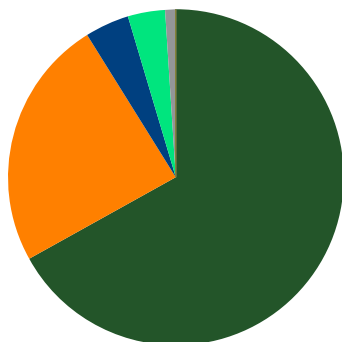


- Evolução



Mês/ Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
jan/2015	108.781	102.586	22.131
fev/2015	106.728	103.047	25.804
mar/2015	151.662	150.896	26.546
abr/2015	142.558	141.091	27.969
mai/2015	147.229	145.071	30.064
jun/2015	145.222	150.371	24.881
jul/2015	146.577	147.180	24.201
ago/2015	149.267	147.048	26.453
set/2015	149.601	148.307	27.729
out/2015	142.315	141.185	28.856
nov/2015	145.924	146.158	28.614
dez/2015	88.841	101.772	15.572

- Detalhamento das Saídas



Tipo Saída

Baixa com Manifestação	1.088.233
Baixa com Intimação	392.264
Baixa sem Manifestação	68.392
Baixa com Declinação de Intenção	59.008
Baixa com Ciência da Decisão	16.192
Baixa com Declinação de Competência	617
Baixa com Declinação de Atribuição	6

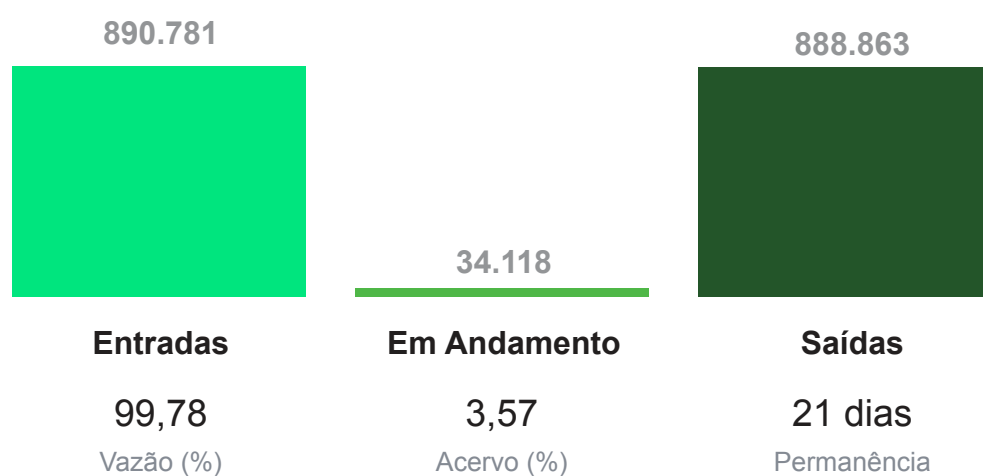
- Processos Judiciais Recebidos

Item	2015
Processos Judiciais (PJ)	490.609

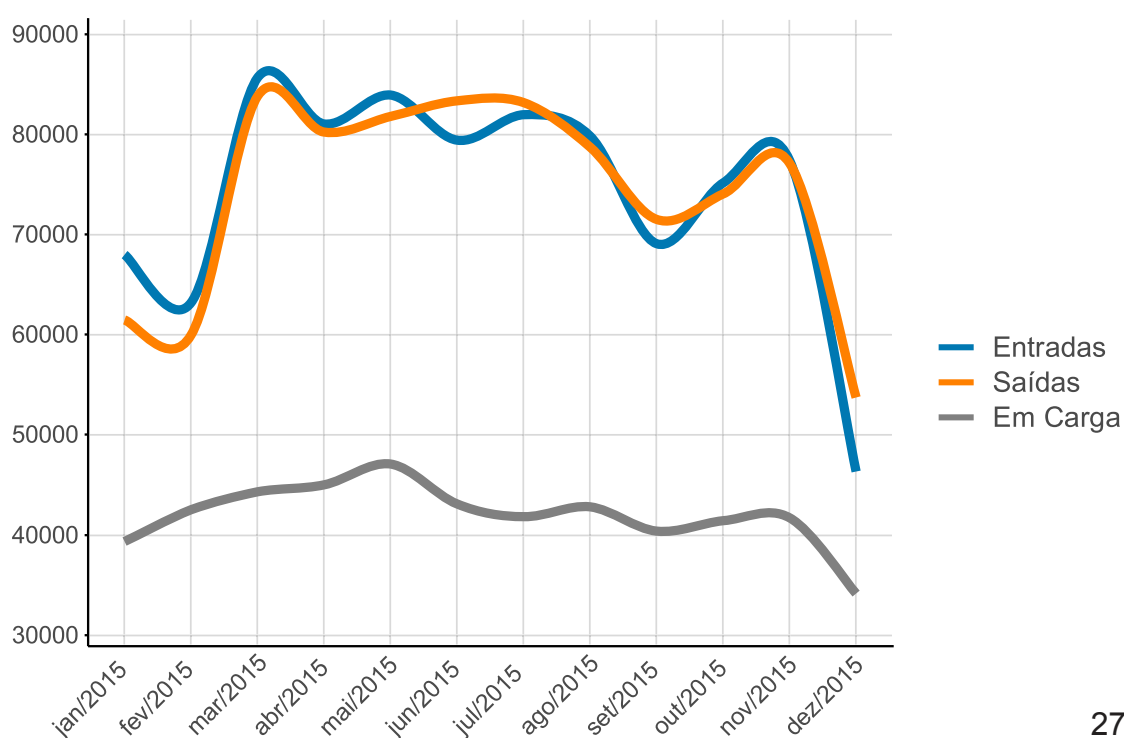
Procedimentos Policiais

Inquérito Policial (IP), Termo Circunstanciado (TC), Auto de Prisão em Flagrante (PF), Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BC), Relatório de Investigação (RI), Mandado de Busca e Apreensão (MB), Pedido de Prisão Cautelar (PP), Outros Procedimentos Policiais (OP).

• Movimentação 2015

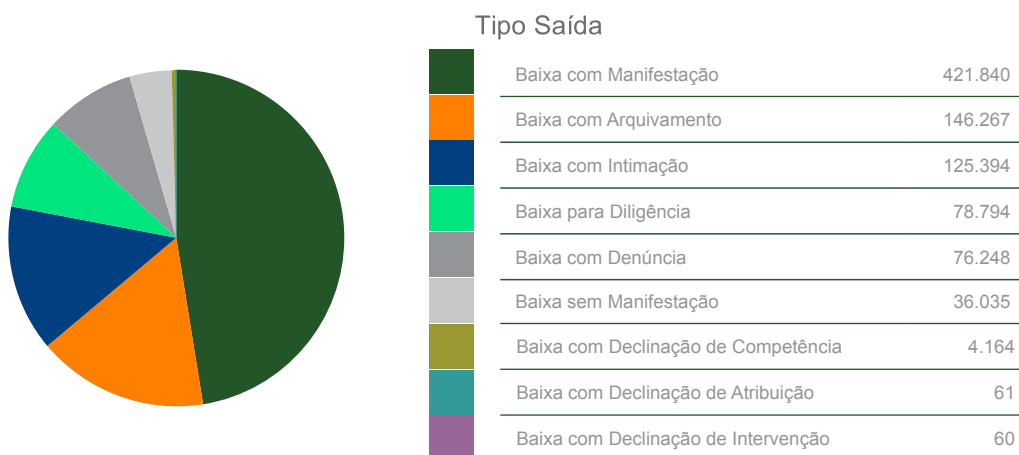


• Evolução

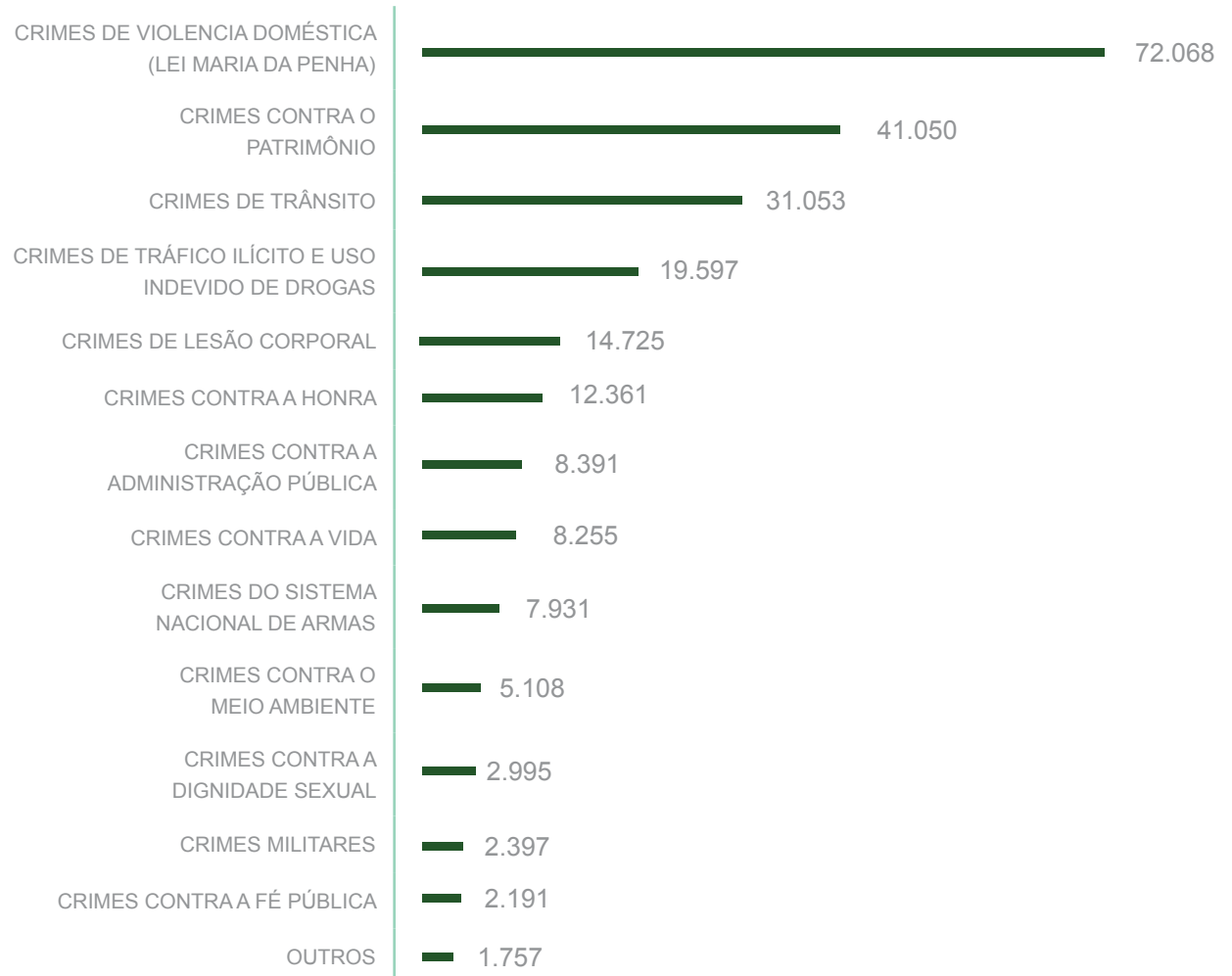


Mês/ Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
jan/2015	67.956	61.482	39.357
fev/2015	63.159	59.973	42.504
mar/2015	85.653	83.811	44.291
abr/2015	81.031	80.244	45.004
mai/2015	83.909	81.762	47.099
jun/2015	79.416	83.342	43.092
jul/2015	81.931	83.159	41.816
ago/2015	79.794	78.734	42.812
set/2015	69.062	71.496	40.359
out/2015	75.126	74.044	41.409
nov/2015	77.392	77.086	41.683
dez/2015	46.352	53.730	34.118

- Detalhamento das Saídas



• Procedimentos Policiais por Tipo de Crime



- Procedimentos Policiais Recebidos

Item	2015
Inquéritos Policiais (IP)	166.903
Termos Circunstanciados (TC)	183.272
Autos de Prisão em Flagrante (PF)	21.543
Boletins de Ocorrência Circunstanciado (BC)	15.744
Relatórios de Investigação (RI)	12.440
Mandados de Busca e Apreensão (MB)	8.452
Pedidos de Prisão Cautelar (PP)	2.895
Outros Procedimentos Policiais (OP)	49.648

- Denúncias Oferecidas, Arquivamento e Diligências Solicitadas

Item	2015
Denúncias Oferecidas	76.535
Diligências Solicitadas	122.413
Promoções de Arquivamento	148.699

Procuradorias de Justiça

Movimentação Processual

- Procuradoria de Justiça Cível

Item	2015
Saldo Ano Anterior	638
Recebidos no Período	89.678
Devolvidos com Parecer	84.493
Devolvidos sem Parecer	5.066
Saldo Final	757
Sessões Realizadas	607

- Procuradoria de Justiça Criminal

Item	2015
Saldo Ano Anterior	185
Recebidos no Período	53.564
Devolvidos com Parecer	51.714
Devolvidos sem Parecer	1.759
Saldo Final	276
Sessões Realizadas	258

- Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal Militar do Estado (Cíveis e Criminais)

Item	2015
Saldo Ano Anterior	03
Recebidos no Período	326
Devolvidos com Parecer	324
Devolvidos sem Parecer	05
Saldo Final	00
Sessões Realizadas	49

Procuradoria de Prefeitos

Item	2015
Feitos Novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	84
Feitos Novos (RD, PC, PI, PA)	382
Denúncias Oferecidas perante a 4.ª CC – TJ/RS	32
Arquivamentos – TJE	194
Pareceres com Declinação de Atribuição às Comarcas	2
Condenações	3
Absoluções a pedido do Ministério Público	2
Absoluções	5
Afastamento do Cargo	0
Transação Penal – Lei n.º 9099/95	3
Audiências de Instrução Processual no Interior (Criminal)	80
Audiências de Instrução Processual em POA (Criminal)	37
Sessões de Julgamento - 4.ª CC	29
Procedimentos Investigatórios em Instrução em 31/12/2015	284
Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Representações em 31/12/2015	46

Procuradoria de Fundações

Item	2015
Fundações Instituídas	01
Pedidos de Instituição Indeferidos	0
Fundações Extintas	06
Fundações Privadas Cadastradas - Capital	117
Fundações Privadas Cadastradas - Interior	200
Atestados de Pleno e Regular Funcionamento	27
Portarias Relativas a Prestações de Contas	178
Portarias de Alteração de Estatuto, Aprovação e Extinção	31

Procuradoria de Recursos

- Movimentação Processual

Item	2015
Processos recebidos ¹	13.717
Medidas judiciais protocoladas	8.737
Processos com inviabilidade recursal	1.076
Processos com outras providências ²	4.902

¹Um processo pode gerar mais de uma medida judicial protocolizada.

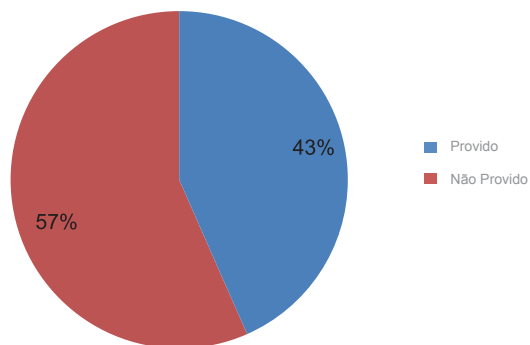
²Intimações, Manifestações pela Não Intervenção e Finalizações Manuais.

- Tipos de Recursos Interpostos

Tipo de Recurso	Crime	Cível	Total
Recurso Extraordinário	432	26	458
Recurso Especial	1.423	94	1.517
Contrarrazão em Recursos	2.915	533	3.448
Agravo de Instrumento	198	36	234
Agravo Interno	15	62	77
Agravo Regimental	140	11	151
Contrarrazão em Agravo de Instrumento	1.319	192	1.511
Embargo de Declaração	468	76	544
Contrarrazão em Embargo de Declaração	07	07	14
Embargos Infringentes	00	06	06
Medida Cautelar	119	03	122
Reclamação STJ/STF	53	00	53
Mandado de Segurança	07	00	07
Recurso Ordinário em Mandado Segurança	07	00	07
Petições	474	63	537

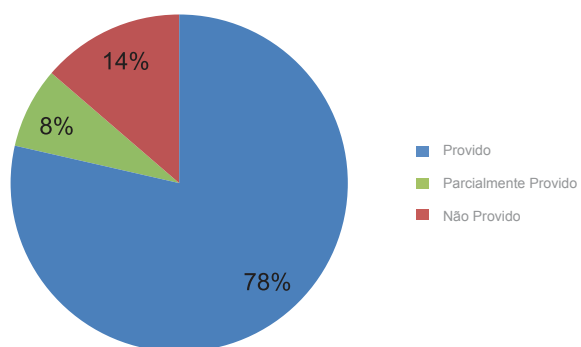
- Provimento dos Recursos junto aos Tribunais Superiores

Recursos - STF



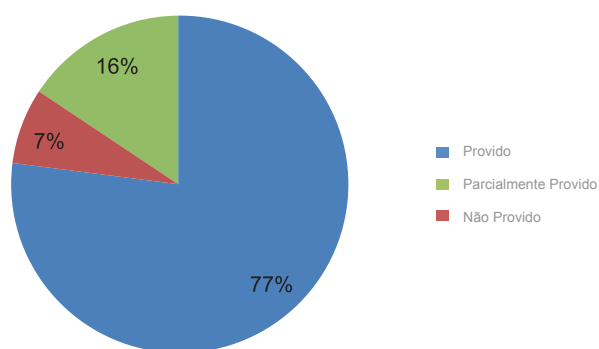
Recursos junto ao STF	
Providos	10
Parcialmente Providos	0
Não Providos	13
TOTAL	23

Recursos - STJ



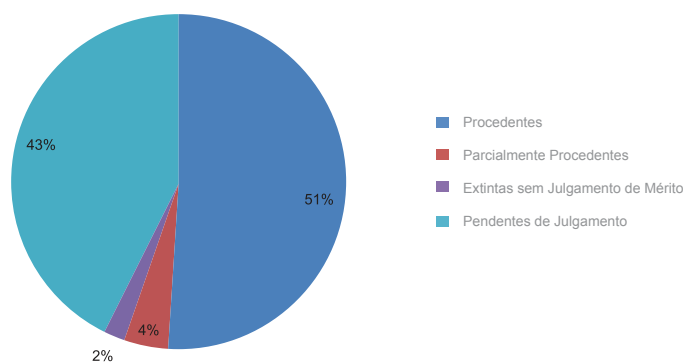
Recursos junto ao STJ	
Providos	410
Parcialmente Providos	40
Não Providos	72
TOTAL	522

Total de Recursos - STF e STJ



Recursos junto aos Tribunais Superiores (STF e STJ)	
Providos	420
Parcialmente Providos	40
Não Providos	85
TOTAL	545

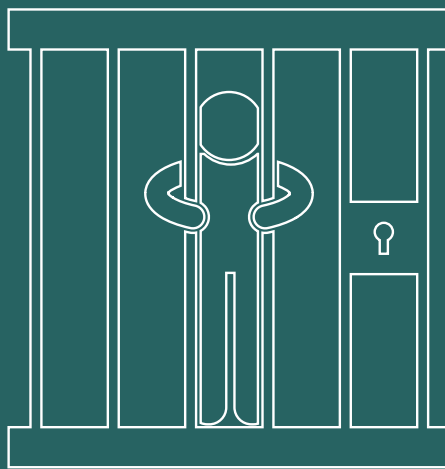
• Ações Diretas de Inconstitucionalidade



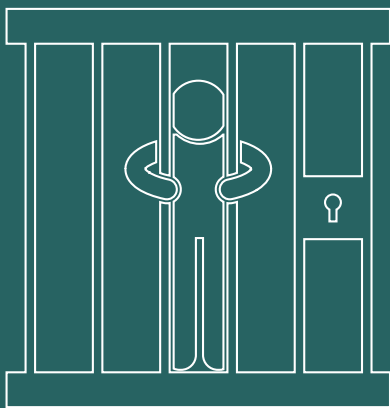
Item	2015
Ações Propostas	47
Procedentes	24
Parcialmente Procedentes	2
Improcedentes	0
Extintas sem Julgamento de Mérito	1
Pendentes de Julgamento	20



Áreas de Atuação



Criminal



Em 2015 o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul promoveu a reorganização do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), para proporcionar uma atuação mais integrada no enfrentamento da macrocriminalidade. Uma das principais mudanças foi a designação de Promotores de Justiça para atuar com exclusividade no tema, evidenciando a relevância que ele possui atualmente.

Durante o ano ganhou destaque o combate à corrupção. Mais de 100 pessoas foram denunciadas a partir das investigações de diversas operações realizadas pelas Promotorias de Justiça de todo o Estado e pelo GAECO, com o trabalho do Núcleo de Inteligência do MPRS (NIMP) e outros órgãos de investigação ligados ao Sistema Integrado de Investigação Criminal (SISCrIm).

Ainda, outras 263 pessoas já respondem à Justiça por crimes contra a ordem tributária – que representaram um prejuízo ao Estado superior a R\$ 359 milhões. Ressalta-se, também, a primeira denúncia de tentativa de feminicídio no Estado, ocorrida em abril, no município de São Gabriel, cerca de um mês após a publicação da Lei Federal nº 13.104/2015, que passou a prever esse crime como circunstância qualificadora do crime de homicídio. O MPRS também deu seguimento a iniciativas como o projeto de Fiscalização Regional de Casas Prisionais.

Projetos Estratégicos

Fiscalização Regional de Casas Prisionais

A situação preocupante em que se encontra grande parte dos estabelecimentos prisionais traz reflexos imediatos nos índices de criminalidade atuais. Nessa perspectiva, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul busca, de maneira proativa e dentro das atribuições que lhe são impostas constitucionalmente, colaborar na construção de alternativas viáveis para o aperfeiçoamento do sistema. Por isso, teve prosseguimento em 2015 o projeto institucional que propõe a fiscalização regionalizada das casas prisionais.

A partir da designação de um Promotor de Justiça específico para atuar nas questões vinculadas aos direitos coletivos dos apenados e presos provisórios, busca-se garantir que as penas sejam cumpridas dentro de condições mínimas, com a observância do princípio da dignidade da pessoa humana. Cabe lembrar, contudo, que o projeto engloba, ainda, a investigação e o acompanhamento de eventuais desvios de conduta de agentes estatais que atuam no sistema penitenciário.

O projeto-piloto desenvolve-se nos estabelecimentos da 3ª Região da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), que compreende os municípios de Cerro Largo, Cruz Alta, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga e Três Passos, tendo por sede a Promotoria de Justiça Criminal de Ijuí. São 10 casas prisionais que possuem capacidade para 1.658 presos, sendo que, atualmente,

abrigam em torno de 2.000 apenados.

Durante o ano, a regularidade das visitas e inspeções, aliada ao atendimento sistematizado dos apenados e dos seus familiares, tem construído os laços de confiança que são indispensáveis para a real identificação de problemas estruturais do sistema prisional.

Ao longo do segundo semestre de 2015, a partir da efetiva instalação da Promotoria Regionalizada, mais de 300 presos foram ouvidos, 123 avaliações médicas foram solicitadas, além de diversos outros pedidos encaminhados às Instituições responsáveis, como de atendimento por assistentes sociais, psicólogas, dentistas e etc.

No transcorrer desse período, foram definidos os indicadores que servirão de base para a análise do projeto-piloto, englobando tanto dados de esforço da Promotoria (quantidade de inspeções realizadas, presos atendidos, ações ajuizadas, etc.), como números relativos à mudança da realidade social (apreensão de objetos, separação de presos por regime de cumprimento de pena e outros).

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)

O MPRS busca constantemente o aperfeiçoamento das suas estruturas para combater o crime organizado. Nesse contexto, promoveu-se a reorganização do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), para proporcionar uma atuação mais integrada no enfrentamento da macrocriminalidade. Uma das principais mudanças foi a designação de Promotores de Justiça, agrupados em Núcleos Regionais (Capital, Alto Uruguai, Região Central,

Fronteira Oeste, Região Sul, Serra, Região Metropolitana, Taquari e Litoral), para atuar com exclusividade no tema, evidenciando a relevância que a matéria possui atualmente.

Parte integrante desta política de reestruturação, o Núcleo de Inteligência do MPRS (NIMP), além de dar continuidade a projetos estratégicos iniciados anteriormente, trabalhou na implantação de novos processos, entre eles o Laboratório de Tecnologia no Combate aos Cartéis (LAB-Cartel) e o Sistema de Investigação de Registros Telefônicos e Telemáticos (SITTEL). Já o Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro, implantando anteriormente e que atua na área de inteligência financeira, foi utilizado em 2015 na análise de 175 casos.

Em suma, os esforços do MPRS estão voltados para o aperfeiçoamento do enfrentamento à criminalidade principalmente em quatro frentes: no combate à corrupção, à sonegação fiscal, aos crimes cometidos contra a segurança alimentar e aos que ocorrem dentro e a partir dos presídios.

Destaques da Atuação

Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária

Em 2015, o MPRS denunciou 263 pessoas por crimes contra o erário, fatos estes que representaram um prejuízo ao Estado superior a R\$ 359 milhões. Neste contexto, destaca-se a atuação das Promotorias de Justiça Especializadas no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária.

A Operação Pescado é um bom exemplo dessa atuação. Na primeira fase, ocorrida em dezembro de 2014, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão na cidade de Rio Grande, além da quebra dos sigilos bancário e fiscal, telefônico e telemático dos investigados. A estrutura criminosa, formada por empresas de Santa Catarina, colaboradores de Rio Grande e outros tantos “laranjas”, era voltada à sonegação de ICMS no ramo atacadista de pescados. Foram constituídas mais de 100 empresas de fachada para envio do produto para outros Estados sem o pagamento do imposto devido. Nesse período, estima-se que as empresas demandadas tenham comercializado mais de R\$ 300 milhões no atacado. Para resguardar o ressarcimento ao erário estadual, foram sequestrados inúmeros bens das empresas: 35 embarcações pesqueiras, 37 veículos, quotas-sociais das empresas e valores depositados em contas bancárias.

Em junho de 2015, o MPRS, através da Promotoria Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária da Capital, da Promotoria de Justiça de Rio Grande e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), em parceria com a Receita Estadual, iniciou a segunda fase da Operação. Foi então decretada a prisão preventiva de quatro acusados e cumpridos outros cinco mandados de busca e apreensão. Descobriu-se então que havia um novo operador na prática delituosa, que havia ocupado o espaço deixado pelos intermediários presos na primeira etapa da Operação. O novo intermediário agia da mesma maneira que os demais investigados, utilizando “laranjas” e empresas de fachada. Estima-se que somente essas novas empresas de fachada descobertas na segunda fase enviaram, em cinco meses, cerca de

cinco milhões de quilos de pescado para outros estados, deixando de pagar R\$ 1 milhão em ICMS. Calcula-se que, nos últimos cinco anos, mais de 100 mil toneladas de pescado foram transportadas sem o recolhimento de imposto. Atualmente, tramitam 10 processos criminais contra todos os 27 denunciados envolvidos no esquema.

Já a Operação Oryza, também deflagrada em junho de 2015, numa atuação conjunta do MPRS e da Receita Estadual, buscou desarticular um esquema de fraudes existentes no ramo do comércio atacadista de arroz. Estima-se que o prejuízo aos cofres públicos foi de R\$ 125 milhões. Durante a operação, foram realizadas quebras dos sigilos telefônico e telemático das pessoas envolvidas, assim como expedidos mandados de busca e apreensão em diversos municípios, envolvendo Policiais Civis e Militares, Auditores da Receita Estadual e Promotores de Justiça.

Cabe ressaltar, por fim, que tramitam nas Promotorias de Justiça Especializadas no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária 176 procedimentos investigatórios criminais. A atuação do MPRS busca o ressarcimento dos danos, viabilizando a manutenção de um modelo de repressão na fase pré-processual. Assim, diversas empresas promoveram o pagamento integral ou o parcelamento dos débitos fiscais, evitando a instauração de processo por sonegação fiscal de ICMS. Importante lembrar que o art. 34 da Lei nº 9.249/95 estabelece o benefício da extinção da punibilidade em caso de pagamento integral dos débitos. Além disso, o art. 6º e seus parágrafos, todos da Lei nº 12.382/11, determinam a suspensão da ação penal em caso de parcelamento, desde que o pedido tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal.

Primeira Denúncia de Tentativa de Femicídio no Estado

A Lei Federal nº13.104, publicada em março de 2015, alterou a redação do Código Penal no artigo que trata do crime de homicídio. A partir de então, o delito cometido “contra mulher por razões da condição de sexo feminino” passou a ser qualificado, ou seja, teve uma majoração na pena (reclusão de 12 a 30 anos) e recebeu a denominação de feminicídio.

Cerca de um mês depois, em abril, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de São Gabriel, ofereceu a primeira denúncia no Estado pela prática de tentativa de feminicídio. Segundo a peça acusatória, o réu tentou matar sua companheira, a quem agrediu violentamente, durante horas. A vítima foi levada ao hospital da cidade, onde o homem alegou inicialmente que as lesões eram decorrentes de um assalto. No entanto, ele acabou confessando o crime, foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão preventiva decretada pela Justiça.

Operação Kommunikation e Operação Hydra de Lerna

A qualificação do combate ao crime organizado e o correto cumprimento das penas e medidas de segurança são dois dos objetivos previstos no Mapa Estratégico do MPRS. Neste contexto, foram deflagradas operações que surgiram de trabalhos investigativos que identificaram a utilização de telefones celulares dentro dos presídios para ordenar a prática de crimes fora deles.

A Operação Kommunikation, realizada através da Promotoria de Justiça Especiali-

zada Criminal de Porto Alegre, resultou, num primeiro momento, na prisão preventiva de 13 acusados. Dez desses mandados de prisão expedidos eram contra pessoas que já estavam recolhidas na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC).

As investigações mostraram que, mesmo cumprindo pena em regime fechado, os detentos comandavam células criminosas nos municípios de Campo Bom, São Leopoldo, Guaíba, Igrejinha e Porto Alegre, determinando, por telefone, a execução de desafetos para a conquista de territórios na guerra do tráfico de drogas.

No transcorrer dos trabalhos, outras 30 pessoas foram presas. Estima-se que os investigados, denunciados por tráfico de drogas e de armas, associação para o tráfico, lavagem de dinheiro e homicídio, movimentavam R\$ 300 mil por semana em venda de entorpecentes.

Já em março, na Operação Hydra de Lerna, foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva e um de busca e apreensão, em Porto Alegre. A Operação atingiu detentos da Penitenciária Modulada de Charqueadas e do Presídio Central de Porto Alegre, além de um apenado do regime semiaberto e a companheira de outro detento.

As Operações Kommunikation e Hydra de Lerna, que são continuidade das investigações da Operação Praefectus (deflagrada em abril de 2014), foram realizadas com o apoio da Brigada Militar e do Grupo de Ações Especiais da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Operação Conexión

A Operação Conexión, deflagrada em março pelo MPRS, por meio da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, em parceria com o Ministério Públi-

co de Contas, teve início a partir de denúncias da existência de um cartel formado por empresas do ramo de coleta de resíduos sólidos prestadoras de serviços em vários municípios do Rio Grande do Sul. Após sete meses de investigações, com interceptações telefônicas autorizadas pela Vara Criminal da Comarca de Torres, desvendou-se um esquema criminoso organizado pelo grupo de empresários. O objetivo principal era fraudar processos licitatórios dividindo o mercado de atuação de cada empresa, eliminando totalmente o caráter competitivo que norteia os certames.

Para o êxito das ações, o grupo fundou uma associação denominada Associação Gaúcha das Empresas de Limpeza Urbana (AGELURB), sediada em Novo Hamburgo. No local, em reuniões mensais, o cartel organizava a divisão do mercado e determinava qual das empresas integrantes do esquema seria a vencedora da próxima licitação ou alvo de contratação emergencial por parte de alguma cidade.

A Operação resultou na prisão preventiva de seis empresários em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Taquara, Torres e Tramandaí. Foram apreendidos computadores, celulares, atas de reuniões, agendas e diversos documentos referentes a licitações já realizadas e a pregões em andamento, além de R\$ 17 mil em espécie.

Foram denunciadas 36 pessoas por formação de cartel, direcionamento de licitações, abuso do poder econômico e outros delitos. Os crimes na prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos ocorreram em, pelo menos, dez licitações em 12 cidades do Rio Grande do Sul (entre elas Torres, Tramandaí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Paraí, Carlos Barbosa, Taquara, Igrejinha, Canela, Santo Antônio da Patrulha, Alvorada).



Entre objetos encontrados em uma das empresas estava o livro sobre a “máfia do lixo”.

Operação \$u\$epe

Em abril de 2015, o MPRS por meio da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre em parceria com a Receita Municipal de Porto Alegre, cumpriu quatro mandados de busca e apreensão em hotéis da Capital. O objetivo da Operação foi localizar os registros relativos aos hóspedes dos estabelecimentos nos anos de 2013 e 2014, bem como as segundas vias das notas fiscais emitidas naquele período. Com base nesses registros, as investigações da Operação \$u\$epe identificaram o pagamento indevido de diárias envolvendo 158 agentes penitenciários, que teriam utilizado nas prestações de contas pelo menos 769 notas fiscais falsas, causando um prejuízo ao erário, somente em 2014, superior a R\$ 1,6 milhões.

As investigações tiveram por base o relatório da Corregedoria-Geral da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), no qual se afirmou que notas fiscais falsas de hotéis foram apresentadas por agentes penitenciários que desempenhavam suas funções em Porto Alegre. Segundo apurado, os agentes moravam em Porto Alegre e estavam lotados apenas formalmente no interior do Estado com o intuito de obter diárias.

Os mais de três mil documentos apreendidos durante a operação serviram de base para a denúncia de 49 agentes penitenciários pelos crimes de peculato e falsidade documental – a peça acusatória narra aproximadamente 900 fatos. A investigação prossegue em relação a outros agentes penitenciários.



Mandados de busca e apreensão foram cumpridos em quatro hotéis de Porto Alegre.

Operação Carga Pesada

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Horizontina, denunciou, em julho de 2015, 10 pessoas por envolvimento no desvio de R\$ 26 milhões. Foram 12 cidades do noroeste gaúcho lesadas, em especial Horizontina e Santa Rosa. O grupo burlou licitações entre janeiro de 2013 e maio de 2014, especialmente ligadas à Secretaria Municipal de Obras de Horizontina. As investigações tiveram o apoio do GAECO e do Tribunal de Contas do Estado.

Operação Purgato

Em julho, foi deflagrada a Operação Purgato, voltada a desarticular um intrincado esquema de fraudes em licitações, principalmente na modalidade de pregão eletrônico. Estima-se que os crimes cometidos envol-

vam certames que movimentaram, em 2014, aproximadamente R\$ 190 milhões. Conforme a investigação da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, um grupo de pelo menos 10 empresas da região metropolitana da Capital teria montado um esquema para combinar preços e vender licitação em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Na ocasião, nas cidades de Porto Alegre, Gravataí, Sapucaia do Sul e Cachoeirinha, foram cumpridos 10 mandados judiciais de prisão temporária (sete empresários, dois funcionários e um advogado) e 13 mandados judiciais de busca e apreensão.

As licitações suspeitas de fraude ocorreram em diversos órgãos, como Tribunal de Contas do Estado, Badesul, Banrisul, Expointer, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Centro Administrativo Fernando Ferrari, Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Hemocentro de Pelotas), Secretaria de Administração e Recursos Humanos, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria Estadual da Educação, Procuradoria-Geral do Estado, Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, Secretaria de Saúde de Caxias do Sul, Secretaria de Saúde de Tramandaí e Hospital Regional de Santa Maria.

Operação Costa Doce

Em outubro de 2015, o MPRS, através da Promotoria de Justiça Especializada Criminal da Capital ofereceu denúncia na comarca de Tapes contra 21 pessoas investigadas pela Operação Costa Doce. Os acusados responderão pelos crimes de associação para o tráfico, receptação, tentativa de furto qualifi-

cado, prevaricação e corrupção.

A Operação teve início em janeiro de 2015, quando ocorreu a prisão de um Comissário da Polícia Civil pelo seu envolvimento com o traficante Alexandre Goulart Madeira, o Xandi, morto em Tramandaí no mesmo mês. A partir de então, várias denúncias chegaram ao MPRS, narrando o envolvimento do Comissário em outros crimes.

Em outubro, 16 pessoas foram presas durante o cumprimento de 19 mandados de busca e apreensão. As cidades alvo da ação foram Tapes, Camaquã, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Jaguarão e Charqueadas. Mais de 100 agentes do MPRS e da Polícia Militar participaram da operação.

A série de crimes (entre eles roubo a banco, tráfico de drogas, furto qualificado, sequestro, cárcere privado, roubo de veículos e corrupção passiva) praticados pelo bando ocorria principalmente em Tapes e Camaquã, espalhando-se pela região metropolitana de Porto Alegre e por presídios gaúchos. Três celas da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas foram alvo de busca e apreensão e dois criminosos foram novamente presos no local. Um apenado foi preso na Penitenciária Estadual do Jacuí e outro no Presídio de Camaquã. Em Novo Hamburgo, foi detido um dos principais traficantes do Vale dos Sinos.

Operação Arca de Noé

Em outubro, foi deflagrada a Operação Arca de Noé, que combateu crimes de lavagem de dinheiro, exploração de jogos de azar e jogo do bicho em diversas cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foram cumpridos quatro mandados de prisão preventiva e 43 de busca e apreensão, sendo

cinco em Constantina, um no município de Estação e 37 em Erechim. Participaram da Operação 135 policiais militares e 12 agentes do GAECO.

A organização criminosa que foi desarticulada gerenciava as ações através de um escritório localizado na cidade de Constantina. Os crimes eram cometidos em cerca de 70 cidades, entre elas Florianópolis, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Erechim, Marau, Santo Ângelo, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Sarandi e Não-Me-Toque, com aproximadamente 120 terminais eletrônicos para apostas no jogo do bicho.

Operação Cobertura

Seis pessoas foram presas preventivamente e uma teve decretada prisão em flagrante por porte ilegal de arma durante a Operação Cobertura, deflagrada em setembro. Durante o cumprimento dos 19 mandados de busca e apreensão (em Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Estância Velha, Bento Gonçalves e Jacuizinho), foram recolhidos celulares, computadores e documentos relativos a licitações em residências, nas Prefeituras de Bento Gonçalves e Jacuizinho, bem como nas sedes das seis empresas investigadas.

A Operação Cobertura apura fraudes em licitações para a realização de pelo menos 40 concursos públicos. Há indícios consistentes de irregularidades nas contratações para a aplicação das provas de concursos nas Câmaras de Vereadores de Nova Hartz e Restinga Seca, bem como nas Prefeituras de Formigueiro, Itapuca, Passa Sete, Bom Retiro do Sul, Bento Gonçalves e Jacuizinho.

Operação CUB

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça Especializada Criminal, ofereceu, em julho de 2015, denúncia contra duas pessoas acusadas de falsificarem documentos públicos provenientes da Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre. Segundo a peça acusatória, um dos réus inseria assinaturas falsas no lugar do Secretário Municipal (com a participação do próprio Secretário).

Também em julho de 2015, foi oferecida denúncia contra outro réu imputando-lhe o crime de corrupção passiva. Segundo a inicial, o acusado solicitou a um empresário da área da construção civil que intervisse politicamente para a permanência dele no cargo em comissão que exercia junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM). Em contrapartida, o servidor público, que exercia a função de Diretor da Divisão de Arborização de Praças e Jardins da SMAM da Capital, atuou para “agilizar” a tramitação de procedimento referente a um empreendimento imobiliário.

No total, em função da Operação CUB, deflagrada em maio de 2013, já foram denunciadas mais de 20 pessoas, entre agentes públicos e empresários. Vale lembrar que a Operação visou apurar a existência de um esquema delituoso no âmbito das Secretarias Municipais de Viação e Obras Públicas (SMOV) e de Urbanismo (SMURB). Mediante o pagamento de propina, agentes aceleravam processos administrativos de licenciamento para construções e laudos de segurança ou alvarás de funcionamento em prol de empresários ligados à construção civil.

Parcerias Estabelecidas

Implantação do Método APAC de Recuperação de Condenados

Buscando assegurar o correto cumprimento das penas e medidas de segurança, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul tem atuado para promover a instalação da primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) do Estado, no município de Canoas.

As APACs são entidades civis, sem fins lucrativos, que atuam em parceria com o Poder Judiciário e visam à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade.

O Método APAC se distingue do sistema tradicional por obter maiores índices de recuperação com menores custos. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), enquanto no sistema nacional comum a reincidência é de 85%, no Método APAC é de apenas 11,22%.

Nas unidades da Associação, os presos são os corresponsáveis pela sua recuperação e recebem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade. O condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade média de 100 a 180 detentos. Além disso, a segurança e a disciplina do presídio são feitas com a colaboração dos presos, que contam com o suporte dos funcionários, voluntários e diretores da entidade, sem a presença de policiais e agentes penitenciários.



Cível e Patrimônio Público



O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ajuizou no ano que passou 159 ações por improbidade administrativa, buscando a responsabilização de agentes públicos por ato lesivo ao erário ou aos princípios da administração pública.

O combate à corrupção foi uma das prioridades da Instituição em 2015, o que se traduziu em significativo número de investigações e ações impetradas nesta área, como também no desenvolvimento de projetos de qualificação dos instrumentos de fiscalização e controle. Entre os principais ilícitos denunciados em 2015 nesta área de atuação estão as fraudes em licitações e fundos de previdência, irregularidades em contratações e o enriquecimento às custas de cargo público.

Ainda em 2015, foi destaque a atuação no combate às irregularidades eleitorais, com o ajuizamento de 256 ações em todo o Estado em virtude de doações de campanha acima do permitido. Este trabalho do MPRS teve como ponto de partida informações da Receita Federal que apontavam indícios de irregularidades nas doações durante as eleições gerais de 2014. Veja a seguir alguns resultados e um resumo das atividades desenvolvidas pelo MPRS em 2015 na área cível e na defesa do patrimônio público.

Iniciativas Realizadas

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul participou da 13ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), em Fortaleza - CE. O encontro, que ocorreu de 23 a 27 de novembro, definiu as ações que serão executadas no ano de 2016 por cerca de 60 órgãos que integram o grupo, entre os quais o MPRS.

Entre os principais resultados alcançados pela ENCCLA estão a criação e desenvolvimento da Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB); o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e a criação de estruturas especializadas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O grupo também promoveu os principais debates que culminaram na elaboração de marcos legais relativos ao tema, como a Lei nº 12.683/2012, que alterou a Lei de Lavagem de Dinheiro, e a Lei nº 12.850/2013, que dispõe sobre as organizações criminosas.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro foi criada em 2003, por iniciativa do Ministério da Justiça, com a finalidade de contribuir para o combate à lavagem de dinheiro no Brasil. A ideia é fundamentada na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, bem como dos Ministérios Públicos e da sociedade civil com atuação, direta ou indiretamente,

na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com o intuito de identificar e propor o aprimoramento de ações.



Melhoria dos Controles Internos e Incremento de Receitas Tributárias Municipais

O MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público, em reunião de trabalho com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), propôs um plano de ação a ser desenvolvido a partir de informações repassadas pela Corte de Contas. A intenção é que a atuação se dê em duas frentes: implantação e aperfeiçoamento dos controles internos municipais e atualização do cadastro imobiliário e fiscal, com o objetivo de incrementar as receitas tributárias próprias daqueles entes federativos.

Destaques da Atuação

Irregularidades em Licitações e Contratações Públicas

Quaraí

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Quaraí, denunciou por crimes contra a Lei das Licitações, bem como ajuizou uma ação civil pública contra as empresas Komac Rental Locadora de Máquinas e Teseu Soluções Ambientais (de Arroio do Sal), contra o Secretário de Obras do município, bem como outras oito pessoas ligadas às empresas. Conforme as investigações, os demandados fraudaram a concorrência para a contratação emergencial das duas empresas para coleta de resíduos sólidos urbanos. A fraude ocorreu por dispensa ilegal de licitação, com a utilização de “laranjas” como representantes das concorrentes e interligação entre os proprietários das duas.

A ação civil pública por atos de improbidade administrativa pediu, liminarmente, que fosse declarada a nulidade do Procedimento de Licitação Concorrência Pública nº 015/2014 e ordenada a imediata realização de novo procedimento licitatório, desta vez nos moldes legais. Ainda, solicitou prazo razoável para o término da prestação de serviço pela empresa Komac Rental para evitar a interrupção da coleta de lixo enquanto não houver novo vencedor.

As investigações, iniciadas em junho do ano passado e que tiveram colaboração de parte dos dados coletados pela Operação Conexão, dão conta que as duas empresas receberam até R\$ 1,6 milhão com a prestação dos serviços, obtidos por meio da fraude.

Fraude em Fundos de Previdência

O MPRS investiga prejuízos ao fundo de previdência e assistência do município de Caxias do Sul, envolvendo supostas negociações fraudulentas de títulos públicos federais, levadas a efeito por distribuidoras e corretoras de valores suspeitas segundo o Banco Central do Brasil. Neste caso, está sob investigação o desvio de aproximadamente R\$ 1,65 milhão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor. Também, no município de Farroupilha, com as mesmas características de ilícito que lesa o Fundo de Aposentadoria do Servidor, foi ajuizada uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa e para ressarcimento ao erário no valor superior a R\$ 16 milhões.

Ação para Ressarcimento de Danos à Procempa

O MPRS, através de ação ajuizada pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, solicitou o ressarcimento integral do dano causado ao erário, no valor corrigido de R\$ 1.259.839,43. As investigações detectaram que os gestores da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa) incorreram em atos de improbidade administrativa no contrato firmado entre a Procempa e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), cujo objeto era o fornecimento de solução informatizada de gerenciamento da Administração Municipal de Porto Alegre.

Uruguaiana

O Ministério Público obteve decisão judicial de indisponibilidade dos bens de propriedade do ex-prefeito da cidade de Uruguaiana. O pedido liminar constou em ação civil pública proposta pela Promotoria de Justiça de Uruguaiana em virtude da contratação indevida da empresa Bernardo Vidal Consultoria Ltda., em novembro de 2009, com inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços de assessoria técnica tributária. A intenção era realizar o planejamento e recuperação das contribuições previdenciárias pagas pelo Município. Os honorários foram ajustados em 16,20% sobre o efetivamente recuperado.

Além da irregularidade na contratação, foram verificadas diversas outras violações no conteúdo do contrato firmado. O desfalque aos cofres públicos foi avaliado em R\$ 4,5 milhões (débito com o fisco federal), mais R\$ 1,2 milhão referente aos honorários pagos à empresa contratada.

São Leopoldo

O Ministério Público ofereceu, no dia 31 de agosto, denúncia contra o ex-prefeito de São Leopoldo e outras 23 pessoas, entre elas empresários, secretários municipais e servidores públicos, por formação de quadrilha, dispensas ilegais de licitações, fraudes em licitações e peculato (desvio de verbas públicas), num total de 37 fatos delituosos.

As acusações levaram em consideração os trabalhos da Polícia Civil referentes à Operação Cosa Nostra. O Ministério Público complementou as investigações com dados da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, além de depoimentos de testemunhas e investigados.

Conforme apurado, estabeleceu-se no Poder Executivo de São Leopoldo um esquema para beneficiar um empresário e a empresa da qual era sócio-administrador, a Nasbrit Prestadora de Serviços Ltda. Os contratos fraudados eram para a prestação de serviços de portaria de prédios públicos e cemitérios municipais, zeladoria de praças, instalação de equipamentos, limpeza e conservação de prédios, fornecimento de alimentação, desmanche de casas e segurança.

A Nasbrit firmou inúmeros contratos irregulares através de procedimentos licitatórios na modalidade convite, indevidamente fracionados, forjados ou superfaturados. A empresa também recebeu por serviços não prestados. A denúncia aponta, ainda, que a Nasbrit tinha sede extremamente modesta, em um imóvel residencial, sem placas de identificação, em uma estrutura física incompatível com o amplo leque de atividades previstas no objeto social e com o faturamento decorrente das dezenas de contratos irregulares no valor estimado de R\$ 1 milhão (valor da época).

Ação de Improbidade Administrativa contra Deputado Estadual

Foi proposta ação civil pública de improbidade administrativa pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Porto Alegre contra Deputado Estadual e mais seis assessores. Os demandados são acusados de enriquecimento ilícito, mediante incorporação de verbas públicas ao seu patrimônio pessoal, em razão do exercício do mandato e dos cargos, bem como lesão ao erário e perda patrimonial à Assembleia Legislativa. O prejuízo estimado é de R\$ 7.516.378,82.

Desbloqueio de Rodovias

No mês de fevereiro de 2015, o país viveu diversos bloqueios de rodovias com os consequentes transtornos gerados por uma greve de caminhoneiros sem precedentes.

Naquele contexto, a Justiça da Comarca de Santo Augusto acatou pedido de liminar em ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Santo Augusto, determinando que o Movimento Paredista dos Caminhoneiros liberasse as rodovias RS-155, no Km 65, e a RS-210, no Km 63, bem como não promovesse nenhum outro bloqueio em rodovias da Comarca.

Na região Noroeste, ao acatar pedidos de liminar em ações civis públicas ajuizadas pelas Promotorias de Justiça de Giruá e Getúlio Vargas, a Justiça das Comarcas determinou, também em fevereiro, o desbloqueio das rodovias RS-344 (em Giruá) e RS-135 (em Getúlio Vargas).

Já no litoral norte, ao atender pedido da Promotoria de Justiça de Torres, foi determinado liminarmente que os organizadores do

movimento de caminhoneiros que ocuparam a BR-101, no trecho de Três Cachoeiras, não utilizassem crianças ou adolescentes nos protestos.



Fonte: Freepik

Parcerias Estabelecidas

Campanha Dez Medidas contra a Corrupção

No mês de agosto, o Ministério Público Estadual aderiu à campanha “Dez Medidas contra a Corrupção”, de iniciativa do Ministério Público Federal. As dez medidas destacadas pela campanha são: prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação; criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores; aumento da eficiência dos recursos no processo penal; celeridade nas ações de improbidade administrativa; reforma no sistema de prescrição penal; ajustes nas nulidades penais; responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois; prisão preventiva para assegurar a devolução do dinheiro desviado; e recuperação

do lucro derivado do crime. A expectativa, em todo país, é coletar 1,5 milhão de assinaturas em apoio a 20 anteprojetos de lei que foram encaminhados ao Congresso Nacional.

O recolhimento das adesões na sede central do Ministério Público teve momento marcante com a assinatura, pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Subprocuradores-Gerais de Justiça em recente visita do Procurador-Geral da República. Também, durante a 38ª Expointer, que ocorreu de 29 de agosto a 6 de setembro, a campanha fez parte das atividades da Instituição, que esteve presente no Parque de Exposições, em Esteio, através do ônibus do MP. E, em dezembro, durante ato realizado no MPF para marcar o Dia Internacional de Combate à Corrupção, foram entregues duas mil assinaturas colhidas pelo MPRS para a campanha. Até então, já haviam sido coletadas, no RS, cerca de 30 mil assinaturas – e em todo o Brasil o número era superior a 850 mil, atingindo cerca de 60% da meta.



Lei da Transparência

O MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público elaborou, juntamente com o Ministério Público de Contas do RS, um modelo de recomendação conjunta a ser encaminhado aos prefeitos municipais para que, em prazo

razoável, adotem medidas administrativas e legais pertinentes em obediência à Lei Federal nº 12.527/2011, bem como regulamentem e promovam efetivamente o acesso à informação das Administrações Públicas.

Certidões de Débito do TCE/RS

No ano de 2015, em continuidade ao acordo entre MPRS e TCE para efetivar a fiscalização da cobrança das certidões de débito imposta aos gestores públicos, foram remetidas aos Promotores de Justiça, até o mês de novembro, 244 certidões para posteriores aferições, num montante de R\$ 29.713.280,00 – que envolve 124 comarcas do Rio Grande do Sul.

Atuação em Matéria Eleitoral

Doações de Campanha com Excesso aos Limites Legais (pessoas físicas e jurídicas)

O Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Gael) do Ministério Público gaúcho encaminhou aos Promotores Eleitorais informações da Receita Federal com a verificação das doações de pessoas físicas e jurídicas que extrapolaram, em tese, o limite legal nas eleições gerais de 2014 (artigos 23 e 81 da Lei nº 9.504/97).

Os dados referem-se a valores doados e apurados até 31 de dezembro de 2014, encaminhados pelo Tribunal Superior Eleitoral, relativos a doadores domiciliados em municípios pertencentes a cada uma das zonas eleitorais de atuação do MPRS.

O Gabinete de Assessoramento Eleitoral sugeriu aos Promotores Eleitorais que examinassem o conteúdo dos dados para averiguação de eventuais ilícitos que pudessem resultar em ajuizamento de representação. Verificado o excesso, compete ao Ministério Público propor a ação eleitoral, solicitando a quebra do sigilo fiscal ao Juiz Eleitoral competente.

A partir da análise das informações recebidas pela Receita Federal, foi possível identificar irregularidades em algumas doações efetuadas no processo eleitoral, resultando no ajuizamento de 256 ações em todo o Estado.



Consumidor



A atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em áreas especializadas, como na defesa do consumidor, vem crescendo nos últimos anos, principalmente com iniciativas na área extrajudicial, incluindo ações de prevenção e mediação de conflitos. Em 2015, o MPRS lançou uma importante campanha, vinculada ao Programa Segurança Alimentar, com objetivo de conscientizar e orientar os consumidores sobre formas de verificar a qualidade e procedência dos alimentos. Ainda foi destaque, nesta área, o prosseguimento da Operação Leite Compen\$ado com a retirada do mercado de produtos impróprios para o consumo e com os desdobramentos que resultaram nas Operações Queijo Compen\$ado e Ju\$\$ara, esta última verificou irregularidades na comercialização e industrialização do palmito.

Além das ações na área da segurança alimentar, o Ministério Público atuou fortemente em 2015 na defesa dos consumidores gaúchos em matérias que envolvem prestação de serviços de telefonia, energia elétrica, utilização de agrotóxicos, logística reversa, entre outros. Veja nas páginas a seguir um resumo das atividades e resultados do MPRS nesta área de atuação.

Projetos Estratégicos

Programa Segurança Alimentar

Vinculado ao objetivo estratégico “Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor”, o Programa Segurança Alimentar tem como objetivo assegurar que os alimentos cheguem ao público em condições adequadas para o consumo. Para garantir esse direito, o MPRS busca a retirada de circulação daqueles produtos considerados impróprios e a autuação dos responsáveis pelas irregularidades. O Programa desenvolvido pela Instituição engloba três projetos voltados para fomentar a participação da sociedade e para informar os consumidores sobre as garantias que a legislação oferece.

O primeiro projeto teve início ainda em 2014, quando foi realizado o primeiro seminário interinstitucional para discussão do tema. Em outubro de 2015 o MPRS promoveu a segunda edição do evento, desta vez com o tema “Serviços e Sistemas de Inspeção de Alimentos - Avanços Necessários”. No encontro, foi sublinhada a necessidade de fortalecimento dos serviços de inspeções municipais. Segundo dados apresentados no seminário, menos da metade dos Municípios do Rio Grande do Sul possuem serviço de inspeção de alimentos e menos de dez cidades gaúchas têm produtores de alimentos cadastrados nos sistemas de inspeção estadual e federal.

Em junho de 2015 o MPRS deu início à campanha de comunicação do Programa Segurança Alimentar RS. Com o apoio da Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), que disponibilizou recursos para execução das peças publicitárias, foram re-

alizadas inserções em jornais, rádios e redes sociais, além da produção de outdoors e material gráfico. O objetivo específico deste projeto é o de informar o consumidor sobre todos os dados que devem estar disponíveis nos rótulos dos produtos. Além disso, alertar quanto à importância dessas informações sobre composição, validade e origem dos alimentos.

Outra ação desenvolvida no âmbito das parcerias firmadas no Programa Segurança Alimentar ocorreu em setembro de 2015, quando o PROCON/RS passou a divulgar mensalmente em seu site os dados de empresas condenadas em processos transitados em julgado, na esfera administrativa, no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul.

Vários órgãos públicos e privados envolveram-se nas atividades do programa, dentre eles: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul (SFA-RS); Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI); Programa Estadual de Defesa dos Consumidores (PROCON); Secretaria Estadual da Saúde/Divisão de Vigilância Sanitária; Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor (FEDC); Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul (CONSEA-RS); Procuradoria Regional da República; PROCON Municipal de Porto Alegre; Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do RS; Sindicato dos Nutricionistas do Estado do RS; Sindicato Médico do RS; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS (FECOMÉRCIO-RS) e empresa Ativa Multicanal.



PROCON Municipal

O baixo índice de cidades que possuem órgão municipal de proteção ao consumidor preocupa o MPRS. No Rio Grande do Sul, dos 497 municípios apenas 85 possuem Programa de Defesa do Consumidor (PROCON) instalado. Considerando os prejuízos que a falta de um órgão de defesa próximo gera ao consumidor, desenvolveu-se projeto para fomentar a instalação de PROCONs locais, evitando-se a sobrecarga de demandas ao PROCON Estadual.

Para atender aos objetivos do projeto, algumas ações já foram implementadas, como a realização, em abril de 2015, de capacitação voltada aos Promotores de Justiça. Já nessa oportunidade, ocorreram as assinaturas de Termos de Cooperação com os municípios de Viamão e Soledade, objetivando viabilizar a instalação de PROCON naquelas localidades. O município de São Lourenço do Sul, na mesma data, também iniciou tratativas para a criação do órgão municipal.

Agrotóxicos – Rastreabilidade

O MPRS e os Ministérios Públicos dos Estados de Santa Catarina e Paraná reuniram-se, em setembro de 2015, para tratar das medidas adotadas pelas instituições com o objetivo de combater práticas relativas ao uso de agrotóxicos que impliquem riscos

ao consumidor e ao meio ambiente. Durante a reunião houve explicações de fiscais agropecuários e da vigilância sanitária dos três Estados do Sul. As medidas adotadas em conjunto pelas três instituições estão alinhadas com o escopo do projeto institucional gaúcho “Agrotóxicos – Rastreabilidade”.

Na ocasião, os três Ministérios Públicos firmaram o compromisso de atuar conjuntamente para combater práticas relativas ao uso irregular de agrotóxicos, sendo aprovada a “Carta de Florianópolis sobre Agrotóxicos”, que define objetivos comuns que colocam como prioridade exigir de cada Estado o monitoramento da qualidade dos alimentos por meio de análises realizadas por laboratórios públicos. Além disso, o documento prevê a ampliação do quadro de pessoal e estrutura para garantir o pleno exercício da fiscalização agropecuária e da vigilância sanitária, combatendo, ainda, o comércio irregular de agrotóxicos na produção vegetal e a emissão de receituário agrônomo sem o devido diagnóstico da área-alvo da pulverização.

A atuação conjunta focará, também, a busca de soluções para casos reiterados que envolvam os Estados da Região Sul, inclusive acerca do trânsito não autorizado de agrotóxicos ou comércio de sementes/alimentos fora dos padrões. Decidiu-se, ainda, que serão compartilhadas as condenações administrativas transitadas em julgado na área de alimentos para publicação nos sites dos PROCONs Estaduais.

Outra iniciativa conjunta será reforçar a adoção do rastreamento (identificação da origem) de produtos in natura e/ou minimamente processados e criar condições para agir em rede entre os órgãos públicos, fortalecendo o papel da fiscalização agropecuária, da vigilância sanitária e da atuação dos Ministérios Públicos dos Estados do Sul.



Imagem meramente ilustrativa.

Iniciativas Realizadas

Qualidade na Prestação dos Serviços de Telefonia Móvel

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul acompanhou o cumprimento dos compromissos assumidos em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Tim e Oi, celebrado no encerramento da CPI da Telefonia, em 2013.

Em junho de 2015, em reunião do MPRS com os representantes das operadoras, foram disponibilizadas informações relacionadas às melhorias realizadas nos canais de comunicação com os consumidores previstas no TAC. Na ocasião foi abordado, ainda, o cumprimento da disponibilização do mapa de cobertura no site de cada operadora, com informações sobre o sinal de telefonia e internet 3G oferecido aos consumidores, sendo, ao final, deferidos prazos para providenciar os serviços ainda indisponíveis.

Além disso, a partir do recebimento de informações das Promotorias de Justiça do Estado relacionadas aos problemas de telefonia enfrentados nos respectivos municípios, o MPRS iniciou, no mês de abril, contatos com as empresas de telefonia que atuam no

Estado com o objetivo de buscar uma solução mais imediata e extrajudicial aos problemas que são percebidos pelos consumidores gaúchos.

Em novembro de 2015 foi promovido pelo MPRS o painel “Telefonia Móvel no RS: Progressos e Desafios”, oportunidade em que foram avaliadas as iniciativas já adotadas pelo setor, considerando o grande número de demandas individuais e coletivas relacionadas à comercialização de produtos (contratos não realizados) e falhas na prestação dos serviços encaminhadas aos PROCONs, MPRS e Ministério Público Federal.

Destaque da Atuação

Promotoria Especializada do Torcedor

A Promotoria de Justiça Especializada do Torcedor, em operação há dois anos, teve papel relevante em 2015. Durante as partidas de futebol acontecidas na Capital, foram realizadas 78 audiências no Juizado Especial Criminal instalado na Arena Porto-Alegrense e 59 no Estádio Beira-Rio. Além disso, o MPRS, através desta Promotoria, atuou em outros grandes eventos que também se realizaram nestes complexos esportivos, desde partidas amistosas da Seleção Brasileira de Futebol até concertos musicais.

O trabalho desenvolvido primou pelo fortalecimento das parcerias institucionais, tendo sido realizadas reuniões de aproximação com a Brigada Militar, Polícia Civil, Trensurb, Empresa Pública de Transporte e Circulação, Carris, Polícia Rodoviária Federal, Federação Gaúcha de Futebol, Sport Clube Inter-

nacional, Grêmio Football Porto-Alegrense, e com representantes das empresas gestoras do Estádio Beira-Rio e da Arena Porto-Alegrense, nas quais buscou-se articular ações com o intuito de proporcionar ao torcedor melhores condições durante as partidas de futebol e a construção de um ambiente mais seguro. Tudo isso para garantir que os direitos contemplados no Estatuto de Defesa do Torcedor sejam efetivamente respeitados.

Também ocorreram encontros com integrantes de torcidas organizadas da dupla Gre-Nal, com a finalidade de reforçar algumas regras e, ao mesmo tempo, estabelecer premissas que evitassem confrontos. Em suma, o objetivo foi prevenir a violência nos estádios e no trajeto de chegada e saída dos torcedores nas praças desportivas, com a intensificação do controle e punição dos torcedores violentos.

Em novembro de 2015, a Promotoria de Justiça Especializada firmou com o Sport Club Internacional um acordo de cooperação onde o clube se comprometeu a cadastrar todos os membros das torcidas organizadas e implantar o controle de acesso ao estádio mediante reconhecimento biométrico. O compromisso é de que o novo sistema esteja em funcionamento antes do início do calendário de jogos oficiais de 2016.



Ação de acompanhamento da torcida mista

Operação Leite Compen\$ado

No decorrer de 2015, a Operação Leite Compen\$ado, que completou dois anos em maio, seguiu tendo desdobramentos. A Justiça de Ibirubá condenou, em março, cinco envolvidos na fraude investigada pela 1ª fase da operação, deflagrada em maio de 2013. Outras seis pessoas já foram condenadas no mesmo processo. Além disso, já existem condenações contra outras quatro pessoas flagradas na 2ª fase da Operação.

Em maio de 2015, o MPRS deflagrou a oitava fase da Operação Leite Compen\$ado, na região Norte do Estado, através das Promotorias de Justiça Especializada Criminal e de Defesa do Consumidor, além da Promotoria de Justiça Criminal de Erechim. Na oportunidade, foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva, três de prisão cautelar e oito mandados de busca e apreensão nas cidades de Campinas do Sul, Jacutinga e Quatro Irmãos. Também foi expedida ordem judicial para apreensão de quatro caminhões. Participaram dessa Operação integrantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Receita Estadual e da Brigada Militar.

Durante as investigações, laudos técnicos indicaram fraude pela adição de água no leite cru refrigerado entregue pela empresa Transportes Odair Ltda. e recebido pela Cooperativa de Pequenos Agropecuaristas de Campinas do Sul (COOPASUL). Também foi detectada alteração na densidade do leite (por adição de produtos como sal, açúcar ou amido de milho), acidez elevada (que indica a deterioração por microorganismos) e adição de soro de leite.

Ainda em maio de 2015, em decorrência dessa Operação, o MPRS ofereceu denúncia contra 16 pessoas que, em ocasiões distin-

tas, corromperam, adulteraram, receberam e mantiveram em depósito para vender leite destinado ao consumo humano com adição de água e de produtos químicos para mascarar análises. Em julho de 2015 mais seis pessoas foram denunciadas pela adulteração no leite encaminhado para a COOPASUL.

Em setembro de 2015, foi desencadeada pelo MPRS a nona fase da Operação que consistiu na investigação de fraudes na cadeia leiteira na região dos Campos de Cima da Serra, a qual identificou adulteração de substância alimentícia e delito de associação criminosa. A fraude consistia na utilização de bicarbonato de sódio para mascarar a acidez do leite decorrente da deterioração do produto. Ao fim, o MPRS ofereceu denúncia contra 10 envolvidos, onde são relatados 11 fatos previstos no Código Penal, que trata como conduta criminosa a adulteração de substância alimentícia e também o delito de associação criminosa, previsto na Lei nº 12.850/2013.

E, em outubro, foi desencadeada pelo MPRS, com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Receita Estadual, Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Secretaria Estadual da Saúde – Vigilância Sanitária, Secretaria Estadual da Agricultura e Brigada Militar, a décima etapa da Operação para combater novo foco de adulteração na cadeia produtiva do leite, desta vez incluindo a fabricação de queijo com o produto adulterado. Durante as investigações, análises feitas pelo laboratório da Univates constataram que 11 lotes de leite UHT Lactibom apresentaram acidez elevada e proliferação de bactérias (o que indica que o leite estava em processo de deterioração), além de crioscopia elevada – o que pressupõe a adição de água. Como resultado dessa Operação, o MPRS apre-

sentou, em novembro de 2015, denúncia à Justiça de Venâncio Aires contra 19 pessoas pelos crimes de organização criminosa e adulteração de produto alimentício.

Por fim, cabe lembrar que o MPRS participou da elaboração de projeto de lei sobre o tema, que restou aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, em dezembro de 2015. Promulgada nos primeiros dias de janeiro de 2016, a norma objetiva aumentar a fiscalização e coibir novas fraudes na cadeia produtiva do leite. Por sugestão do MPRS, quando o transportador tiver carga rejeitada e não quiser dar destino a esse leite, a empresa (indústria) terá de comunicar à Promotoria de Justiça. O objetivo é impedir que o produto adulterado seja oferecido a outros compradores ou encaminhado a outras praças onde não haja tanto rigor na fiscalização.



Imagem meramente ilustrativa

Operação Queijo Compen\$ado

A ocorrência de fraudes na cadeia leiteira teve sequência, também, na produção de queijos. Em junho de 2015, o MPRS deu início à primeira fase da Operação Queijo Compen\$ado na empresa Laticínios Progresso, com sede em Três de Maio e depósito clandestino em Ivoti. As investigações apontaram a fabricação de queijo com amido de milho, que serve para mascarar a colocação de menos leite do que o exigido pelas normas da

indústria, bem como a adição de solutos à matéria-prima de má qualidade. A Operação ainda apontou a compra de leite cru rejeitado pelas indústrias, a presença de coliformes fecais no produto apreendido, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva.

Participaram da ação a Receita Estadual, Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Brigada Militar.

A operação resultou na denúncia de dez indivíduos, três prisões e na apreensão de dois veículos. Os réus deram entrada com pedidos de liberdade provisória, que restaram deferidos. No segundo semestre de 2015 mais três pessoas foram presas e as sedes da Laticínios Progresso foram interditadas.

Já em outubro de 2015, junto com a décima fase da Operação Leite Compen\$ado, o MPRS desencadeou a Operação Queijo Compen\$ado 2 na empresa Laticínios Latte Bios Ltda, de Lajeado, que fabricava o queijo Queschmier-Ricota com o leite fraudado. A análise do Laboratório da Univates também detectou coliformes termotolerantes (coliformes fecais), que toleram temperaturas acima de 40°C e são associados às fezes de animais.

Nestas operações, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão e recolhimento de caminhões nas cidades de Venâncio Aires, Lajeado, Mato Leitão, Arroio do Meio, Montenegro e Carlos Barbosa, além da prisão em flagrante de sete pessoas.

Operação Ju\$\$ara – Irregularidades na Comercialização e Industrialização do Palmito

Em novembro de 2015, o MPRS deflagrou a Operação Ju\$\$ara, que investigou uma organização criminosa que realizava a prática abusiva e ilegal de extração, comercialização, transporte e industrialização de palmito. A operação resultou na apreensão de sete toneladas de palmito em conserva, além de palmito-juçara in natura, produtos químicos, quatro veículos utilizados no transporte, documentos e anotações.

Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão em Maquiné, Três Forquilhas, Caraá, Terra de Areia, Dois Irmãos, Canoas, Porto Alegre, Gravataí, São Leopoldo e Caxias do Sul, sendo que quatro pessoas foram presas em flagrante por porte ilegal de arma. Rolos de rótulos de dezenas de marcas utilizados para “esquentar” o produto clandestino foram encontrados nos galpões onde eram fabricadas as conservas.

Conforme as investigações, grupos de extratores retiravam palmito-juçara, espécie em extinção protegida por lei, a partir da derrubada de palmeiras na Mata Atlântica – invadindo propriedades privadas ou mesmo Unidades de Conservação. Depois de cozinharem o produto, revendiam a conserva para as indústrias, que repassavam para atacadistas da Região Metropolitana, Serra e Vale dos Sinos.

A Operação Ju\$\$ara teve deferidas medidas cautelares penais a oito pessoas que determinam, principalmente, a proibição de comercialização de produtos e derivados de palmito. Foi imposta, também, a suspensão das atividades das indústrias investigadas de produção e venda de conserva de palmito. Durante o cumprimento de mandado de

busca na revendedora em São Leopoldo, foi descoberta uma indústria clandestina e apreendidas 1,5 toneladas de outras conservas, como milho, pepino e ervilha.

Além do crime ambiental, existem riscos à saúde humana, já que o palmito, se preparado sem condições básicas de higiene, pode causar a doença conhecida como botulismo, que causa o comprometimento progressivo do sistema nervoso e chega a provocar a paralisia dos músculos respiratórios, o que pode ser fatal.

Irregularidades em Farmácias Municipais

O MPRS e o Conselho Regional de Farmácia do RS (CRF-RS) realizaram, em março de 2015, inspeção nas farmácias municipais de Santa Vitória do Palmar e do Chuí. A fiscalização ocorreu para verificar a regularidade no funcionamento e na dispensação de medicamentos, tendo por base inquérito civil que tramita na Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar para apurar uma denúncia de distribuição de medicamentos com prazo de validade vencido.

Na Farmácia do Município de Santa Vitória do Palmar foram encontrados medicamentos com o prazo de validade vencidos junto ao estoque normal, além de problemas no registro e controle de medicamentos.

No município de Chuí, foi constatado que a Farmácia Municipal estava funcionando sem o registro adequado junto ao CRF-RS. Também identificou-se a inexistência de sistema de registros de entrada e saída de medicamentos e ausência de alvará sanitário para funcionamento. Ainda, foram encontrados diversos medicamentos vencidos e inexistência de sistema para expurgo.

Tramitam no MPRS dois inquéritos civis que tratam das farmácias em questão, onde constam que ambas foram notificadas e apresentaram documentação e informações das melhorias implementadas. Até o final de 2015, os dois inquéritos aguardavam nova vistoria requisitada ao Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul.



Medicamentos vencidos em Santa Vitória do Palmar

Gravataí: Supermercado é Interditado por Vender Produtos Impróprios para o Consumo

Em novembro de 2015, mais de duas toneladas de alimentos impróprios para o consumo, além de produtos de limpeza vencidos e sem especificação foram apreendidos pelo MPRS em um supermercado em Gravataí, localizado às margens da RS 020. A ação teve o apoio da Vigilância Sanitária e da Delegacia de Defesa do Consumidor, com prisão do dono do estabelecimento, que ainda foi interditado até a devida regularização. Na operação foram encontrados nas prateleiras alimentos vencidos há mais de dois anos, carnes sem procedência e armazenadas de forma irregular, além de animais mortos em meio aos produtos. Todos os alimentos impróprios ao consumo foram descartados no próprio local.

Rio Grande: TAC Garante Ressarcimento para quem Comprou Extintores

A partir da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre MPRS, rede de postos de combustível Buffon e PROCON, os consumidores que compraram no primeiro semestre, em Rio Grande, o extintor veicular do tipo ABC serão ressarcidos em R\$ 40,00. O PROCON verificou que em dois postos da rede os valores dos extintores oscilavam, chegando a R\$ 169,00, quantia muito além do valor de compra apresentado pelos gestores dos estabelecimentos.

Uruguaiana: Liminar Suspende Aumento da Tarifa do Transporte Público

Ao acatar pedido liminar em mandado de segurança impetrado pelo MPRS, a Justiça da Comarca de Uruguaiana determinou, no mês de julho, a suspensão da vigência do Decreto Municipal que elevou o valor da tarifa do transporte coletivo urbano da cidade de R\$ 2,20 para R\$ 2,45, sem respaldo técnico que justificasse o aumento.

Ingresso de Meia-Entrada aos Estudantes

O MPRS obteve, em julho de 2015, o deferimento de liminares em ações coletivas de consumo ajuizadas para que produtoras de eventos e revendedoras de ingresso garantam aos estudantes o benefício da meia-entrada em relação ao valor efetivamente cobrado. As empresas deverão obedecer a Lei Estadual n.º 14.612/2014, que prevê que o benefício da meia-entrada deverá incidir sobre a totalidade de ingressos

disponibilizados para o evento independentemente do meio disponibilizado para a aquisição das entradas (físico, telefônico ou internet). O MPRS também firmou Termo de Ajustamento de Conduta com duas empresas, as quais se comprometeram a garantir a meia-entrada aos estudantes.

Bens e Valores Oriundos de Decisões, Acordos Judiciais e Extrajudiciais

- A rede de supermercados Carrefour foi condenada, em ação civil pública ajuizada pelo MPRS, ao pagamento de dano moral coletivo de R\$ 5 milhões por ter exposto à venda produtos impróprios ao consumo. Os valores da indenização serão destinados ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados.
- O MPRS realizou a entrega de dois veículos a órgãos do Governo do Estado, fruto de multa paga no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em decorrência da Operação Leite Compen\$ado: uma Camionete S10 Chevrolet, modelo 2015, à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e um Fiat Siena, também modelo 2015, à Secretaria da Fazenda do RS.
- Também com recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados no âmbito da Operação Leite Compen\$ado, o MPRS entregou ao Instituto-Geral de Perícias (IGP) um equipamento que permite a leitura de odômetros para verificar possível adulteração da quilometragem de veículos, além de um software portátil denominado ultimate celebrate, que cap-

ta informações de telefones celulares como agenda, ligações e mensagens trocadas por aplicativos.

- O MPRS entregou à Secretaria de Segurança Pública do RS um veículo tipo furgão para o deslocamento da tropa do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), fruto de um acordo judicial entre o MPRS e a empresa San Marino Veículos, no valor de R\$ 310 mil. Desse total, R\$ 117 mil foram revertidos no furgão. Também houve a doação de outro veículo à BM de Canoas e o restante foi destinado ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.



Furgão para o GATE

Parcerias Estabelecidas

Acordo para Prevenção e Solução de Conflitos de Consumo

O MPRS firmou, em março de 2015, Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) que visa à realização de ações conjuntas volta-

das à prevenção e solução de conflitos de consumo.

O serviço Consumidor.gov.br visa facilitar o encaminhamento de reclamações pelos consumidores. Por meio do site, a população pode registrar suas reclamações, comunicando-se diretamente com as empresas participantes, as quais estão comprometidas a receber, analisar e responder em até 10 dias.

O acordo também permite ao MPRS acesso a dados e informações relativos aos atendimentos realizados na plataforma.

Carta de Intenções de Concessionárias de Energia em Benefício de Servidores Públicos

Por iniciativa do MPRS, foi assinada pelas concessionárias de energia elétrica, em agosto de 2015, uma Carta de Intenções em benefício dos servidores públicos estaduais que estão recebendo seus salários parcelados. Através do documento, as empresas se comprometem em promover ações de comunicação com objetivo de informar os consumidores atingidos pelo parcelamento de salários sobre a possibilidade de alterar a data de vencimento da conta de luz, de acordo com resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que prevê essa flexibilidade.

Assinaram o documento os responsáveis das três maiores concessionárias gaúchas de energia elétrica (CEEE, AES Sul e RGE), o MPRS e a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS).

Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes

Em agosto de 2015 foi assinado Termo de Cooperação Técnica visando à articulação de um projeto-piloto em Porto Alegre, com o setor empresarial e público, para implantação da logística reversa de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, bem como a disponibilização de pontos de entrega aos consumidores, no âmbito do Programa ReSsanear. Firmaram o Termo o MPRS, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e os representantes das empresas Apliquim Brasil Recicle e Recilux - Reciclagem de Lâmpadas.

Cada lâmpada fluorescente contém uma quantidade de mercúrio suficiente para contaminar 15 mil litros de água. No Brasil são comercializadas mais de 250 milhões de lâmpadas fluorescentes por ano, entre uso residencial, urbano e industrial, e apenas 14 milhões são destinadas adequadamente.

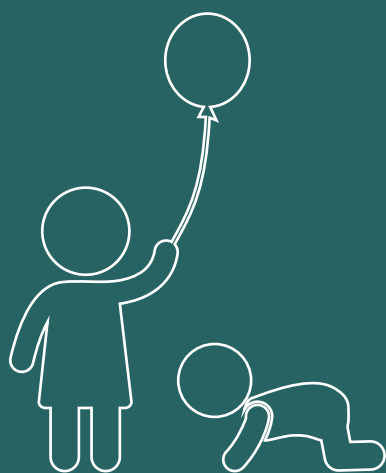
São apoiadores da iniciativa a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), Federação das Associações de Municípios do RS (FAMURS), Conselho do Meio Ambiente da FIERGS, Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, Sindilojas Porto Alegre, Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do RS (Sindigêneros-RS), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Porto Alegre (ACOMAC).

Termo de Cooperação para a Defesa do Consumidor

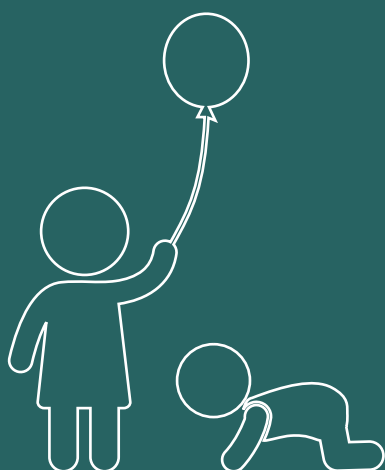
O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público Federal, com a interveniência da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, assinaram, em outubro de 2015, Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de compartilhar informações relativas a condutas reiteradas de prestadores de serviços públicos regulados que atentem contra os direitos dos consumidores e a livre concorrência.

São objeto do acordo as condutas irregulares identificadas em procedimentos administrativos instaurados no âmbito das Promotorias de Justiça com atribuição para a defesa do consumidor no MPRS e cuja cessação demande a adoção de medidas administrativas ou regulatórias por parte de agências reguladoras ou outros órgãos públicos federais.

Para isso, cabe ao MPRS encaminhar informações à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que será a responsável por adotar medidas objetivando a correção das falhas identificadas.



Infância e Juventude



A Educação foi um dos temas centrais da atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na área da infância e da juventude em 2015. O trabalho de consolidação das Promotorias Regionais da Educação e a continuidade do processo de informatização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI Online) foram priorizadas pela Instituição, buscando a universalização do ensino e a redução dos níveis de abandono, evasão e reprovação escolar.

No âmbito da atuação das Promotorias Regionais da Educação foram eleitas como prioridades: vagas em creches, vagas na pré-escola, taxas de abandono e acompanhamento da FICAI Online. Desde a implantação em 2012 da FICAI Online, ações articuladas das Escolas, Conselhos Tutelares e do MPRS conseguiram trazer de volta para as salas de aula mais de 29 mil alunos. O sistema permite ainda a identificação dos principais motivos da infrequência e, a partir da análise dos resultados, é possível formular políticas públicas para reverter os índices apurados. Veja a seguir um resumo das atividades e resultados da atuação do Ministério Público em 2015 na defesa da infância e juventude.

Projetos Estratégicos

Atuação Regionalizada das Promotorias Regionais da Educação

O Projeto das Promotorias Regionais da Educação, vinculado ao objetivo estratégico “Estimular a garantia na educação básica”, busca ampliar a efetividade do Ministério Público na garantia do direito à educação de crianças e adolescentes. O projeto, que iniciou em 2011, prevê a instalação de dez Promotorias Regionais da Educação e possui, até o momento, oito Promotorias atuando na área, compreendendo os municípios de Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas, Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul e Uruguaiana.

As Promotorias Regionais da Educação buscam assegurar, de forma prioritária, o direito e o acesso à educação infantil, a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos até 2016 (Emenda Constitucional nº 59, art. 6º) e a redução dos níveis de abandono, evasão e reprovação escolar, especialmente no ensino fundamental e médio, através da implantação da FICAI Online em todos os municípios do Estado. Contempla, ainda, a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino.

Durante o ano, foram realizadas capacitações para membros e servidores, com o intuito de padronizar a atuação das Promotorias. Para os servidores, o foco do encontro foi sobre gerenciamento de projetos, incluindo o detalhamento dos planos de ação

desenvolvidos para garantir o alcance das metas estabelecidas para as Promotorias Regionais da Educação. Foram eleitas como prioridades: vagas em creches, vagas na pré-escola, taxas de abandono e acompanhamento da FICAI Online.

Também foi elaborada uma campanha para conscientizar a comunidade sobre a importância da educação infantil no desenvolvimento da criança de zero a cinco anos e a obrigatoriedade, que começa a ter vigência em 2016, da matrícula de crianças em escolas a partir dos quatro anos. Os materiais gráficos da campanha foram distribuídos nas escolas, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, Secretarias de Educação e comunidade em geral.



FICAI Online

O Projeto FICAI Online tem por finalidade tornar mais ágil e eficaz o combate à evasão e à infrequência escolar, garantindo a permanência e o sucesso do aluno na escola. A Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente foi instituída em 1997 e, em 2012, passou a ser informatizada.

Em continuidade ao projeto, no mês de maio, o MPRS por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, promoveu duas capacitações sobre o sistema FICAI Online, que contaram com a participação de Promo-

tores, Servidores, Conselheiros Tutelares, Professores, representantes das Coordenadorias Regionais de Educação, Secretarias de Educação e órgãos de assistência, contabilizando a presença de 38 municípios. Também ocorreram capacitações nas cidades de Campo Bom, São Luiz Gonzaga, Tapes, General Câmara, Uruguaiana, Santana do Livramento e Palmeira das Missões, com a presença de representações de diversos municípios vizinhos.

Cabe destacar que o projeto da FICAI Online foi finalista do Prêmio CNMP 2015, ficando em segundo lugar na categoria “Defesa dos Direitos Fundamentais”. A entrega do prêmio aconteceu durante a abertura do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, em novembro de 2015.

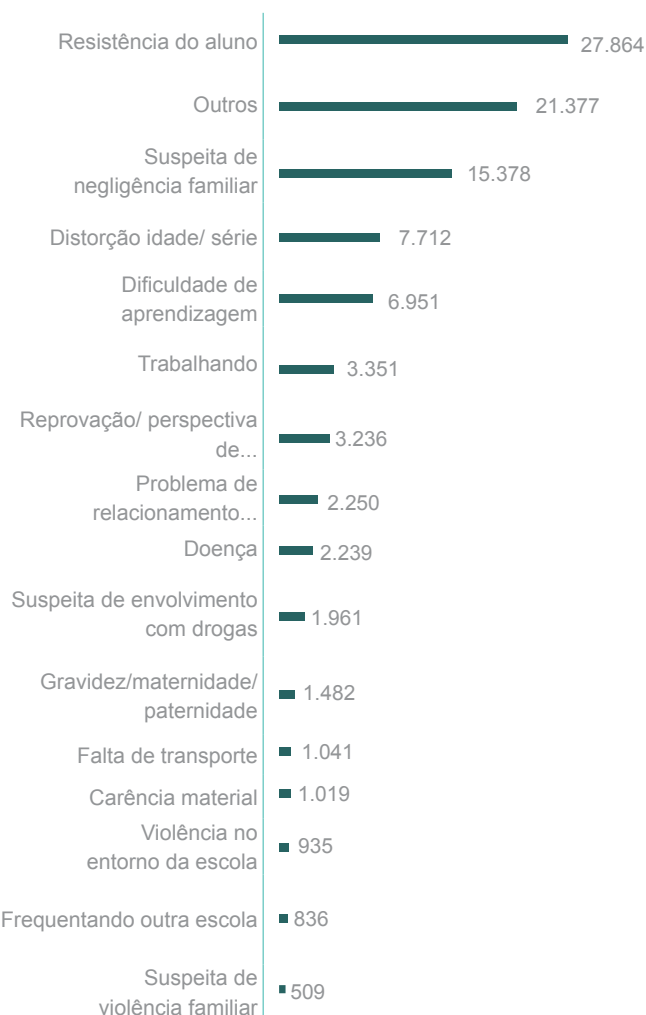
Ainda, em novembro de 2015, durante o evento promovido pelo MPRS, intitulado “O desafio da inclusão da criança e do adolescente no sistema educacional”, foi firmado aditivo ao Termo de Cooperação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente estendendo a FICAI Online às crianças matriculadas na Pré-Escola a fim de atender às disposições contidas na Emenda Constitucional nº 59/2009 (nova redação aos incisos I e VII do art. 208 de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica).

Desde a implantação da FICAI Online, em 2012, as ações articuladas das Escolas, Conselhos Tutelares e do MPRS já conseguiram trazer de volta para as salas de aula mais de 29 mil alunos. Em relação a 2015, os resultados obtidos por meio da FICAI Online são apresentados no quadro a seguir:

Abertura de novas FICAIs	49.884
Retorno dos alunos por ação da Escola	4.781
FICAIs encaminhadas ao Conselho Tutelar	40.273
Retorno dos alunos por ação do Conselho Tutelar	4.315
FICAIs encaminhadas ao Ministério Público	9.241
Retorno dos alunos por ação do Ministério Público	459

Fonte Procempa - Dados atualizados no dia 07/01/2016

Também foram contabilizados os motivos da infrequência, como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte Procempa - Dados atualizados no dia 07/01/2016

A partir da análise dos resultados obtidos, é possível formular políticas públicas para reverter os índices apurados. Ou seja, os dados contabilizados permitem aos municípios, ao Estado e ao Ministério Público conhecer a realidade acerca da evasão e infrequência escolar, bem como adotar as medidas cabíveis para prevenir a sua ocorrência.

Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da 10ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, constatou a necessidade de uma articulação intersetorial entre os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Centro de Referência ao Atendimento Infanto-Juvenil (CRAI-HMIPV), Secretaria Municipal dos Direitos Humanos (SMDH), Secretaria Municipal de Educação (SMED), Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Delegacia de Polícia da Criança e Adolescente Vítima (DPCAV), Brigada Militar e os Conselhos Tutelares da 1ª a 10ª Microrregião, para uma definição clara de papéis de cada órgão e da otimização do fluxo de procedimentos, de forma a garantir o atendimento integral das necessidades das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

Assim, foi lançado em maio de 2015 um projeto-piloto que tem o objetivo de reduzir o índice de exploração sexual de crianças e adolescentes em Porto Alegre, utilizando os roteiros construídos no Inquérito Civil de Combate à Exploração Sexual. Ainda, foi criado um formato específico para tramitação dos procedimentos como forma de agilizar

os encaminhamentos, tendo sido realizadas 83 reuniões de articulação, para o acompanhamento de cada uma das vítimas, fortalecendo assim a rede de proteção.

Ao longo do ano, foram realizadas diligências em 115 casos de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual infantojuvenil conforme demonstra o quadro abaixo:

Situação dos Expedientes	Total de Expedientes	%
Arquivado com solução	24	21%
Arquivado sem solução	1	1%
Em andamento	20	17%
Destituição do poder familiar	11	10%
Outros processos judiciais/juizado da Infância e Juventude e varas de família	25	21%
Perda de atribuição por maioridade	31	27%
Remetido para outra promotoria	3	3%
TOTAIS	115	100%

Também foi possível traçar o perfil atual de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e identificar as dificuldades da rede de proteção local para atuar com a matéria, tendo como resultado o aprimoramento e a desburocratização na solução destas questões. Constatou-se que, com relação às vítimas de exploração sexual, os adolescentes que compreendem a faixa etária de 12 a 17 anos, em sua maioria, estavam envolvidos com o uso e o tráfico de drogas; e as crianças, de 0 a 11 anos, possuíam como aliados os próprios pais e familiares, assim como donos de estabelecimentos da comunidade, o que dificultava a intervenção dos órgãos de proteção.

Iniciativas Realizadas

Fórum Permanente de Prevenção à Venda e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes

Dando continuidade as atividades do Fórum Permanente de Prevenção à Venda e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes, em março foi apresentado aos seus integrantes a alteração do dispositivo legal previsto no artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Atualmente é considerado crime, qualquer conduta relacionada à venda, ao fornecimento e à entrega, de qualquer forma, de bebida alcoólica à criança ou adolescente.

Em julho, o MPRS firmou parceria com a

Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, voltada à produção e apresentação de trabalhos artísticos elaborados por alunos de escolas públicas e privadas do Estado. A parceria envolveu adolescentes, pais, professores e a sociedade, na prevenção ao uso de álcool por crianças e adolescentes. Os trabalhos da I Bienal C – Chico Lisboa 2015 foram expostos no Memorial do Ministério Público sob o título “Descartáveis: Consciência, Civilidade e Criatividade”.

Dentre outras ações decorrentes do Fórum, cumpre destacar que foram realizadas ações preventivas de fiscalização ao consumo de bebida alcoólica por crianças e adolescentes em Porto Alegre, no Parque da Redenção, na Cidade Baixa e no estacionamento do Barra Shopping Sul. Também foram realizadas, em dezembro, fiscalizações nas festas de formatura do ensino médio abrangendo as seguintes Escolas: Monteiro Lobato, Marista Rosário, Anchieta e Farroupilha.

É PROIBIDA A VENDA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE BEBIDA ALCOÓLICA
Lei Estadual nº 13.200/2009



**DENUNCIE:
LIGUE 190/197**

Lei Federal nº 8.069/90 (Art. 81, inciso II, 242, 243 e 244 - Estatuto da Criança e do Adolescente)
Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:
Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO SUL



Fórum Permanente de Prevenção à Venda
e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por
Crianças e Adolescentes



Brigada
Militar



Polícia Civil
do Rio Grande do Sul



Polícia Militar
do Rio Grande do Sul



SMIG
Serviço Municipal de Inspeção e Monitoramento de Alimentos



Equipe do MP e da Polícia Civil

Destaques da Atuação

Entrevista com Mulheres Privadas de Liberdade no Presídio Feminino Madre Pelletier

Em maio, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul por meio da Promotoria de Execução Criminal de Porto Alegre, realizou entrevistas com detentas do Presídio Feminino Madre Pelletier com filhos menores de idade. O objetivo das entrevistas foi conhecer a realidade das presidiárias e oferecer contribuições ao Projeto de Lei nº 400/2011, que busca instituir Política Estadual de Direitos Humanos e assistência aos filhos(as) de apenadas.

No período do levantamento a penitenciária contava com a população de 224 mulheres. Na oportunidade, 121 apenadas foram entrevistadas, resultando na coleta de dados referentes a 257 filhos - crianças ou adolescentes. O levantamento identificou as principais necessidades das crianças e adolescentes que ficam à espera do cumprimento final da pena de suas mães, muitas vezes sem ter sua situação jurídica regularizada com relação à guarda. Os dados coletados

se referem à frequência escolar, ao registro de nascimento, à guarda/tutela e às necessidades ligadas à assistência médica, pedagógica e psicológica.

O diagnóstico apontou que o tráfico de drogas é o principal crime cometido pelas mulheres apenadas, representando 64% das entrevistadas e 51% destas estão condenadas definitivamente. Os dados também mostram que 34% possuem entre 35 a 45 anos de idade e a maioria (63%) são solteiras. Em relação ao número de filhos, 30% possuem um, 28% dois, 22% três, 7% quatro, 13% mais que quatro. A maior parte das crianças (68%) possui entre zero e 11 anos e 50% das entrevistadas dizem não receber visita dos filhos.

Um grupo de trabalho foi formado após a divulgação do levantamento sobre a situação dos filhos de mulheres que estão privadas de liberdade. Entre as ações realizadas, podemos citar a melhoria na ficha de acolhimento que é preenchida no momento da entrada de detentas no presídio e a necessidade de um atendimento psicossocial àquelas que têm filhos. O principal objetivo é verificar situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes que são filhos(as) de apenadas.

Fiscalização nas Eleições do Conselho Tutelar

Em outubro, foram realizadas as eleições unificadas para Conselheiros Tutelares em todo território nacional. O Ministério Público fiscalizou as eleições em diversos pontos do Estado. Transporte de eleitores, propaganda irregular de candidatos e tentativa de compra de votos foram as principais irregularidades verificadas pelos Promotores. Todos os fatos apurados pelo MPRS foram notificados para a comissão eleitoral do Conselho Tutelar.



Atenção Especial à Violência Escolar – Caxias do Sul

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Caxias do Sul apresentou, em agosto de 2015, os primeiros resultados do Projeto de Atenção Especial à Violência Escolar.

O trabalho busca agilizar e dar efetividade às ações legais que visam à prevenção e repressão da violência escolar, com foco pedagógico e conciliador, por meio das práticas restaurativas combinadas com as medidas legais-protetivas e/ou socioeducativas cabíveis. O objetivo é ser mais um instrumento de restabelecimento do convívio saudável e construtivo no âmbito escolar, incentivando os profissionais da educação na retomada de sua autoridade, com a difusão de práticas que valorizem os princípios da fraternidade, solidariedade e da paz social.

Durante o projeto, ocorreram 129 audiências, com 229 adolescentes envolvidos, sendo 168 infratores. Destes, 71% tiveram aceitação do termo de acordo. Quando se trata do sexo e da faixa etária das vítimas e dos adolescentes infratores envolvidos nas ocorrências, 80% das vítimas têm entre 13 e 16 anos (55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino) e 71% dos infratores têm entre 14 e 16 anos de idade (65% do sexo masculino e 35% do sexo feminino).

Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional em Porto Alegre

Com objetivo de ampliar o serviço de acolhimento institucional na Capital, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, ajuizou ação civil pública contra o Município e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

O MPRS obteve decisão favorável do 1º Juizado, que determinou o município de Porto Alegre a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 um projeto que comporte a criação e a manutenção de 200 novas vagas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.



Imagem meramente ilustrativa



Encontro realizado no MP de Caxias do Sul



Coletas de materiais foram realizadas no ônibus do MP por profissionais da PUCRS

Parcerias Estabelecidas

Parceria para Realização de Testes de DNA

O MPRS e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul renovaram, em setembro de 2015, contrato para a realização de testes de investigação de paternidade e maternidade, através da coleta e análise do DNA.

A partir desta parceria, Procuradores e Promotores de Justiça poderão solicitar os testes de DNA para confirmação de paternidade e maternidade, sem a necessidade de ser ajuizada qualquer ação judicial.

Em 2015 foram realizados 47 testes de DNA, destacando as coletas na reserva indígena de Cacique Doble, oportunidade em que foram atendidos moradores dos municípios de São José do Ouro, Machadinho, Cacique Doble, Tupanci do Sul, Barracão, Santo Expedito do Sul, Sananduva e São José da Urtiga. A ação contou com a participação de profissionais da PUCRS e com o ônibus do MPRS.

Ministério Público pela Educação Audiência Pública Realizada em Santa Maria

O Ministério Público pela Educação (MPEduc) é um projeto desenvolvido e executado em parceria entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados. Seu principal objetivo é estabelecer o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros.

O projeto visa produzir um diagnóstico e atuar na correção de questões das redes de ensino por meio de um método que aplica questionários eletrônicos, vistorias, audiências públicas, reuniões e recomendações, com o objetivo de constatar a efetividade dos programas do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a aplicação destes recursos na educação como um todo.

Em novembro de 2015, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria Regional da Educação de Santa Maria realizou a primeira Audiência Pública do projeto MPEduc no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

Na audiência, foi realizada a primeira análise dos questionários eletrônicos respondidos pelas 77 das 118 unidades escola-

res presentes no município. A próxima etapa do projeto contempla a visitação das escolas, marcadas para o mês de março de 2016, início do ano letivo escolar. Nesta etapa, o objetivo é realizar registros fotográficos das condições das escolas e envolver a comunidade nas questões escolares. Com a consolidação destes dados, será possível elaborar recomendações e peças de atuação que serão encaminhadas aos gestores públicos a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para sanar as irregularidades identificadas.



Direitos Humanos



Um dos principais destaques na atuação do MPRS na área dos Direitos Humanos em 2015 foi o projeto Atenção Básica em Saúde, decorrente da proposta estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Seu objetivo principal é contribuir para a implantação da Estratégia da Saúde da Família (ESF) em todos os municípios gaúchos e fomentar a ampliação da cobertura das ESF em cidades com cobertura inferior a 50%. Durante o ano que passou, foram realizadas oficinas de capacitação no Interior do Estado, além de um curso com o objetivo de fomentar espaços de diálogo no âmbito do Ministério Público acerca da garantia ao direito à saúde e da importância da implantação da ESF no Estado.

Na área de defesa dos Direitos Humanos também merece registro o importante reconhecimento nacional ao trabalho realizado pela Promotoria de Justiça de Osório intitulado “Um projeto de acessibilidade”, que promoveu obras de adaptação em prédios públicos do município. O projeto foi vencedor do 12º Prêmio Innovare, na categoria Ministério Público. Nas páginas a seguir veja um breve resumo das atividades desempenhadas em defesa dos Direitos Humanos.

Projetos Estratégicos

Atenção Básica em Saúde

O projeto Atenção Básica em Saúde, decorrente da proposta estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, tem como principal objetivo contribuir para a implantação da Estratégia da Saúde da Família (ESF) em todos os municípios gaúchos e fomentar a ampliação da cobertura das ESF em cidades com cobertura inferior a 50%, o que representa 94 municípios. Destacamos os municípios de Formigueiro, Lavras do Sul, Maçambará e Pantano Grande que no ano de 2015 atenderam a meta de 50% de cobertura populacional.

Dentre as principais atividades, está a realização de um projeto-piloto para implantação de equipes de saúde da família no município de Vera Cruz. Atualmente o município possui 25.700 habitantes e conta com a cobertura de 28% na Estratégia da Saúde da Família.

No primeiro semestre de 2015 foram realizadas oito oficinas de capacitação para incentivar e fortalecer a ESF. Promotores de Justiça e gestores municipais participaram das oficinas que foram realizadas nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Passo Fundo, totalizando 256 pessoas capacitadas.

Ainda, em novembro, o MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, promoveu o curso “Direito à Saúde: Saúde integral e melhor qualidade de vida por meio da Atenção Básica”. A atividade foi realizada com o objetivo de fomentar espaços de diálogo no âmbito do Ministério

Público acerca da garantia ao direito à saúde e da importância da implantação da ESF no Estado.

Acumuladores de Animais

Um dos temas mais desafiadores, tanto para os Promotores de Justiça com atuação na defesa do meio ambiente como na proteção dos direitos humanos, é a acumulação compulsiva de animais domésticos. O distúrbio de acumulação caracteriza-se pela persistente dificuldade em descartar bens (objetos ou animais), independentemente do valor que outras pessoas possam atribuir a tais bens. O comportamento gera consequências sociais, emocionais, físicas, financeiras e até mesmo jurídicas prejudiciais para o acumulador e seus familiares.

Em vista disto, em maio de 2015, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul firmou um convênio de cooperação com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com o objetivo de caracterizar o perfil psicopatológico, cognitivo e comportamental dos acumuladores de animais, bem como estratégias de prevenção e tratamento em relação ao distúrbio. O levantamento vai identificar também o tipo de atendimento médico (psicológico e/ou psiquiátrico) e a melhor forma de tratamento para cada acumulador (domiciliar, grupo de ajuda e/ou equipe multiprofissional).

Os recursos financeiros para o desenvolvimento do projeto são oriundos de um Termo de Ajustamento de Conduta firmando entre a empresa CETRALIQ – Central de Tratamento de Efluentes Líquidos Ltda e o MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre.

O projeto visa promover uma reflexão no âmbito do MPRS sobre as melhores formas de atuação acerca do tema, reunindo os di-

versos órgãos envolvidos, de modo a fornecer um apoio interdisciplinar que possa reduzir os impactos desse problema social e, ainda, estabelecer fluxos e protocolos para o atendimento tanto das pessoas quanto dos animais.

Em reunião realizada no mês de dezembro, a equipe da PUCRS relatou que até o momento visitou 42 acumuladores de animais, dos quais 26 aceitaram participar da pesquisa e responderam às entrevistas.

Projeto Cuidar

O projeto consiste num trabalho sistematizado para enfrentar o problema das casas de acolhimento de idosos, de portadores de transtorno mental, deficiência física e/ou mental, e pessoas com histórico de uso de drogas e álcool de Cachoeira do Sul. O município da região central do Estado tornou-se o destino de idosos e deficientes mentais de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Dados preliminares indicam que existem pessoas de pelo menos 64 municípios diferentes acolhidos em Cachoeira do Sul. Assim, os estabelecimentos, que já estão superlotados, acolhem idosos e deficientes nos mesmos espaços físicos em total desrespeito às normas de funcionamento das ILPI's – Resolução nº 283 de 2005 da Anvisa.

O enfrentamento do problema pressupõe a identificação daquelas pessoas que possuem realmente ligação com o município de Cachoeira do Sul, a articulação com o Poder Público para que os eventuais imigrantes retornem aos seus municípios de origem, a separação dos espaços destinados aos idosos e aos deficientes, a celebração de acordos com os estabelecimentos que estão em situação legal e o ajuizamento de ações para

correções de distorções insuperáveis no âmbito negocial.

Atualmente, existem 656 institucionalizados nas 22 instituições de Cachoeira do Sul, sendo que 401 são idosos (maiores de 60 anos) e 255 são menores de 60 anos portadores de transtorno mental, deficiência física e/ou mental ou pessoas com histórico de uso de drogas e álcool. Deste total, 256 são residentes de outros municípios, ou seja, foram encaminhados para Cachoeira do Sul.

O MPRS contatou os familiares dos acolhidos que se apresentaram na Promotoria de Justiça acompanhados dos representantes do município de origem, a fim de efetivar o seu retorno ao seio familiar. Assim, a partir de agosto de 2015 foram desinstitucionalizadas 35 pessoas.

A situação dos acolhidos nas instituições de Cachoeira do Sul tem se mostrado calamitosa e indigna, visto que foram constatados atos gravíssimos de violação de direitos humanos, com relatos por parte dos próprios institucionalizados.

Diante destes dados, são necessários mais investimentos públicos, com uma atuação conjunta entre todos os entes federativos para a instalação de locais públicos para receber pessoas que não tem condições de retornar à família ou se autogerir. Outra possibilidade é trabalhar com a hipótese de locais regionalizados para o caso de pequenos municípios que não detêm condições financeiras nem técnicas de implantar seu próprio serviço, incluído também locais que possam receber idosos durante o dia, facilitando sua permanência na família (centro de convivência para idosos).

Como resultado desse trabalho, em dezembro de 2015 foi implantado no município de Cachoeira do Sul duas casas de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), crian-

do assim dois espaços de natureza pública para acolher pessoas com transtorno mental. Contudo, pela normatização existente, cada SRT somente pode receber de oito a dez pessoas, o que é um número muito baixo frente à necessidade existente. Com a implantação dos serviços públicos, será possível adotar medidas mais drásticas de fechamento das instituições que estão oferecendo tratamento desumanizante a essas pessoas.

Iniciativas Realizadas

Moradores em Situação de Rua têm Acesso a Documentos de Identificação na Capital

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Estado, o Sindicato dos Registradores Públicos do Rio Grande do Sul, o Departamento de Identificação - Instituto Geral de Perícias, a Fundação de Assistência Social e Cidadania e o Movimento Estadual da População em Situação de Rua, realizou, em fevereiro de 2015, uma ação para que moradores em situação de rua tenham acesso à confecção de documentos como carteiras de identidade, carteiras de trabalho e certidões de nascimento. Esta iniciativa visa colaborar para o resgate da cidadania dos moradores em situação de rua e facilita seu acesso aos programas sociais.

O ônibus do MPRS foi utilizado na atividade e ficou à disposição dos cidadãos durante todo o dia no Largo Zumbi dos Palmares.

A ação contabilizou o encaminhamento de 15 carteiras de identidade e 14 carteiras de trabalho. A confecção dos documentos ficou a cargo do Departamento de Identificação - Instituto Geral de Perícias.



Debates Sobre a Concretização do Direito à Saúde

O MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, realizou, em junho de 2015, curso de formação para membros e servidores com o objetivo de debater e entabular formas de solução das demandas de saúde apresentadas às Promotorias de Justiça. Um dos temas enfrentados no encontro foi a representação do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul (COSEMS) requerendo que sejam adotadas medidas jurídicas em relação aos repasses de recursos pelo Estado para a área da saúde.

O encontro apresentou uma visão geral dos problemas relativos à saúde no Estado permitindo que os Promotores de Justiça, dentro de sua área de atuação, encaminhem a solução de acordo com as peculiaridades locais.

Destaques da Atuação

Projeto de Acessibilidade em Osório vence o XII Prêmio Innovare

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça Cível de Osório foi vencedor do 12º Prêmio Innovare, na categoria Ministério Público, com a prática intitulada “Um projeto de acessibilidade”. A cerimônia foi realizada no mês de dezembro no Supremo Tribunal Federal (STF), com a participação de representantes dos três projetos finalistas de cada área e de diversas autoridades do sistema de Justiça.

Em 2005, a partir de provocação de uma cidadã que ficou paraplégica depois de um acidente de trânsito, o MPRS iniciou um projeto de promoção da acessibilidade arquitetônica no município. Desde então, receberam obras de adaptação todos os prédios públicos da cidade (Prefeitura, escolas municipais, postos de saúde, biblioteca pública), as instituições financeiras, os estabelecimentos comerciais, enfim, paulatinamente, a paisagem urbanística passou por marcantes transformações, culminando com a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Município, a fim de que se iniciasse um processo progressivo e permanente de fiscalização dos passeios públicos, visando oferecer maior conforto aos pedestres, especialmente para as pessoas com deficiência. O TAC prevê a fiscalização de 100 imóveis por mês, com a aplicação de multa administrativa e remessa dos casos não resolvidos ao Ministério Público. Ao mesmo tempo, atuou-se na adaptação do transporte coletivo urbano.

Tais iniciativas visavam, em suma, a ga-

rantia efetiva e concreta do direito de ir e vir a todos. A experiência, que se mostrou exitosa em Osório, cidade com pouco mais de 40 mil habitantes, poderá ser replicada a outros municípios do país para minimizar as dificuldades vividas especialmente por aqueles que possuem restrições físicas e que precisam de equipamentos que lhes permitam conviver em sociedade.



Promotor recebeu o prêmio do Ministro do STF.





Meio
Ambiente



Na área ambiental, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul deu continuidade, em 2015, às atividades relacionadas ao Programa RESSanear. O destaque foi o simpósio “Saneamento Básico e Resíduos Sólidos: avanços necessários”, realizado em agosto, que reuniu especialistas nas áreas técnica e jurídica, visando auxiliar e orientar gestores, Secretários e Procuradores Municipais na elaboração e revisão dos Planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

O Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, do qual o MPRS faz parte, também deu seguimento aos trabalhos durante o ano, realizando audiências públicas e vistorias em empresas aeroagrícolas, revendas de agrotóxicos, propriedades rurais e locais com suspeita de tráfico de agrotóxicos, além de aeronaves. Várias ações resultaram em apreensões e multas aos responsáveis por irregularidades detectadas. O Rio Grande do Sul é o quarto estado do país em volume de utilização de agrotóxicos, o primeiro em quantidade de uso de venenos por hectare e, historicamente, está entre os estados com maior número de apreensões de venenos contrabandeados. Veja a seguir as principais atividades e resultados do Ministério Público na defesa do Meio Ambiente.

Projetos Estratégicos

Programa RESsanear

Com o objetivo de fomentar os Municípios na elaboração de seus Planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o Programa RESsanear é composto por um conjunto de projetos e ações relacionados a quatro eixos de atuação: elaboração dos planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios; fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico; acompanhamento da implantação dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e de saneamento básico e, ainda, iniciativas para fortalecimento da responsabilidade compartilhada e implementação de sistemas de logística reversa.

Em agosto de 2015, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), o Instituto Trata Brasil (ITB), a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), com apoio da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS), realizou o simpósio “Saneamento Básico e Resíduos Sólidos: avanços necessários”.

O evento, por meio de palestras e debates com especialistas nas áreas técnica e jurídica, visou auxiliar e orientar gestores,

Secretários e Procuradores Municipais na elaboração e revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, esclarecendo pontos relevantes no que se referem aos seus conteúdos mínimos, formas de financiamento, implantação e deficiências, entre outras características, destacando a necessidade de proceder a ligação das economias individuais ainda não conectadas à rede coletora de esgoto sanitário, bem como apresentar a possibilidade de implantação de soluções individuais de tratamento de esgotos para locais que não tenham acesso à rede. Também buscou demonstrar a importância do município regular o funcionamento, manutenção, operação e eficácia dos sistemas individuais de tratamento, estimulando a fiscalização das soluções individuais, no que se refere à destinação e tratamento do esgoto doméstico e ao despejo irregular do mesmo. Ainda, objetivou incentivar iniciativas locais, regionais e estaduais para viabilizar o recolhimento de produtos e resíduos remanescentes após o uso, que sejam objeto de sistema de logística reversa, com a restituição ao setor empresarial para reaproveitamento no ciclo produtivo ou destinação ambientalmente adequada.

Em novembro de 2015, dando continuidade ao Termo de Cooperação firmado com a Prefeitura Municipal de Esteio, que tem por propósito concretizar ações relativas à fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico, o MPRS presidiu reunião com a participação do Município de Esteio, da CORSAN e da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (AGERS). Na ocasião, foi apresentado pela CORSAN material educativo para distribuição em escolas, comércios locais, visitas domiciliares e evento a ser organizado em área

pública de grande concentração de pessoas. A intenção é sensibilizar a comunidade acerca da importância da ligação das residências à rede coletora. Por fim, foi informado que a reguladora do serviço será o consórcio Pró-Sinos, do qual o município de Esteio faz parte.



Iniciativas Realizadas

Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural

O MPRS, por meio dos Centros de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, instituiu o Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico-Cultural, com o objetivo de instigar a troca de ideias e proporcionar aos Promotores de Justiça a necessária segurança e desenvoltura para o trato local dos problemas que lhes incumbem solucionar. Para tanto, propõe avaliar, deliberar e propor formas de atuação institucional, com possibilidade de elaboração de projetos institucionais e roteiros de atuação.

Além disso, o Ministério Público realizou, para lembrar o Dia Nacional do Patrimônio

Histórico, comemorado em agosto, a exposição de casos concretos de sucesso enfrentados pela Instituição. Entre os casos de sucesso na recuperação e conservação de bens e acervos valiosos para a comunidade gaúcha, está o Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre, as Trincheiras Farroupilhas em Viamão, a Casa Simões Lopes Neto em Pelotas, as Casas da Swift em Rio Grande, o Clube Comercial em Taquara, o Teatro Politeama Esperança em Jaguarão e o Hotel Centenário em Rio Pardo.

Semana Lixo Zero

Em outubro de 2015, o MPRS, através da Comissão Institucional Permanente de Gestão Ambiental (Verde-MP), juntamente com representantes do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA), realizou a entrega dos resíduos eletrônicos arrecadados durante a Semana Lixo Zero à Cooperativa de Trabalho Socioambiental Paulo Freire. A entidade recoloca os componentes desses objetos no ciclo de produção e consumo, evitando o uso de recursos naturais, preservando a natureza e gerando renda aos cooperados. Segundo os dados levantados pela Cooperativa, os resíduos arrecadados totalizaram 970 quilos. O resultado reafirma o compromisso do GISA e do MPRS com a gestão socioambiental responsável.



**DESCARTE AQUI
SEU LIXO ELETRÔNICO**

Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA)

Dando continuidade às atividades do Fórum, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul participou durante o ano de três audiências no Estado, objetivando a troca de informações, debates e propostas de encaminhamentos a respeito dos impactos do uso de agrotóxicos na saúde e no meio ambiente. No decorrer dos encontros, especialistas, autoridades e agricultores relataram sobre os malefícios e alternativas, e denunciaram situações de abusos na utilização dos produtos químicos.

Entre os dias 23 e 27 de novembro, o Comitê de Fiscalização do FGCIA vistoriou 20 empresas aeroagrícolas, sete revendas de agrotóxicos, 35 propriedades rurais, oito locais com suspeita de tráfico de agrotóxicos e 34 aeronaves em 13 cidades do Rio Grande do Sul. Como resultado da fiscalização, foi apreendido um avião de pulverização, 22.548 litros e 1.164 quilos de agrotóxicos, sendo lavrados 10 autos de infração e aplicadas multas de R\$ 1,1 milhão aos responsáveis pelos locais. Participaram da operação 41 agentes públicos, sendo oito inspetores de aviação civil da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), quatro analistas ambientais da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), 18 agentes ambientais federais das Superintendências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) do RS e do PR, um fiscal agropecuário federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e dez fiscais agropecuários estaduais da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI).

O Rio Grande do Sul é o quarto estado do

país em volume de utilização de agrotóxicos, o primeiro em quantidade de uso de venenos por hectare e, historicamente, está entre os estados com maior número de apreensões de venenos contrabandeados. São oito litros em média para cada gaúcho ao ano. Em âmbito mundial, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos.



Imagem meramente ilustrativa.

Qualificação do Processo de Implantação e Fiscalização dos Parques de Energia Eólica

O MPRS sediou encontros para discutir projetos de ampliação de investimentos na geração de energia eólica e dificuldades no atendimento às exigências dos órgãos ambientais, principalmente no que se refere ao licenciamento dos empreendimentos do setor. O objetivo do Ministério Público é possibilitar que todos os atores envolvidos possam dialogar em busca de alternativas que permitam a qualificação e agilização dos processos de licenciamento, oferecendo mais segurança ao setor empresarial, sem descuidar das medidas de proteção ao meio ambiente. Os encontros tiveram a participação de representantes dos principais setores envolvidos com o tema, associações e empresários do ramo, e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).



Fonte: Freepik

Destaques da Atuação

O Fim das Chamadas “Receitas de Balcão”

No mês de outubro de 2015, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS (CREA-RS) acatou recomendação conjunta entre o MPRS, por meio da Promotoria Regional Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, e o Ministério Público Federal e determinou o fim das chamadas “receitas de balcão” na venda de agrotóxicos. A Câmara Especializada de Agronomia do CREA-RS aprovou a alteração da Norma de Fiscalização n.º 02/2015 em 9 de outubro.

O novo texto dita que a “Receita Agrônômica é o documento através do qual o profissional se identifica e prescreve o tratamento preventivo e ou curativo em função de seu diagnóstico, realizado após prévia e atual visita ao local de aplicação do produto, orientando o usuário sobre como proceder ao utilizar um agrotóxico ou outra medida alternativa da Defesa Sanitária Vegetal”. Assim,

reforça a obrigatoriedade de que haja visita à lavoura antes da emissão da receita agrônômica.

A partir da nova redação, a não realização do diagnóstico prévio à emissão da receita agrônômica pode configurar prática ilegal recorrente no comércio de agrotóxicos, como a venda antecipada através de prescrição de receita agrônômica com diagnóstico impossível, a emissão de “receita de balcão” ou a prescrição de receita agrônômica com diagnóstico falso para cultura inexistente.

Acordo sobre Utilização de Aterro de Santa Vitória do Palmar

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul intermediou acordo entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e o município de Santa Vitória do Palmar, acerca da concessão da licença de operação para utilização da nova célula do aterro sanitário. O entrave decorria da proximidade entre o aterro e o aeródromo desativado. Após o Governo do Estado manifestar interesse em reativar a pista, inviabilizou a concessão da licença pela FEPAM, pois, conforme a legislação, o aeroporto garante um raio de 20km de faixa de proteção, na qual o aterro não poderia ser instalado.

Por meio da articulação do MPRS, ficou acertado que a FEPAM emitirá a licença de operação com validade até julho de 2016. Dessa forma, o Município não perderá a verba federal destinada ao empreendimento do aterro. Para que a licença seja renovada, o município de Santa Vitória do Palmar, até o referido prazo, deverá apresentar documentação comprovando decreto de utilidade pública para fins de desapropriação de nova área para a instalação do aeródromo.

Mapeamento dos Banhados da Bacia do Rio dos Sinos

Em maio de 2015, o MPRS por meio da Promotoria Regional da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, em conjunto com Projeto Verde Sinos, viabilizou a elaboração do Atlas que mapeará os banhados na Bacia do Rio dos Sinos, tornando público os dados coletados por 13 pesquisas de mestrado que têm como objetivo identificar, preservar e recuperar áreas úmidas (banhados), nascentes e encostas localizadas no entorno do Rio dos Sinos. Um dos objetivos do Projeto é assegurar a proteção de 10,4% dos banhados da Bacia por meio do Atlas, equivalente a quase 500 hectares dos 4.698 hectares das áreas úmidas remanescentes, sendo um aliado do plano de gerenciamento de recursos hídricos. A previsão é de que o Atlas esteja disponível a partir de abril de 2016.

Licença Ambiental para Atividade de Pesquisa ou Extração

Em março de 2015, o MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, expediu recomendação à Secretária Estadual do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável para que se abstenha de emitir qualquer licença ambiental para atividade de pesquisa ou extração de areia no Lago Guaíba, enquanto não for elaborado o zoneamento ambiental.

O MPRS recomendou, também, que sejam anuladas as autorizações ou licenças ambientais emitidas para atividade de pesquisa ou extração de areia no Lago Guaíba, mantendo a suspensão dos processos administrativos de licenciamento ambiental para esta atividade até a aprovação do referido zoneamento.

A recomendação faz parte do Inquérito Civil que investiga a legalidade do licenciamento ambiental para mineração de areia no Lago Guaíba, em tramitação no MPRS desde o ano de 2010.

Destinação de Resíduos Sólidos

A Justiça acatou pedido de liminar em ação civil pública ajuizada pelo MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Rio Grande, determinando que a Prefeitura de Rio Grande não deposite, bem como não permita que terceiros depositem resíduos sólidos sem licenciamento ambiental nas imediações do antigo “Lixão dos Carreiros”, localizado no Município. O aterro mantido pelo Município não possui licença ambiental e, apesar de tratativas com a administração municipal no sentido de serem adotadas as providências relacionadas à proteção do meio ambiente, o problema não foi solucionado.

Na ação civil pública, o MPRS discorre que o Município mantém no local um aterro de inertes, em que foi verificada a entrada de vários caminhões de firmas particulares e também da Prefeitura de Rio Grande despejando entulho de obras, madeiras, pneus, pedras, galhos de árvores, entre outros. A decisão judicial ainda fixou prazo de 180 dias para a proibição do depósito de resíduos no local e multa diária de R\$ 1 mil para o caso de descumprimento.



Crédito: Fábio Dutra/J. Agora

Garantia de Investimento em Saneamento

Em novembro de 2015, o MPRS, por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, firmou Termo de Ajustamento de Conduta entre a CORSAN e a Prefeitura de Viamão.

O acordo prevê investimentos de R\$ 297,7 milhões em abastecimento de água e de R\$ 109,9 milhões em esgotamento sanitário, atendendo integralmente ao Plano Municipal de Saneamento Básico. Entre as ações programadas estão a criação do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e a ampliação do abastecimento de Alvorada e Viamão, a partir de captação no Lago Guaíba.

Bens Oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul repassou a diversos Órgãos Públicos bens oriundos de assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), destacando-se:

- A Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, em janeiro de 2015, entregou uma caminhonete ao Batalhão Ambiental da Brigada Militar que será utilizado na atividade de fiscalização ambiental da região, a qual abrange unidades de conservação de extrema importância para a preservação da fauna e flora nativa, como a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e o Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos.
- A Promotoria de Flores da Cunha, em fevereiro de 2015, entregou um barco

e equipamentos de proteção individual ao 3º Batalhão de Polícia Ambiental da Brigada Militar, que serão utilizados na fiscalização dos recursos hídricos da região.

- A Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, em fevereiro de 2015, destinou R\$ 100 mil para a construção de uma torre de observação na unidade de conservação e proteção integral Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, de modo a viabilizar a fiscalização de focos de incêndio, a observação da fauna e fortalecer o trabalho de pesquisadores de várias universidades de todo o Brasil, possibilitando o aprofundamento de seus conhecimentos em relação à fauna silvestre da região.

- A Promotoria de Justiça de Tupanciretã, em março de 2015, entregou um veículo à Secretaria Estadual do Meio Ambiente que será utilizado na fiscalização de florestas e áreas protegidas pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) de Santa Maria.

- A Promotoria Regional da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, em setembro de 2015, repassou R\$ 519.712,25 à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que será utilizado para incentivar os municípios a orientar e auxiliar adequadamente os agricultores a incluir suas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Parcerias Estabelecidas

Colóquios sobre Mecanismos de Mercado para o Cumprimento de Leis Ambientais

Por meio de uma parceria entre Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) e Bolsa de Valores Ambientais (BVRio), foi realizada, em abril de 2015, a 3ª edição do “Colóquios sobre mecanismos de mercado para o cumprimento de leis ambientais” com o objetivo de fomentar o debate sobre o Código Florestal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos entre membros do Ministério Público do Meio Ambiente, operadores do direito, governo e sociedade civil.

O Colóquio contou com palestras e debates de especialistas e profissionais com o objetivo de divulgar formas de regularização ambiental dos imóveis rurais e do mecanismo da compensação legal, construir interpretações da Lei Florestal Brasileira sobre a Reserva Legal e as formas de compensação, discutir a implementação da Logística Reversa valendo-se do sistema de créditos como mecanismo para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, por fim, elaborar entendimentos sobre o acordo setorial e termos de compromisso.

Realização de Exames em Resíduos de Agrotóxicos

O MPRS firmou, em julho de 2015, termo de cooperação com o Laboratório de Análises de Resíduos de Pesticidas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio da Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC). O Laboratório deverá realizar estudos, análises e perícias técnicas de resíduos de agrotóxicos nos mais variados tipos de amostras, subsidiando a atuação dos Promotores de Justiça e suprimindo uma carência do Ministério Público, que hoje não encontra laboratórios públicos capacitados para realização dos exames. Como contrapartida, o MPRS encaminhará ao laboratório verbas provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta e acordos judiciais na área ambiental.

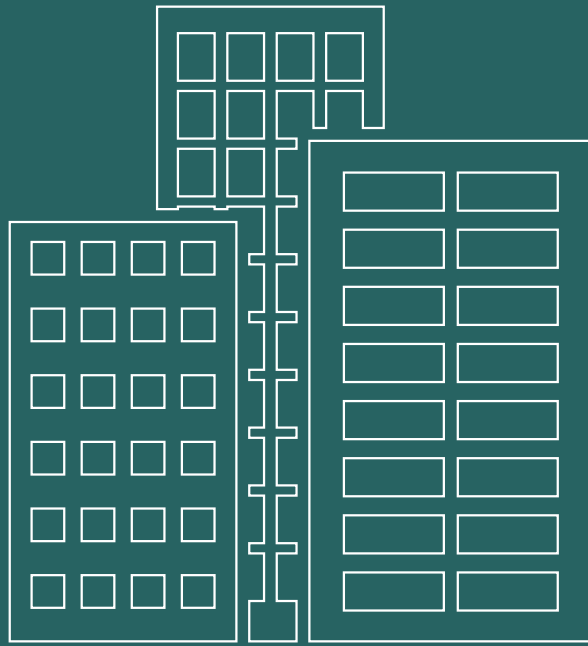


Convênio com Universidades

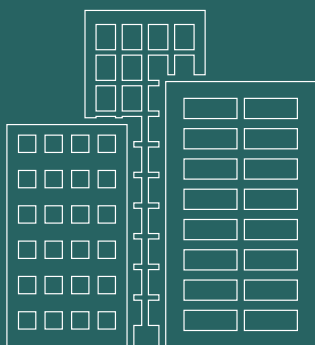
No ano de 2015, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul assinou Protocolo de Intenções com duas Universidades do Estado. Em setembro de 2015 foi firmado o primeiro Protocolo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o objetivo de definir as formas de incentivar e facilitar a integração entre as instituições, com apoio mútuo dos partícipes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O segundo Protocolo firmado, em dezem-

bro de 2015, foi com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) também visando realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas às áreas de meio ambiente, direito ambiental, segurança alimentar, saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos, defesa do consumidor, saúde, infância e juventude e ordenamento urbanístico. O protocolo prevê o desenvolvimento de projetos de pesquisa e prestação de serviços técnicos especializados em laboratórios.



Ordem Urbanística



No ano de 2015, dentre os focos de atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na área da Ordem Urbánística e Questões Fundiárias, destaca-se a busca e o incentivo à efetiva melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbana nos municípios gaúchos. Para tanto, além de realizar atividades reunindo diversos órgãos e entidades relacionados ao tema, o MPRS lançou a Cartilha URBE Calçada Acessível, que traz um conjunto de informações como normas técnicas, medidas e materiais necessários para a construção correta de calçadas acessíveis.

A questão da regularização fundiária também foi tema de atividades promovidas pelo MPRS em 2015, que deu continuidade as ações da campanha “Morar em loteamento clandestino ou irregular não é legal”, iniciadas em 2014. Foram realizadas atividades em locais considerados de risco, com objetivo de orientar a comunidade e intermediar o debate sobre o tema com as partes envolvidas.

O tema Prevenção e Proteção Contra Incêndios igualmente esteve presente em diversas atividades realizadas durante o ano, com ênfase para a busca de regularização dos alvarás de PPCI de casas prisionais, hospitais e prédios públicos no Estado.

A seguir, um breve resumo das atividades desempenhadas na área, englobando a busca pelo direito à moradia digna e construção em áreas de risco, dentre outros.

Iniciativas Realizadas

Regularização Fundiária

Dando continuidade ao acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com o escopo de viabilizar a regularização dos loteamentos clandestinos e o congelamento das ocupações em Porto Alegre, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, manteve as ações da campanha “Morar em loteamento clandestino ou irregular não é legal”, iniciadas em 2014.

Assim, em agosto de 2015, o MPRS e a Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre promoveram uma reunião com moradores da região do Lami, zona sul da Capital. O objetivo da ação, que contou com a participação de vereadores, representantes do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI-RS), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RS), Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e Sociedade de Engenharia (SERGS), foi orientar a comunidade para não adquirir lotes irregulares e, também, chamar a atenção aos riscos ambientais caso haja ampliação das ocupações já consolidadas. Nesse mesmo mês, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre realizou operação de fiscalização no local, quando foram notificados proprietários de casas, construções e demarcações sem projetos aprovados que se encontravam nesses locais.



Comunidade presente no encontro realizado na região do Lami

Acompanhamento dos Moradores do Programa Minha Casa Minha Vida - Restinga

O MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, articulou a criação de um grupo de trabalho interinstitucional com objetivo de buscar soluções de remediação e prevenção dos problemas de segurança, irregularidades e adaptabilidade dos moradores envolvendo a gestão dos empreendimentos da Faixa1 do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, no qual são beneficiadas famílias com renda de até R\$ 1,6 mil. Participam do grupo de trabalho os Promotores de Justiça dos Direitos Humanos e Urbanismo, além do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), assim como Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Secretaria Estadual de Saúde (SES), Caixa Econômica Federal e, mais recentemente, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal.

Em outubro de 2015 o grupo de trabalho se reuniu para debater sobre como seriam contornados os problemas existentes nos condomínios Camila e Ana Paula do programa Minha Casa Minha Vida, situados no

Bairro Restinga, em Porto Alegre. Como resultado desse encontro, decidiu-se pela realização de uma ação de cidadania nesses condomínios em conjunto com a Brigada Militar com o objetivo de amparar os moradores, beneficiários de alta vulnerabilidade do Programa Minha Casa Minha Vida, levando informações básicas quanto ao papel social de cada órgão, oportunizando-lhes, dessa forma, o acesso aos serviços públicos.



Estande do MP ofereceu atendimento aos moradores da Restinga.

Seminário Gaúcho da Acessibilidade e Mobilidade Urbana

Em junho de 2015, o MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RS), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS) e com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu seminário com o objetivo de fomentar o debate sobre a legislação pertinente na fiscalização e licenciamento de projetos e espaços urbanos, incentivando a efetiva melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbana dos municípios gaúchos.

Na abertura do evento foi lançada a Cartilha URBE Calçada Acessível, que reúne uma série de informações como normas técnicas, medidas e materiais necessários para a construção correta de calçadas acessíveis. Para sua confecção foi firmado Termo de Cooperação Técnica do MPRS com o CAU-RS e CREA-RS.

APPCI em Estabelecimentos Penais do Estado

Em agosto de 2015, reuniu-se grupo de trabalho para debater as irregularidades dos Alvarás de Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (APPCI) das casas prisionais da Capital e Região Metropolitana e também acerca do expediente que tramita no Ministério Público relativo aos problemas da irregularidade urbanística das casas prisionais de todo o Estado.

O objetivo do grupo de trabalho é afastar o risco iminente à vida eventualmente presente nas casas prisionais, independentemente da regularização do APPCI, que deve ser também providenciada. O MPRS solicitou aos bombeiros o auxílio na busca do afastamento iminente de risco e está acompanhando a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) na regularização de todos os estabelecimentos.

Ficou definido que o 1º Comando Regional de Bombeiros apresente à Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre um cronograma das visitas técnicas das demais casas prisionais e que realizem reuniões com a SUSEPE e municípios para buscar uma facilitação no alcance de documento de edificação existente para instruir o protocolo do PPCI de forma satisfatória.

O grupo de trabalho, composto pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Or-

dem Urbanística e Questões Fundiárias, Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, representantes da Secretaria de Obras Públicas e da SUSEPE, continuará com as atividades durante o ano de 2016.

Destaques da Atuação

Canoas: Audiência Pública Debate Construção de Imóveis em Área de Risco

Em novembro de 2015, o MPRS realizou Audiência Pública para instruir inquérito civil que trata da construção de empreendimentos imobiliários em área considerada de risco no município de Canoas. Tratou, especificamente, da instalação de um novo empreendimento imobiliário localizado em área lindeira à zona industrial em que se situa a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) e as indústrias engarrafadoras de gás de petróleo liquefeito (GPL): Copagaz, Nacional Gás e Supergasbras, dentre outras.

O propósito do encontro foi dar conhecimento à comunidade acerca da situação investigada em inquérito civil. Foram ouvidos, na ocasião, representantes do município de Canoas, Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Defesa Civil, Construtoras e as indústrias que funcionam no local.

A área em questão era considerada industrial até o ano de 2008, quando o zoneamento urbano foi alterado pelo município de Canoas para permitir a ocupação residencial. Em razão disso, os empreendimentos imobiliários foram licenciados e autorizados pela Prefeitura. O principal deles, formado

por dez torres de apartamentos e 156 casas, tem entrega prevista para fevereiro.

Na audiência, representantes da Defesa Civil e FEPAM se manifestaram no encontro apontando risco expressivo de instalação de moradias no local diante da sua extrema proximidade da zona industrial, especialmente das engarrafadoras de GLP, separadas apenas pela linha de transmissão que existe no local, ou seja, por uma área não edificável de 60 metros.

O Ministério Público, até o final do ano, ainda aguardava resultados do parecer técnico encomendado pelas empresas Nexgroup e Rodobens acerca dos riscos de instalação do empreendimento. Além disso, caso não haja consenso até a entrega dos imóveis, prevista para fevereiro de 2016, o MPRS ajuizará ação civil pública para impedir as ocupações pelos proprietários.



Imagem meramente ilustrativa.

São Borja: Compromissos de Ajustamento para Regularização de Prédios Públicos

Em abril de 2015, o MPRS firmou dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município de São Borja: o primeiro para tratar da regularização dos prédios públicos com relação à inexistência de Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCIs)

e o segundo, a respeito da regularização da questão da acessibilidade das pessoas com deficiência, bem como eventual existência de problemas estruturais nos prédios públicos, especialmente as Escolas Municipais.

Em relação aos PPCIs, só ficaram de fora as Escolas Municipais, inclusive de Educação Infantil, uma vez que já são objeto de ação civil pública transitada em julgado no Juizado da Infância e Juventude. Dentre os prédios que deverão obter o alvará de PPCI junto ao 11º Comando Regional dos Bombeiros, contemplando todas as exigências técnicas estabelecidas pelo órgão licenciador, estão os Gabinetes do Prefeito e do Vice-Prefeito, Secretarias Municipais, Museus, Biblioteca Municipal, Mercado Público, Prédio Estação Férrea, Canil Municipal, Ginásio Poliesportivo Municipal, Posto de Saúde e Pronto Atendimento Municipais, Vigilância Sanitária e Conselho Tutelar, entre outros. Coube ao Município incluir nos orçamentos dos anos de 2016 e de 2017 a verba necessária para adequação dos prédios públicos municipais, devendo a adaptação de 50% dos prédios ser realizada no ano de 2016 e a outra metade em 2017.

Já em relação à acessibilidade, o Município assumiu a obrigação de garanti-la às pessoas com deficiências nas dependências das escolas, por meio de adaptação de salas de aula, pátio, áreas de lazer, cantina, sanitários, corredores e todos os demais recintos escolares, com entrada, dimensões e layout acessíveis, disponibilização de rampas de acesso, adaptação do mobiliário, piso tátil e direcional e escadas com corrimãos.



Aproximação
com a
Sociedade

Ao longo de 2015, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul procurou estar ainda mais próximo e acessível à sociedade. Através do Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão foram recebidas 1.585 denúncias ou outras representações e 850 pedidos de informações da Instituição. Além disso, 50.480 pessoas foram atendidas presencialmente nas sedes do MP em todo o RS. Por sua vez, o Portal Transparência recebeu 50.624 acessos.

Outro canal de contato direto do cidadão gaúcho com o MPRS bastante utilizado foi a Ouvidoria do MP. A grande maioria de atendimentos, 67%, foram denúncias sobre diversos temas. O ônibus itinerante do MPRS foi utilizado em 24 eventos/operações no RS prestando atendimento ao público, realizando trabalho de orientação e prevenção, além de dar publicidade às campanhas desenvolvidas pela Instituição.

O trabalho do MPRS também chegou à população através da divulgação na mídia. Foram 33.643 citações à Instituição nas principais rádios, televisões, jornais e sites do RS. No meio virtual, foi registrado acréscimo significativo de acessos e visualizações das principais ferramentas utilizadas pelo Ministério Público: Facebook, Twitter e YouTube. Outro canal importante de divulgação do trabalho foi a Rádio MP, que produziu 246 boletins, reproduzidos em 17.498 emissoras do RS e do Brasil. Por fim, cabe destacar a política de cooperação com outras instituições públicas, através da qual foram doados 1.524 bens, como aparelhos de ar-condicionado, equipamentos de informática, mobiliários, entre outros.

Dados de Atendimento ao Público

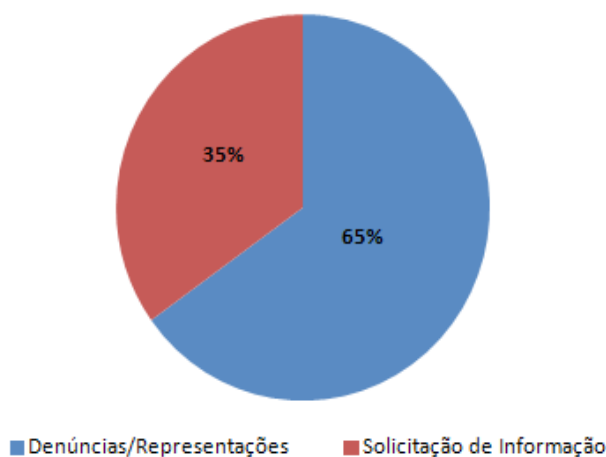
Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), disponibiliza para a sociedade o Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (SIAC).

O SIAC tem por atribuição garantir a disponibilidade, a agilidade e a transparência na prestação de informações de interesse do cidadão e da sociedade. Também, é responsável por integrar os diversos órgãos e canais envolvidos na prestação de informações e atendimento. O cidadão pode solicitar informações, consultar processos, acessar dados institucionais, dentre outros serviços pelo canal virtual, por meio do formulário de atendimento ao cidadão no Portal SIAC/MPRS (www.mprs.mp.br/siac).

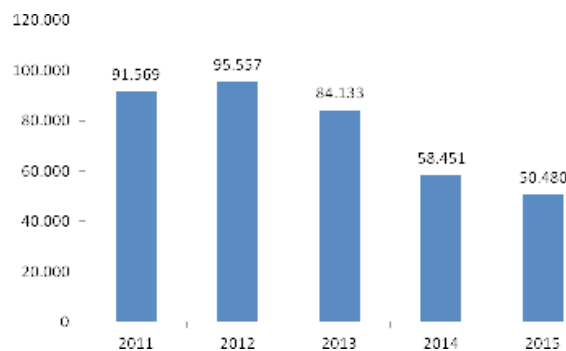
O canal virtual contabilizou, no ano de 2015, 2.435 acessos, sendo 1.585 denúncias/representações variadas, distribuídas entre as Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, e 850 pedidos de informações da Instituição.

Recebimento Virtual

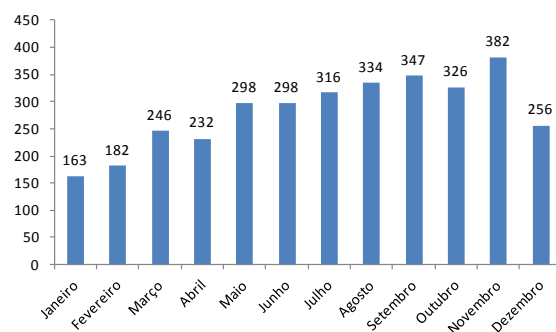


Atendimento Presencial

O MPRS proporciona aos cidadãos um contato direto com membros e servidores da Instituição por meio do atendimento presencial. O atendimento presencial é realizado nas dependências das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado e, em 2015, foram atendidas 50.480 pessoas no âmbito destes órgãos.



Em Porto Alegre, o atendimento é disponibilizado no prédio sede, localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80, e também nas Promotorias de Justiça Especializadas, situado na Rua Santana nº 440. O Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) promove a atividade de triagem da demanda apresentada pelo cidadão, separando e encaminhando aquelas que poderão ser atendidas pela Instituição e as que deverão ser atendidas por outro órgão público, pessoa jurídica de direito público, entre outros. De janeiro a dezembro de 2015, o SAC atendeu 3.380 pessoas, conforme demonstra o gráfico abaixo:



Portal Transparência MPRS

O MPRS adequou, em 2015, o Portal Transparência a fim de atender as Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público n.º 86, 89, 110 e 115. Conforme as instruções do novo manual do Portal da Transparência, as informações disponibilizadas aos cidadãos foram divididas nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira, Licitações, Contratos e Convênios, Gestão de Pessoas, Planejamento Estratégico, Contato, Atividade-fim, Contracheque, SIC - Serviço de Informação ao Cidadão/Ouvidoria e Publicação Anual.

O Portal Transparência está disponível no link <http://www.mprs.mp.br/transparencia>. Ao longo do ano de 2015, foram realizados 50.624 acessos ao Portal.



Portal Dados Abertos

Em 2015, o MPRS aprimorou o item “Explore os Dados” no Portal Dados Abertos, proporcionando aos cidadãos aplicativos para consultas dos mapas das Regiões Administrativas, da Atuação Judicial, Extrajudicial, Compromissos de Ajustamento de Conduta, Regiões Administrativas, Comarcas e a distribuição por Áreas de Atuação. O Portal apresenta informações completas sobre a atividade-fim da Instituição, disponibilizando, em formato aberto, dados que refletem o trabalho realizado pelos membros e servi-

dores em todas as Promotorias de Justiça do Estado. Desta forma, visa contribuir para o exercício do controle social, aproximando-se cada vez mais dos destinatários de seus serviços, mediante o aumento dos seus níveis de eficiência, eficácia e efetividade.

O Portal Dados Abertos, que está disponível no link http://dados.mprs.mp.br/dados_abertos, teve 14.094 acessos no ano de 2015.



DADOS ABERTOS
MPRS

Ouvidoria

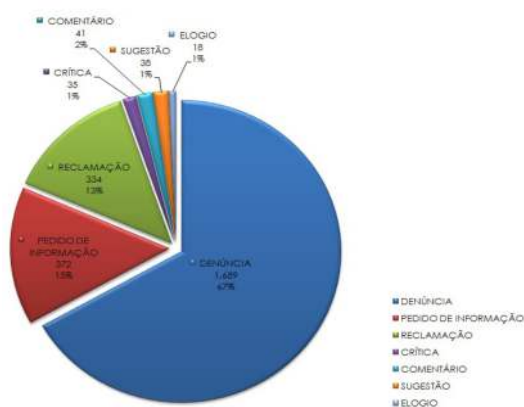
A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul é um canal direto de comunicação com o cidadão. Tem como seu principal objetivo fortalecer a cidadania e elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pelo MPRS. Trata, também, de problemas relacionados à atividade de membros e servidores da Instituição, trazidos ao seu conhecimento pelas pessoas que se entendem prejudicadas ou insatisfeitas, os quais são sempre devidamente registrados para posterior encaminhamento à apreciação dos setores competentes.

Ao longo do ano de 2015 a Ouvidoria recebeu e analisou 2.527 manifestações, resultando em uma média de 211 protocolos mensais ou aproximadamente 10 atendimentos diários. Os registros foram realizados através dos canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria (internet, correspon-

dência e atendimento pessoal), sendo que a internet foi o meio mais utilizado pelos requerentes.

As manifestações são classificadas em: denúncia, pedido de informação, reclamação, sugestão, comentário, elogio e crítica. No ano de 2015, assim como nos anos anteriores, a denúncia foi o tipo de manifestação com mais registros, correspondendo a 67% de todas as manifestações, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Manifestações Recebidas



Ônibus do MP - Estrutura Itinerante

O MPRS disponibiliza para a sociedade uma estrutura itinerante, por meio de um ônibus adaptado, para atendimento ao público e divulgação da Instituição com participação em feiras e eventos em todo o Estado.

No decorrer de 2015, o ônibus foi utilizado em 24 eventos/operações na Capital e no Interior do Estado. Dentre as atividades realizadas, destaca-se a prestação de atendimento ao público, a realização de trabalhos de orientação e prevenção, além da distribuição de folhinhos e cartilhas sobre campanhas desenvolvidas pela Instituição.

Destaca-se, também, a presença da estrutura itinerante do MPRS em eventos como a 38ª Expointer, em Esteio; a 17ª Fenamilho Internacional, em Santo Ângelo; a

Expo São Luiz 2015, em São Luiz Gonzaga; a Fenaoeste, em São Borja; a Expolui Fenadi, em Ijuí; a Fenac – Mostratrec, em Novo Hamburgo; e o Movimento pela Paz Sepé Tiarajú, em Canoas e Frederico Westphalen.

Exposições na Mídia

O MPRS também acompanha o resultado da sua atuação a partir de um trabalho de monitoramento e clipagem das mídias eletrônica, impressa e digital (rádio, jornal, internet). Ao longo de 2015 foram registradas 33.643 citações à Instituição, seus membros e servidores. O número inclui citações nas principais rádios, televisões, jornais e sites do Rio Grande do Sul, além das redes sociais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Citações	2013	2014	2015
Rádios	8.124	6.745	4.372
Televisões	3.341	3.141	2.161
Sites	13.328	11.698	8.344
Impressos	8.734	7.220	6.383
Redes Sociais	8.072	22.129	12.383
Total de citações	41.599	50.663	33.643
Citações Positivas	41.074	49.816	32.858
Citações Negativas	525	847	785

Redes Sociais

O MPRS, no ano de 2015, com vistas a aperfeiçoar ainda mais sua presença nas mídias sociais como forma de permanecer mais próximo dos cidadãos, manteve o acompanhamento dos conteúdos postados nas redes sociais.

A fanpage da Instituição no Facebook registrou crescimento de 44,30% no total de likes, passando de 9.974 para 14.392 curtidas, ao longo do último ano. No Twitter, tam-

bém houve um incremento de 41,52% nas visualizações em função da utilização da ferramenta Periscope, que possibilita transmissão ao vivo e online, especialmente em coletivas de imprensa relativas às atividades da Instituição.

Além disso, visando qualificar a busca dos internautas, em 2015 os vídeos postados semanalmente no Youtube foram reorganizados. O programa “Conhecendo o Ministério Público” foi dividido por temporadas e o programa “Ministério Público em Foco” ganhou uma playlist exclusiva. Com o incremento em periodicidade e volume do material publicado, o canal do MPRS no Youtube cresceu 275,93% em número de visualizações, pulando de 51.287 visualizações registradas em 2014 para 192.805 em 2015. O número de minutos assistidos também foi superior ao mesmo período do ano anterior, passando de 296.367 para 457.912 minutos, registrando um crescimento de 54,50%.



Post no Facebook com maior número de alcance em 2015

Rádio MP

A Rádio MP é uma importante ferramenta de divulgação dos resultados da atuação do MPRS em todo o Estado. Com programação 24 horas, intercalada com música e informações, pode ser acessada por qualquer cidadão através do endereço eletrônico

www.radiomprs.com.br.

Além da rádio corporativa, o MPRS utiliza a agência de notícias da empresa Rádio Web, a maior do Brasil, com duas mil emissoras afiliadas no país, para divulgar informações. Através deste serviço, as matérias e entrevistas com membros e servidores da Instituição são distribuídas diariamente para toda a rede de emissoras da Rádio Web.

Resultados de Audiência e Alcance do Material Veiculado	
Agência de Notícias e Rádio Web	Produzidas 246 matérias/boletins. Média de 20 matérias mensais;
	Material distribuído no período foi veiculado 17.498 vezes no meio Rádio. Média de 71 veiculações por matéria distribuída;
	Ações do MPRS tiveram exposição média de 48 horas p/mês (considerando o tempo médio de 2 minutos de exposição para cada matéria);
	A cobertura atingiu 1.196 rádios em 921 municípios brasileiros.

Monitoramento de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2015



Iniciativas Realizadas

Prêmio Jornalismo do MPRS

Em junho de 2015, foi lançada a XVII edição do “Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul”, destinado à imprensa do Estado. O concurso, criado em 1999, é uma realização do MPRS, com apoio da Associação do Ministério Público, Fundação Escola Superior do Ministério Públi-

co, Hotel Continental Canela, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e Associação Riograndense de Imprensa.

Esta edição do concurso também incluiu uma categoria especial com objetivo de premiar a melhor reportagem veiculada no ano sobre a atuação do MPRS no combate ao crime organizado.

A premiação ocorreu no mês de dezembro após o exame de 71 trabalhos inscritos, sendo os jornalistas e respectivos trabalhos premiados apresentados no quadro abaixo:

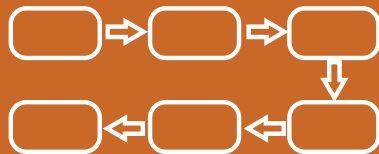
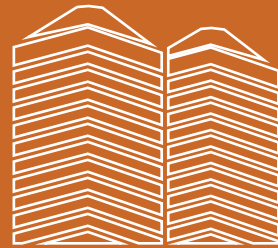


Categoria	Vencedor	2º Lugar
Imprensa	Aline Pereira Rodrigues, com a série de matérias focando as "Irregularidades na gestão da Santa Casa de Rio Grande e a atuação do MPRS diante da situação". As reportagens foram publicadas no Jornal Agora, de Rio Grande.	Rodrigo Ferreira Martini, com a matéria "Inquérito cita envolvimento de servidores". A matéria foi publicada no Jornal A Hora, de Lajeado, discorrendo sobre as apurações do esquema de fraudes em licitações para serviços de limpeza urbana.
Rádio	Maria Eduarda Fortuna e Marcela Panke, com a reportagem "A longa espera por um lar", veiculada na Rádio Gaúcha, que narrou a demora do processo de adoção que faz com que crianças percam a 1ª infância em abrigos.	Cid Martins, com a reportagem "Núcleo de segurança alimentar do MP combate fraude na produção de leite, queijo e palmito no RS", mostrando a forte atuação do MP nessa área. A reportagem foi veiculada na Rádio Gaúcha.
Televisão	Fábio Almeida e equipe, com a série de reportagens "Descaso com as águas", mostrando que o Estado tem três rios na lista dos 10 mais poluídos do País. As matérias foram exibidas na RBSTV e na Rede Globo.	
Fotografia	Félix Zucco, com trabalho sobre a "Operação Ju\$\$ara" mostrando momentos da ação. As fotos foram publicadas no Jornal Zero Hora.	Carlos Macedo, com as fotos "A corrente que Bernardo uniu", mostrando o elo que a comunidade de Três Passos fez em torno do menino assassinado. As fotografias foram publicadas no jornal Zero Hora.
Mídia web	Adriana Irion e Fernanda da Costa, com a reportagem "Vítimas de abrigos", que retrata o descaso a que são submetidas crianças e adolescentes que vivem em abrigos. A reportagem foi publicada no site do Jornal Zero Hora.	
Prêmio Especial	Diogo Zanatta, com a reportagem fotográfica "Mexeram no seu queijo", destacando o combate às organizações criminosas. O trabalho foi publicado no Jornal Zero Hora.	

Doações Patrimoniais

A política de cooperação do MPRS com outras instituições públicas do Estado, por meio de doação de bens substituídos em atualização patrimonial, prosseguiu com a oferta de 1.524 bens em 2015. As doações foram entregues para a Brigada Militar, Polícia Civil, Conselhos Tutelares, Presídios, Escolas Públicas e Prefeituras.

EQUIPAMENTOS E OBJETOS DOADOS	
Condicionadores de Ar	70
Equipamentos de Escritório	27
Microcomputadores e Notebooks	619
Outros Equipamentos de Informática	35
Mobiliário	759
Som e Imagem	6
Outros Bens	8
TOTAL	1.524



Gestão Administrativa



A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária e financeira, de pessoas, de processos de trabalho, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Essas atividades são fundamentais para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da Instituição, bem como garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

Além disso, a atuação administrativa empreende esforços em diversos projetos e ações constantes no Mapa Estratégico do MPRS, relacionados, especialmente, aos objetivos das perspectivas “Pessoas e Tecnologia” e “Recursos”.



Gestão de Pessoas

Projetos Estratégicos

Projeto de Integração Regionalizada – PIR

Projeto que visa à qualificação das relações pessoais no ambiente de trabalho através de atividades esportivas, culturais e sociais. No interior, as atividades foram desenvolvidas nas cidades de Rio Grande, Bagé e Erechim. Na Capital do Estado ocorreram as etapas classificatórias e as finais da Copa MP. As seguintes atividades fizeram parte do projeto em 2015:

- Hora da Arte: tem como escopo a valorização de talentos artísticos de membros, servidores, estagiários e terceirizados do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a integração entre as pessoas.
- Copa MP: realização de campeonato interno de futebol society com a finalidade de desenvolver, por meio do esporte, interações positivas entre membros, servidores, estagiários e terceirizados, favorecendo a identificação dos mesmos com seus colegas e com seu local de trabalho.
- Caminhada MP: inovação em 2015, também objetiva oportunizar a confraternização e integração, entre mem-

bro, servidores, estagiários e terceirizados do MPRS por meio do esporte, a partir da realização de um percurso de 3 a 5 km de caminhada. Na região de Porto Alegre a caminhada foi realizada no mês de novembro, em torno da Orla do Guaíba.



PIR2015



CAMINHADA MP

NO MESMO PASSO PELA INTEGRAÇÃO



**COPA MPRS
2015**

Iniciativas Realizadas

Implantação do Novo Sistema de Ponto Eletrônico – Pontosoft

Em 2015, o MPRS concluiu a implantação de um novo sistema de ponto eletrônico, utilizado de forma unificada em todo o Estado e preparado para refletir com exatidão a frequência diária do quadro de servidores e de estagiários.

Disponível em ambiente web, o Pontosoft foi customizado e parametrizado para atender às necessidades do MPRS, estando totalmente integrado aos sistemas ARH - Administração de Recursos Humanos e RHE - Recursos Humanos do Estado. Esta integração de sistemas forma a base de dados que subsidia a folha de pagamento e apoia a Administração em suas decisões estratégicas.

Com essa ferramenta, o processo de registro e comunicação da frequência tornou-se totalmente eletrônico, não havendo mais necessidade de impressão dos cartões-ponto ou confecção das folhas de efetividade, contribuindo com a racionalização dos recursos e promovendo agilidade, eficiência, flexibilidade e transparência ao processo de controle da efetividade.

Implantação de Novo Modelo de Carteiras Funcionais

Neste ano, o MPRS implantou novos modelos para as carteiras de identidade dos membros e de identidade funcional para servidores, em conformidade com o processo de modernização da gestão administrativa.

As novas carteiras possuem diversos itens de segurança, consoante os exigentes

padrões internacionais. São equipadas com dois chips: um para assinatura digital e acesso aos sistemas eletrônicos de dados, e outro, interno, para acesso por proximidade às catracas dos prédios da Instituição. A partir de sua distribuição, a forma de identificação dos servidores no exercício de suas funções passou a ser feita exclusivamente pelo novo documento funcional. Para os membros da Instituição as novas carteiras valem como cédula de identidade em todo o território nacional.

Concursos Públicos Realizados

Em 2015, foram abertos três concursos públicos para os cargos de nível superior de Assessor para as áreas de Contabilidade, História e Informática. Para o nível médio, os concursos abertos destinam-se aos cargos de Agente Administrativo e Técnico de Informática.

Os certames para os cargos de Assessor – Bacharel em Direito, Bacharel em Letras e Bacharel em Administração, que iniciaram em 2014, foram encerrados e homologados durante o ano de 2015.

Importante destacar, que os concursos públicos para os cargos do Quadro de Pessoal do MPRS, realizados e em andamento, destinam-se ao provimento de um total de 20 vagas existentes e à formação de cadastro de reserva, além do provimento das vagas que forem abertas no período de eficácia dos mesmos.

Também foram realizados 10 Processos Seletivos para Estagiários, destinados às áreas do Ensino Médio, Técnico em Administração e nível superior em Administração, para suprir vagas no âmbito da Direção-Geral da Instituição.

Capacitação e Treinamento

O MPRS, com vistas a aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, investe na qualificação permanente de seu quadro de pessoal. No quadro a seguir são apresentados os dados das capacitações realizadas no ano de 2015:

DADOS DE CAPACITAÇÃO	
Número de Projetos Educacionais	127
Número de turmas	145
Somatório da carga horária dos Projetos Educacionais	35.670
Total de certificações nos Projetos Educacionais	3.665
Carga Horária média por pessoa, considerando 2.983 pessoas na Instituição (membros e servidores)	11,95
Investimento médio por pessoa, considerando 2.983 pessoas na Instituição (membros e servidores)	267,08
Média das notas dos projetos educacionais	8,75
Média do índice de aplicabilidade dos conteúdos	96,45
Número de treinamentos realizados por dia*	0,74
Produções de vídeos para Projeto "Como Fazer"	29
Visualizações na Biblioteca de vídeos CEAF	2.822
Transmissões ao vivo de Projetos Educacionais	14 transmissões 1.341 acessos ao vivo
Web Conferências	04 transmissões 287 acessos ao vivo
Demais eventos realizados na sede do CEAF	24 eventos com 592 participantes

*Considerados os dias úteis de março à primeira quinzena de dezembro de 2015.

Já o quadro abaixo demonstra os investimentos realizados em capacitação nos diversos programas educacionais disponibilizados pela Instituição:

PROGRAMAS	INVESTIMENTO	%	PARTICIPANTES	%	INVESTIMENTO/ PARTICIPANTE
Direito	0,00	0	443	12,09	0,00
Atuação Ministerial	48.015,65	15,19	1.953	53,29	24,59
Integração ao Ministério Público	9.000,00	2,85	108	2,95	83,33
Formação de Gestores	59.119,41	18,70	134	3,66	441,19
Língua Portuguesa	0,00	0	151	4,12	0
Informática Usuário	3.452,00	1,09	10	0,27	345,20
Informática Desenvolvedor	46.871,00	14,82	46	1,26	1.018,93
Assessoramento Técnico	27.425,00	8,67	23	0,63	1.192,39
Áreas Administrativas e Atendimento	35.263,50	11,15	662	18,06	53,27
Pós-graduação	34.699,51	10,97	18	0,49	1.927,25
Desenvolvimento Pessoal	51.710,00	16,35	114	3,11	453,60
Outras demandas	309,90	0,10	3	0,08	103,3
Despesas Gerais do CEAF	321,30	0,10	-	-	-
TOTAL GERAL	R\$ 316.187,27	100	3.665	100	-

Dados Estatísticos de RH

Movimentação na Carreira do Ministério Público

Visando adequar o quadro de membros à demanda de serviços da Instituição, promoveu-se a seguinte movimentação na carreira em 2015:

Entrância	Promoções		Remoções	
	2014	2015	2014	2015
Procurador de Justiça	07	02	10	04
Promotor de Entrância Final	20	15	31	20
Promotor de Entrância Intermediária	15	09	53	26
Promotor de Entrância Inicial	-	-	05	03
TOTAL	42	26	99	53

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados, em 23/11/2015.

Nomeações à Carreira do Ministério Público

Em 2015 a Instituição não efetivou nomeações para a Carreira do Ministério Público, em virtude do XLVII Concurso Público de Ingresso à Carreira do MP continuar em andamento. O certame foi aberto em agosto de 2014 com o objetivo de prover 30 vagas de Promotor de Justiça, prosseguindo desde então com a realização das provas preambular e discursiva, a convocação dos candidatos para exames médicos e a aplicação das provas orais. A realização das provas de tribuna e da prova de títulos está prevista para 2016, com a consequente homologação do concurso e a nomeação dos aprovados.

Evolução do Quadro

Cargo	Cargos Criados	Cargos Lotados			Cargos Vagos		
		2013	2014	2015	2013	2014	2015
Procurador de Justiça	170	117	121	119	23	49	51
Promotor de Entrância Final	285	222	238	250	63	47	35
Promotor de Entrância Intermediária	297	234	225	231	63	72	66
Promotor de Entrância Inicial	184	67	115	91	117	69	93

Fonte: BI/DRHUM, em 23/11/2015.

Nomeações de Servidores

As nomeações de servidores foram efetuadas visando suprir as vacâncias decorrentes das exclusões de pessoal no quadro, como aposentadorias, exonerações e falecimentos, além de contemplar as necessidades de pessoal decorrentes do crescimento da Instituição. Neste contexto, foram empossados e entraram em exercício 47 novos ser-

vidores, número representado principalmente por Agentes Administrativos e Secretários de Diligências.

O demonstrativo abaixo ilustra a quantidade de servidores que entraram em exercício por cargo:

Cargo	Total
Agente Administrativo	32
Engenheiro Civil	01
Geólogo	01
Médico Clínico-Geral	01
Secretário de Diligências	10
Técnico em Informática – Apoio ao Usuário	01
Técnico em Informática – Equipamentos	01
Total	47

Fonte: BI/DRHUM, em 23/11/2015

Evolução dos Recursos Humanos 2011 a 2015

Ano	Total de Membros	Total de Servidores*	Total de Membros e Servidores
2011	660	2.035	2.695
2012	647	2.109	2.756
2013	640	2.141	2.781
2014	699	2.298	2.997
2015	691	2.294	2.985

* Inclui os de provimento efetivo, adidos, cargos em comissão.

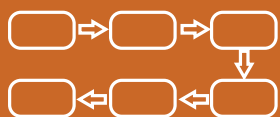
Fonte: BI/DRHUM, em 23/11/2015.

Dados de Pessoal Fornecidos ao Conselho Nacional do Ministério Público

Total de Servidores*	Total de Membros e Servidores
Nº Membros de 1ª Instância	572
Nº Membros de 2ª Instância	119
Nº de cargos de Servidores de carreira existentes	2.209
Nº de cargos de Servidores de carreira providos	1.766
Nº de Cargos em Comissão existentes	761
Nº de Cargos em Comissão providos	451
Nº de vagas existentes para estagiários	1.832*

*Refere-se ao total de vagas existentes no quadro. A distribuição em cada área ocorre de acordo com a necessidade/requisição.

Fonte: BI/DRHUM, em 31/12/2015.



Gestão de Processos de Trabalho

Projetos Estratégicos

Reestruturação Organizacional e de Processos

Foi concluído o convênio com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), que teve por objeto a conjugação de esforços e recursos para execução do Projeto “Auxiliar o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na Modernização da sua Gestão – Segundo Ciclo”.

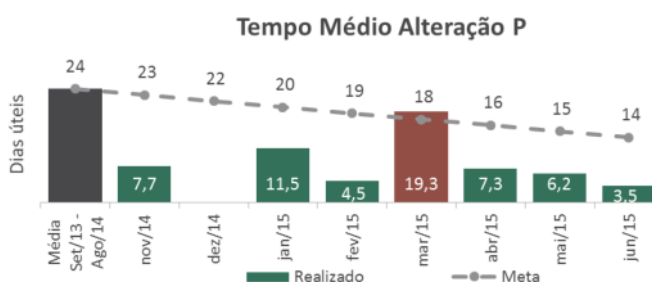
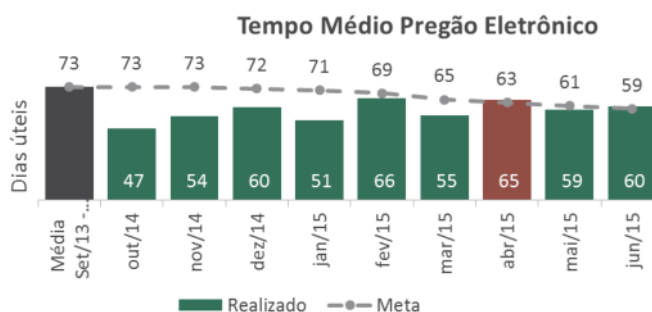
O foco de convênio na área administrativa foi realizar uma melhor organização e divisão do trabalho, assim como aprimorar a gestão de 10 macroprocessos.

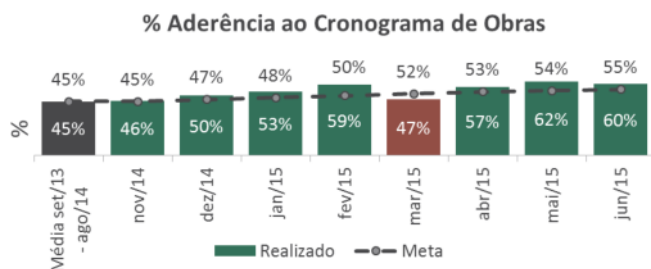
Dos estudos para melhor organização e divisão do trabalho, foram identificadas desconexões e oportunidades de melhorias que redundaram na edição de normativa, que redefiniu nova modelagem organizacional para os serviços de apoio vinculados à área administrativa do Ministério Público.

Os macroprocessos analisados para tomada de decisão quanto a melhor modelagem organizacional foram: Gerir Compras, Finalizar Contratos, Gerir Contrato, Gerir Execução Orçamentária e Financeira, Realizar Controle Interno, Gerir Demandas por Soluções de TI, Prestar Assessoria Jurídica, Prestar Assessoria Técnica, Gerir Registros Funcionais e Gerir Diárias e Deslocamentos.

No quadro abaixo são destacados os principais resultados da melhoria de gestão dos macroprocessos:

MELHORIAS DE GESTÃO DE MACROPROCESSOS	
MACROPROCESSO	RESULTADOS EM 2015
Gerir Compras	Redução de 17% no tempo médio de duração de um Pregão Eletrônico
Gerir Demandas por Soluções de TI	Redução de 84% no tempo médio de resposta da categoria “alteração P” (Demandas que implicam entre 60 e 180 hs de programação, equivalentes ao intervalo entre 10 e 30 pontos de função)
Gerir Contratos	Redução de 19% no tempo médio de aditamento
Fiscalizar Contratos de Obras	Aumento de 28% no percentual de aderência ao cronograma de obras.





Iniciativas Realizadas

Certificação das Promotorias de Justiça

Em 2015 o MPRS deu continuidade ao processo de certificação das Promotorias de Justiça. O processo faz parte do Programa de Padronização Administrativa do Ministério Público (PROPAD) que visa implantar a padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas no âmbito das Promotorias de Justiça e dos setores administrativos.

A certificação é um atestado de reconhecimento de que a Promotoria de Justiça está trabalhando de forma eficiente e eficaz, de acordo com os processos de trabalho estabelecidos pelo PROPAD. O procedimento de Avaliação de Conformidade é realizado em três etapas distintas e progressivas, com atribuição de certificado e selo de qualidade em cada uma delas: Certificação, Certificação Plena e Certificação com Excelência. A certificação tem validade de um ano, quando então é iniciado, de ofício, um novo procedimento de análise para fins de avanço para etapa subsequente ou revalidação da certificação atual.

Até novembro de 2015, a Instituição teve um total de 180 Promotorias de Justiça certificadas: 87 na etapa de Certificação, 58 na etapa de Certificação Plena e 35 na etapa de Certificação com Excelência.

Neste ano, também foi entregue o Prêmio PROPAD de Excelência com o objetivo de destacar, em cada uma das três etapas de Certificação, a Promotoria de Justiça que apresentou o melhor desempenho na realização de seus processos de trabalho entre outubro de 2014 e outubro de 2015. A Promotoria de Justiça de Cruz Alta foi premiada na primeira etapa de certificação, a Promotoria de Justiça de Pedro Osório, na segunda, e as Promotorias de Justiça de Faxinal do Soturno e Flores da Cunha na terceira.



Gestão de Tecnologia da Informação

Projetos Estratégicos

Sistema de Informações do MPRS SIM

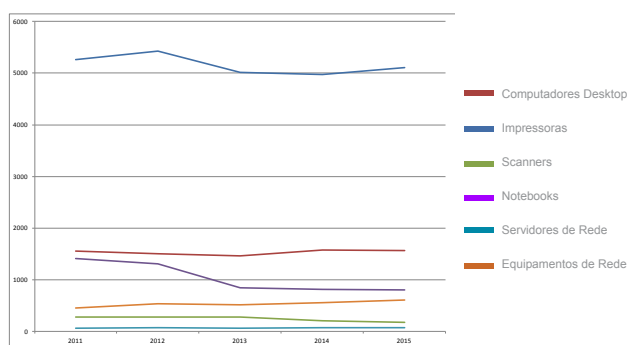
Implementado em sua primeira versão em 2014, o módulo extrajudicial (investigação) do SIM teve 144 (cento e quarenta e quatro) novas funcionalidades acrescentadas durante o ano de 2015. A metodologia utilizada é de desenvolvimento incremental (métodos ágeis), sendo as novas funcionalidades acrescidas na medida da necessidade, conforme prioridades do Programa de Padronização das Promotorias de Justiça (PROPAD). O sistema realiza o gerenciamento do trâmite e armazenamento de todos os procedimentos investigatórios do MPRS em formato eletrônico. Inaugura um novo conceito em usabilidade de sistemas de informação na Instituição, com foco na facilidade e intuitividade de uso visando aumento de produtividade e qualidade de dados, por meio de uma interface totalmente orientada a tarefas e fluxos de trabalho aderentes ao PROPAD.

Também em 2015, iniciou a implementação, de forma gradativa, do módulo judicial do SIM contemplando o trâmite dos processos judiciais eletrônicos, através de interoperabilidade de sistemas com o Poder Judiciário do RS. O cronograma de implantação nas Promotorias de Justiça está alinhado com o cronograma do Tribunal de Justiça (Varas da Fazenda Pública). A Promotoria da Fazenda Pública de Porto Alegre é a mais adiantada e já utiliza o sistema para manifestações reais

em processos judiciais eletrônicos de sua área de atuação.

No âmbito do projeto, foi realizado investimento no software de visualização de autos, MAVENDOC, que permite a visualização “folheador” de procedimentos eletrônicos – próprios e no âmbito da Justiça Estadual, tornando ágil o manuseio do processo virtual, e aumentando o ganho em eficiência e agilidade.

Evolução dos ativos de TI



Em relação ao gráfico, três observações são necessárias:

1. Computadores Desktop: Estão contabilizados apenas os equipamentos ativos, por isso a estabilidade quando comparado a anos anteriores, que somavam equipamentos em estoque e os retirados do parque aguardando doação.
2. Impressoras: Estão contabilizados os equipamentos próprios e locados.
3. Scanners: Não estão contabilizados os equipamentos de reprografia que têm a função de digitalização de documentos, situação que explica a redução na quantidade em 2015 devido à locação de multifuncionais.

Evolução dos links de comunicação de dados:

VELOCIDADE Mbps	ANO	
	2014	2015
0,5*	122	0
1	41	122
2	11	45
4	4	6
8	0	5
20	2	0
30	1	0
100	0	3
1.000**	0	1
Quantidade Total	181	182

*0,5 Mbps = 512 Kbps

**1.000 Mbps = 1Gbps

Iniciativas Realizadas

No ano de 2015, destacam-se algumas soluções tecnológicas relevantes adquiridas/desenvolvidas no âmbito institucional:

- Implantação da rede Wi-Fi na Sede Institucional e no Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional. Em processo de implantação na Sede Administrativa e nas Promotorias Especializadas.
- Entrada em plena operação dos Equipamentos Centro de Rede (CORE), responsáveis pela convergência de todas as sedes remotas no Interior e na Capital do Estado, além de concentrarem todos os servidores de aplicações utilizadas pelo Ministério Público e conectarem todos os andares da Sede Institucional proporcionando melhor confiabilidade e estabilidade da rede.
- Atualização tecnológica da Intranet e modernização do layout tornando-a mais moderna, ágil e funcional para os usuários, trazendo: novo padrão visual, alinhando-a com os padrões

visuais do Sistema de Informações do MPRS (SIM); interface mais amigável para ser usada em tablets e celulares, ajustando-se dinamicamente ao tamanho da tela do dispositivo; novo Sistema de Pesquisa com todas as bases de consultas integradas em uma nova barra de pesquisa. O sistema permite a busca por documentos do Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) com sigilo, o que acrescentará mais 1,3 milhão de documentos; e, maior interatividade para os usuários.

- Utilização de Métodos Ágeis e Fábrica de Software para o desenvolvimento de sistemas.
- Apoio tecnológico na criação e aperfeiçoamento de soluções de Business Intelligence desenvolvidas no software Qlikview: Aplicação “Nota Fiscal Eletrônica (NFScan)”, desenvolvida em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCERS) visando dar maior publicidade nas contratações do poder público; Aplicação “CustosMPRS” que permite o acompanhamento, pela Administração, dos gastos com água, energia elétrica e outros, nas Promotorias de Justiça; e, novas funcionalidades na Aplicação “Planejamento e Execução Orçamentária”, para trazer melhor visibilidade, para a área orçamentária do MPRS, dos dados provenientes do Sistema de Finanças Públicas Estaduais (FPE), bem como para organizar dados orçamentários do MPRS para suprir o portal “Dados Abertos MPRS”.
- Aplicação “Gestão de Ativos e Serviços de TI” que permite acompanhar, mapear e gerenciar custos das ligações de telefonia fixa e móvel no âmbito institucional.



Gestão Orçamentária e Financeira

Projetos Estratégicos

Programa AGIR – Atitudes que Geram Integração e Resultados

Em 2015 foi dado seguimento ao Programa AGIR concebido com o objetivo de envolver todo o Ministério Público na modernização de sua gestão e que tem como pilares: responsabilidade compartilhada, consumo consciente, geração de boas práticas e reconhecimento das pessoas.

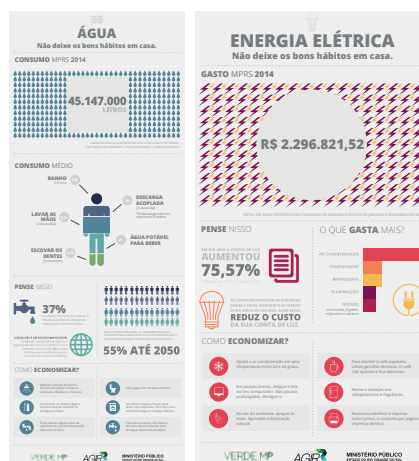
No quadro abaixo são demonstrados os principais resultados do Programa Agir em 2015:

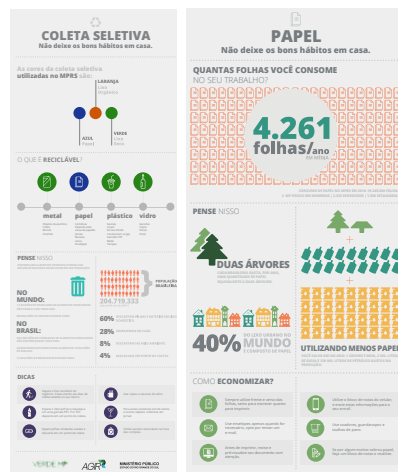
RESULTADOS DO PROGRAMA AGIR	
Economia na duplicação das velocidades dos links de comunicação de dados com redução de custos contratuais	R\$ 3.872.409,60*
Economia no consumo de suprimentos de impressoras (toners das impressoras Lexmark e Xerox)	R\$ 69.668,25
Economia na utilização dos serviços de correio (redução na expedição de objetos)	R\$ 49.456,00
Economia no consumo de energia	R\$ 199.641,67
Receita extraorçamentária (Leilão de Veículos)	R\$ 200.000,00
Receita extraorçamentária (doações de bens apreendidos pela Receita Federal - condicionadores de ar e material consumo)	R\$ 8.085,00
Receita extraorçamentária (doação de terreno por parte da Prefeitura de Gaurama para construção de sede)	R\$ 142.000,00

* Redução de valores contratuais com a empresa PROCEMPA e licitação para substituição 182 links com duplicação das velocidades; foram contratados, também 26 links em fibra ótica com a PROCERGS, proporcionando além do aumento da velocidade, o fomento da FICAI ON LINE no interior do Estado.

O programa AGIR desenvolveu a campanha institucional “Não deixe os bons hábitos em casa” veiculada por meio da intranet, em conjunto com o projeto “Verde MP” que trata da política ambiental institucional, nas temáticas: papel, água, energia e coleta seletiva. O objetivo da campanha foi promover o consumo racional e valores de sustentabilidade.

RESULTADOS DO PROGRAMA AGIR	
Economia no aproveitamento de monitores de computadores desativados para disponibilização de um segundo monitor para visualização de processos eletrônicos.	R\$ 420.000,00
Economia em impressões (substituição gradativa de impressoras coloridas e monocromáticas por equipamentos multifuncionais)	R\$ 220.000,00
Economia na racionalização no uso de internet móvel 3G e 4G (cancelamento de linhas e respectuação para a redução de valores unitários do contrato)	R\$ 70.632,00





Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Receita Corrente Líquida	% Crescimento**	Orçamento Empenhado*	% Crescimento
2011	21.927.904.938,78		628.542.385,77	
2012	23.710.653.600,52	8,13	703.359.026,43	11,90
2013	26.387.876.167,82	20,34	755.398.972,44	20,18
2014	28.633.465.815,75	30,58	842.404.295,80	34,03
2015	30.139.172.170,57	37,45	906.692.129,99	44,25

*Valores contemplam recursos livres e vinculados.

** Ano base para comparação com os demais: 2011.

Execução Orçamentária

OMPRS assegurou, para o exercício de 2015, um orçamento de R\$ 906.694.376,00 (novecentos e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais), sendo que o orçamento do Estado, previsto na Lei n.º 14.642/2014, foi de R\$ 57.386.735.823,00 (cinquenta e sete bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais). Segue abaixo o quadro evolutivo dos últimos cinco anos:

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público*	
	Orçamento Aprovado	Receita Corrente Líquida	Orçamento Aprovado	Orçamento Empenhado
2011	35.253.084.213,00	21.927.904.938,78	597.914.546,00	628.351.751,99
2012	40.264.489.977,00	23.710.653.600,52	646.854.590,00	702.852.416,07
2013	45.253.553.597,00	26.387.876.167,82	733.029.425,81	755.171.993,44
2014	51.019.832.487,00	28.633.465.815,75	815.425.153,00	842.404.256,85
2015	57.386.735.823,00	30.139.172.170,57	906.694.376,00	906.692.129,99

*Valores contemplam somente recursos livres.

Fontes: FPE, Orçamento e Balanço Geral do Estado.

Receita Corrente Líquida x Orçamento Empenhado no Ministério Público

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado com o volume de recursos disponibilizado ao MPRS nos últimos 5 anos.

Orçamento de 2015 por Grupo de Despesa: Aprovado x Empenhado

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Empenhado, no âmbito do MPRS, em 2015, por grupo de despesas.

Orçamento	Pessoal e Encargos Sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Aprovado	797.326.737,00	81.362.255,00	28.005.384,00	906.694.376,00
Empenhado	735.911.088,43	157.080.771,58	13.700.269,98	906.692.129,99

Valores contemplam somente recursos livres.

A despesa orçamentária empenhada no ano de 2015 foi de R\$ 906.692.129,99 (novecentos e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cento e vinte e nove reais e noventa e nove centavos), considerando-se tão somente os recursos livres, representando 100% do orçamento aprovado para o exercício, tendo em vista que não houve suplementação obtida junto ao Poder Executivo. Do total empenhado, 17,32% foram destinados a despesas de custeio, 1,51% a despesas de capital e 81,17% a despesas de pessoal.

Verifica-se que o índice de execução orçamentária atingiu a meta prevista. Demonstra-se, assim, o esforço empregado pela Instituição no sentido de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Em relação aos R\$ 735.911.088,43 (setecentos e trinta e cinco milhões, novecentos e onze mil, oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) destinados a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, cumpre referir que o respectivo montante enquadra-se nos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como cabe destacar que o percentual de 81,17%, em relação ao total do executado, justifica-se plenamente, tendo em vista a natureza das atividades da Instituição, as quais se caracterizam essencialmente como prestação de serviços públicos. Abaixo, tabela da despesa de pessoal e de encargos sociais discriminada por ativos, inativos, pensionistas e encargos.

DESPESAS CORRENTES – PESSOAL		LRF
Ativos	572.748.567,01	1,51%
Inativos	130.163.024,38	
Pensionistas	4.442.061,14	
Encargos Sociais	28.557.435,90	
TOTAL	735.911.088,43	

Despesas de Custeio

No que diz respeito aos R\$ 157.080.771,58 (cento e cinquenta e sete milhões, oitenta mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos) destinados a Outras Despesas Correntes, cabe destacar que os valores mais expressivos referem-se às despesas com Auxílios, Indenizações e Restituições, locação de mão-de-obra (vigilância e segurança, limpeza e higiene, CVMI), Auxílio-Refeição e Alimentação, Estagiários e prestação de serviços por terceiros (luz, água, telefonia, processamento de dados e conservação de bens móveis), dentre outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Outras Despesas Correntes – Custeio	
Auxílios, Indenizações e Restituições	42.602.951,39
Locação de Mão-de-Obra	40.578.481,83
Auxílio-Refeição/Alimentação	21.886.409,43
Estagiários e Monitores	18.455.432,90
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.505.372,70
Despesas com Deslocamento	6.475.054,61
Comunicação	1.500.939,05
Material de Expediente	1.424.050,30
Serviços de Consultoria	1.143.607,72
Outras despesas	7.508.471,65
TOTAL	157.080.771,58

Salienta-se que o montante aplicado foi adequado ao perfil de distribuição de recursos no MPRS, considerando-se os grupos de despesa, bem como está ajustado em relação às necessidades de manutenção da infraestrutura e das demais despesas de custeio da Instituição no exercício a que se refere.

Despesas com Investimentos e Inversões

Em relação aos R\$ 13.700.269,98 (treze milhões, setecentos mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos) destinados a Despesas de Capital, cabe destacar que os valores mais expressivos referem-se aos investimentos empregados em obras e às aquisições de equipamentos de informática e mobiliário, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Despesas de Capital – Investimentos e Inversões	
Obras e Instalações	9.248.214,86
Processamento de Dados e Microfilmagem	1.750.043,50
Mobiliário em geral	1.271.403,00
Telecomunicações	409.622,49
Diversos (Patrimônio/Engenharia/Telefonia/Biblioteca)	1.020.986,13
TOTAL	13.700.269,98

Cumpre destacar a permanente preocupação da Instituição com as instalações físicas das Promotorias, sendo que muitas destas foram reformadas, recuperadas e outras construídas, para dar maior conforto e proporcionar um ambiente mais funcional não só para os seus membros e servidores, mas, principalmente, para o cidadão que busca em nossas diversas áreas um amparo para as suas dificuldades e para o auxílio na resolução dos seus problemas.

Nesta esteira, o Ministério Público busca atualizar sua estrutura por meio da aquisição de equipamentos e sistemas de informática, sempre no intuito de qualificar ainda mais o controle e a informação, dando uma resposta rápida às demandas que lhes são encaminhadas, quer dos outros Poderes ou dos demais segmentos da sociedade gaúcha.

Aquisições de Bens e Serviços

No que tange às aquisições de bens e serviços, 2015 refletiu os anos anteriores, igualmente auferindo-se economia diante dos procedimentos licitatórios, em especial pela Cotação Eletrônica de Preços (Lei Estadual nº 13.179/2009) e pelo Pregão Eletrônico (Lei Estadual nº 13.191/2009), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Modalidade	Valor Estimado	Valor Licitado	% Economia
Convite	890.198,57	783.188,70	12,02%
Tomada de Preço	1.909.300,38	1.675.404,83	12,25%
Concorrência	1.621.228,23	1.586.197,34	2,16%
Pregão Presencial	364.815,50	208.882,43	42,74%
Pregão Eletrônico	17.295.623,93	10.129.653,56	41,43%
Cotação Eletrônica	300.316,70	230.107,70	23,38%
Leilão	144.834,01	200.000,00	*38,66%
Totais	22.526.317,32	14.813.434,56	33,29%

O pregão eletrônico registrou a média de 41,43% de economia¹. Em determinados procedimentos, o percentual economizado superou marca de 50%. Pode-se exemplificar com a contratação de serviços de telefonia móvel, licitação a qual atingiu a expressiva marca de 73,74% de economia; e 72,32% na aquisição de switches fast ethernet.

As cotações eletrônicas de preço também registraram índices de economia, perfazendo, em média, o valor percentual de 23,38%.

Necessário registrar que as licitações realizadas pelas modalidades convencionais ou presenciais registraram índices de 2,16% (Concorrência), de 12,25% (Tomada de Preços), de 12,02% (Convites) e de 42,74% (Pregões Presenciais).

Cabe uma referência à modalidade Leilão, cujo procedimento realizado no ano de 2015 percebeu uma receita extraorçamentária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), valor que, em contraponto às estimativas da Instituição, superou as expectativas em um índice de 38,66%.

Em face destes dados, a efetiva economia proporcionada nas compras e contratações administrativas, no ano de 2015, foi de 33,29% (percentual de economia global, ou seja, todas as modalidades, inclusive cotações eletrônicas de preços).

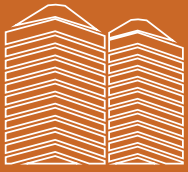
Observações:

01 - *Este índice (38,66%) refere-se ao superávit em relação ao valor estimado para o leilão n.º 01/2015.

02 - A Relação de Procedimentos de dezembro de 2015, com esta Folha Resumo, encontra-se disponível na página, <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pgn/id46.htm>, Licitações Encerradas.

03 - Os Pregões Eletrônicos e as Cotações Eletrônicas (dispensas de licitação) encontram-se no portal, <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>

¹ Todas as referências à economia obtida levam em consideração o valor reservado para a compra/contratação (chamado de valor "estimado") e o efetivamente pago pelo bem/serviço (valor "efetivo" ou "licitado").



Gestão da Infraestrutura Predial

Iniciativas Realizadas

Adequação das Sedes do Ministério Público aos Conceitos de Sustentabilidade

Em 2015 foi desenvolvido um projeto piloto, na Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, de concepção e alterações na arquitetura e instalações da sede visando à adequação da mesma aos conceitos de sustentabilidade. Foram empregadas novas tecnologias e recursos com o objetivo de diminuir os impactos causados ao meio ambiente.

No projeto foram utilizados novos sistemas e materiais como: reaproveitamento da água da chuva e do dreno dos aparelhos de ar condicionado, utilização de torneiras com aeradores e temporizadores, mictórios ecológicos, vasos sanitários com caixas acopladas de descarga com duplo acionamento, tintas à base de água, andaimes metálicos e reaproveitáveis, esquadrias e elementos de madeira de reflorestamento, luminárias com lâmpadas tipo LED, ar condicionado com a tecnologia inverter, blocos de concreto intertravados, telhas metálicas e termo-acústicas, aumento da área de iluminação natural em todos ambientes, separação dos resíduos de obra para descarte posterior, além da acessibilidade total.

Como resultado teremos uma edificação com mais conforto ambiental e consu-

mando menos energia e água, preservando assim os recursos naturais.

Dados da Infraestrutura Predial

A programação de 2015 envolveu 44 obras, das quais 14 foram concluídas perfazendo um total de 14.847,62 m², divididos entre construções, ampliações e melhorias.

Atualmente, o MPRS conta com 156 sedes próprias, destas, 146 localizam-se no interior e 10 em Porto Alegre. O número de Promotorias de Justiça instaladas em espaços locados é de 21, sendo 14 locações de terceiros (interior) e sete do Tribunal de Justiça (quatro no interior e três em Porto Alegre).

Quadro Demonstrativo das Sedes Próprias		
Ano	Sedes Próprias Construídas	Total de Sedes Próprias
até 2002	43	43
2003	11	54
2004	18	72
2005	25	97
2006	14	111
2007	17	128
2008	5	133
2009	11	144
2010	5	149
2011	6	154
2012	1	154
2013	3	155
2014	1	155
2015	1	156

Andamento das Obras

O Ministério Público teve obras concluídas em 2015 nas modalidades reforma, manutenção, acessibilidade, cobertura, ampliação e sede nova completa (município de Dois Irmãos) em 14 localidades do Rio Grande do Sul. Já no ano de 2016, serão concluídas obras nas mesmas modalidades em 20 localidades do Estado, sendo uma sede nova no município de Agudo.

